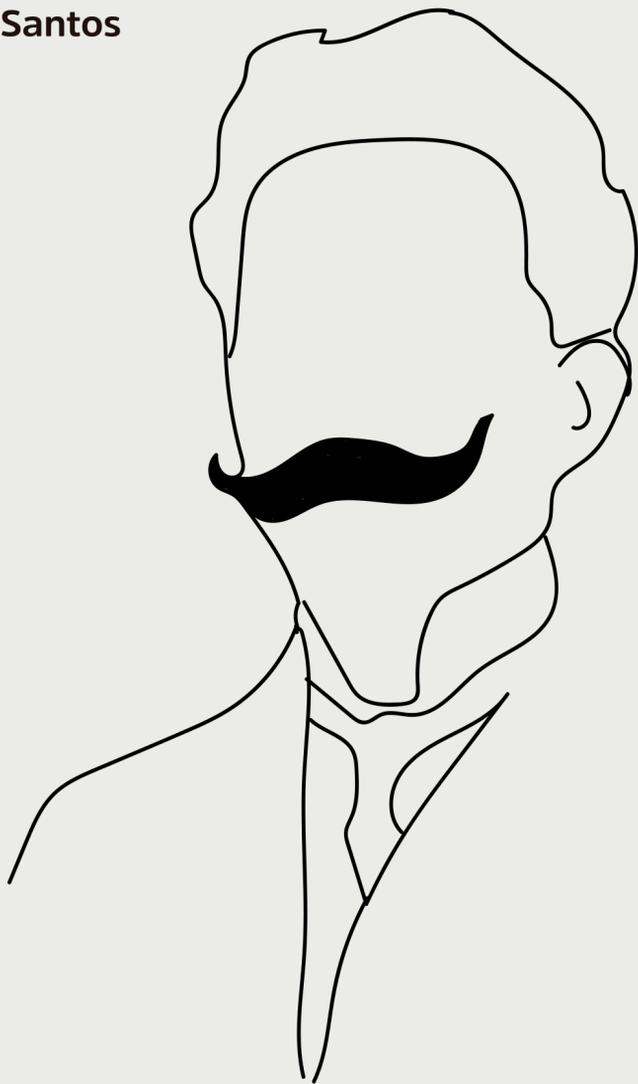


**Coleção História de Sergipe**

**A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO  
CRÍTICO SOBRE A NAÇÃO BRASILEIRA  
EM MANOEL BOMFIM**

Ivan Paulo Silveira Santos



# **A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO CRÍTICO SOBRE A NAÇÃO BRASILEIRA EM MANOEL BOMFIM**

**Ivan Paulo Silveira Santos**



Editora  
**SEDUC**

SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE  
E DA CULTURA



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

**GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE**

Belivaldo Chagas Silva

**Coordenador do Programa Editorial da SEDUC**

Sidiney Menezes Gerônimo

**VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE**

Eliane Aquino Custódio

**Assessor Administrativo do Programa****Editorial da SEDUC:** Jonas José de Matos Neto**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA**

Josué Modesto dos Passos Subrinho

**Membros do Conselho Editorial:**

Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

**SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO**

José Ricardo de Santana

**SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE**

Mariana Dantas Mendonça Gois

---

A trajetória do pensamento crítico sobre a nação brasileira em Manoel Bomfim.

**Capa:** Matheus Martins**Diagramação:** Matheus Martins**Editora SEDUC – 2021**

---

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Santos, Ivan Paulo Silveira

S237t A trajetória do pensamento crítico sobre a nação brasileira em Manoel Bomfim / Ivan Paulo Silveira Santos – Aracaju: Editora SEDUC, 2021.

152 f. : il. color – (Coleção História de Sergipe)

ISBN 978-65-5371-065-8

1. Bomfim, Manoel, 1868-1932. 2. Biografia. I. Santos, Ivan Paulo Silveira. II. Título.

CDU: 929Bomfim, Manoel

**Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037**SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE  
E DA CULTURA**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADOSecretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC  
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

## O Programa Editorial da SEDUC

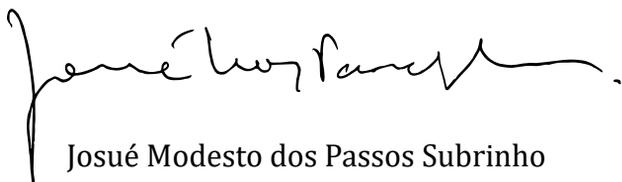
O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

**A magia de escrever e desenhar** é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e nas Secretarias Municipais de Educação.

**Histórias de Sergipe** é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção Paradidáticos sergipanos gesta material de apoio didático para todos os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



Josué Modesto dos Passos Subrinho  
Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO 1 – ORIGEM SOCIAL E TRAJETÓRIA DE VIDA DE MA- NOEL BOMFIM</b> .....	12
1.1. A ASCENDÊNCIA DOS BOMFIM.....	12
1.2 UM JOVEM DECIDIDO A ESTUDAR MEDICINA.....	27
1.3 A INSTRUÇÃO EM SERGIPE NO SÉCULO XIX.....	39
<b>CAPÍTULO 2 – AS INFLUÊNCIAS, A FORMAÇÃO E O CÍRCULO INTELECTUAL</b> .....	48
2.1 ENTRE SERGIPE E BAHIA .....	48
2.2. CONSELHO DE UM AMIGO.....	52
2.3 A <i>INTELLIGENTSIA</i> DO RIO DE JANEIRO .....	59
<b>CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DE BOMFIM SOBRE A ORIGEM DOS MALES DA AMÉRICA LATINA</b> .....	93

3.1 PARIS: A “CIVILIZAÇÃO” BUSCADA E O IMPERIALISMO ABOMI- NADO.....	93
3.2 ENTRE AMÉRICAS: POR UM NOVO CARÁTER DE NAÇÃO.....	113
3.3. SOLUÇÃO: BRANQUEAMENTO OU INSTRUÇÃO.....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>147</b>



# Agradecimentos

Ao Prof. Orientador e à Prof.<sup>a</sup> Co-Orientadora, respectivamente, Dr. Frank Nilton Marcon e Dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca, por encampar e assistir a ideia de trabalhar Manoel Bomfim.

Aos meus familiares, que torceram por mim, com respeito e carinho.

Adélia Mota, uma grande amiga.

Ao Prof. Aluizio Alves Filho que redescobriu Manoel Bomfim e muito cordialmente me recebeu em sua casa para conversarmos sobre o autor, colaborando muito com este trabalho.

Ao colega Thiago Fragata que me oportunizou o contato, inestimável para a pesquisa, com o Prof. Aluizio.

Ao Colégio Estadual Barão de Mauá, agradeço a todos os colegas que torceram e auxiliaram de diversas formas. Extensivo é o agradecimento aos alunos das turmas de 2013 e 2014, pois, dos respectivos projetos pedagógicos a eles submetidos, surgiu o projeto de Mestrado que resultou nesta obra.

Ao colega João Mouzart que gentilmente revisou algumas partes deste texto e deu preciosos e pertinentes comentários.

À ABL, em nome do seu bibliotecário-chefe, Luiz A. Souza, e à bibliotecária Alice Gianotti que me atenderam com tamanha presteza e simpatia que não poderia deixar assinalar.

Aos amigos Luís Antônio Pinto Cruz, Wagner Gonzaga Lemos e Luís Siqueira, dos quais obtive apoio para discussões, informações preciosas e até algumas obras emprestadas.

Aos colegas do curso do Mestrado do PPGS/UFS, pela troca de ideias, torcida e amizade que ajudou muito.

# Introdução

A pesquisa sobre Manoel Bomfim foi motivada por dois projetos pedagógicos que realizei no Colégio Estadual Barão de Mauá, uma instituição de Ensino Básico da rede oficial pública do Estado de Sergipe, localizada em sua capital: Aracaju. Os projetos foram idealizados e executados respectivamente em 2013 e 2014, na disciplina Sociologia. O primeiro tinha por objetivo a discussão a respeito das “cotas” para as universidades públicas federais. Já o segundo trabalho pedagógico, realizado em 2014, possibilitou o contato direto com Manoel Bomfim, através do estudo de sua primeira publicação “A América Latina: males de origem” ([1905] 2005)<sup>1</sup>. O objetivo era analisar com os alunos, em primeiro lugar, a própria construção do termo América Latina. Por exemplo, refletir sobre a pertinência de se afirmar que um determinado conjunto de países em particular da América formariam tal grupo em razão de algumas características em comum, muitas de conotação negativa. Além disso, analisar se esse é apenas um discurso enquanto potencial gregário para esses países ou seria, na verdade, um discurso que marginalizava as chamadas nações latinas em relação às demais, em especial, EUA e Canadá. Na fusão das experiências e leituras acumuladas por mim até aquele momento sobre o pensamento de Manoel Bomfim, comecei a questionar o fato de o autor parecer destoar dos principais intelectuais de sua geração na forma de interpretar o Brasil.

O objetivo geral deste texto é analisar a trajetória e o pensamento de Manoel Bom em relação à interpretação que o autor fez do Brasil, em um período em que as explicações raciais eram hegemônicas. Desta forma, este texto buscará entender o que e como o autor dialogava com tais ideias e propunha outro modo de explicar e resolver os problemas sociais do país. Através dessa análise, refletir a respeito das formas de afirmação intelectual no Brasil entre os séculos XIX e XX e seus principais debates. Em razão das discussões travadas, analisar o modelo de nação que era construído para o país.

A intelectualidade brasileira da transição do século XIX para o XX estava muito ligada às teorias raciais. Em geral, prevalecia na época a justificativa que os problemas sociais da América Latina eram decorrentes da composição racial inferior de suas populações. Essas informações eram produzidas por instituições como a academia e a imprensa que justificavam e faziam circular naquele momento essas ideias de inferioridade (SCHWARCZ, 1993). Naquele período de transição, os intelectuais tentavam dar resposta a uma séria demanda: explicar o atraso que o Brasil tinha em relação às nações mais “civilizadas” do mundo e buscar soluções para esse problema. Aquela geração, em particular, impeliu-se de tal tarefa. No entanto, as interpretações tangenciavam para duas direções: a primeira para uma espécie de condenação do Brasil a uma contínua subalternidade, e a segunda a uma solução excepcional, que era o branqueamento.

---

<sup>1</sup> Ambas as datas são referentes respectivamente a primeira edição da obra e aquela que foi utilizada neste trabalho.

É importante ressaltar que Bomfim foi um dos poucos intelectuais do período de transição do século XIX para o XX a criticar aqueles discursos raciais deterministas e, por conseguinte, as explicações e propostas dos seus colegas. Na elaboração de críticas ao modelo racial, Bomfim constituiu um conjunto de perspectivas e alternativas aos princípios raciais mais reacionários. Quando o fez, na prática, o autor desenhou uma forma particular de nação brasileira que, em tese, substituiu o imperativo do “melhoramento” racial pela perspectiva de criação de uma instrução pública, gratuita e de massa. Dessa maneira, constituiu Bomfim outro discurso a “contrapelo” das tendências sustentadas pelos seus pares intelectuais. Deste modo, o autor propôs outra perspectiva de nação brasileira.

Com isso, uma problemática se apresentou como cerne da questão: Como se deu o diálogo de Bomfim com os modelos teóricos de base racial e com os pares intelectuais da época? O ambiente acadêmico e intelectual brasileiro estava bastante envolvido, por exemplo, na defesa do “Branqueamento” – ação de caráter eugênico que propunha a melhoria da raça “mestiçada” brasileira. A partir de tais críticas, como Bomfim interpretou e propôs alternativas à nação brasileira? Afinal, como a trajetória de um jovem provinciano, médico por formação, professor e pensador a “contrapelo”, por convicção, ajudaria na compreensão da formação de uma intelectualidade nas discussões que travaram e, partir delas, nas perspectivas de nação que produziram? Essas indagações foram fundamentais para a análise e desenvolvimento da presente texto.

Manoel Bomfim objetivava solução dos problemas aos quais ele próprio denominava de “males de origem” latino-americanos.

As questões seriam resolvidas por um largo processo educacional, tanto humanístico quanto de instrução da população às atividades produtivas e sistemáticas. A concretização de tal proposta seria possível apenas através de institucionalização de uma instrução pública de massa e gratuita gerenciada e mantida pelo Estado. Bomfim, embora estivesse ligado e utilizasse do Evolucionismo como ferramenta teórica, divergia das “soluções” da época aos problemas sociais latino-americanos, em geral, ligadas ao Darwinismo Social: o “branqueamento”, em especial.

Mesmo assim, o médico não deixou de apresentar a característica de uma retórica civilizatória, conforme o Darwinismo Social e Positivismo, por exemplo. Tal aspecto se destacou porque os modelos de educação e a adequação ao trabalho, que o autor propôs, são aqueles justamente do universo das nações da Europa Ocidental ou “civilizadas”.

# CAPÍTULO 1 – ORIGEM SOCIAL E TRAJETÓRIA DE VIDA DE MANOEL BOMFIM

## 1.1. A ASCENDÊNCIA DOS BOMFIM

Manoel José do Bomfim nasceu em Aracaju, na então província de Sergipe, em 08 de agosto de 18682. Ele foi o sexto filho, do total de treze, do casal Paulino José e Maria Joaquina. O pai de Bomfim era um ex-vaqueiro da região do Carira, sertão de Sergipe. Ele ascendeu economicamente através do comércio. Já sua mãe, Maria Joaquina, era oriunda de uma família de comerciantes portugueses, estabelecidos na cidade de Laranjeiras, zona da mata e importante área canavieira da província. Ainda que o nível da situação socioeconômica da família de Maria Joaquina não seja expressamente clara, é razoável supor que o matrimônio entre um vaqueiro e uma filha de comerciantes parecesse pouco provável de se concretizar. A biografia sobre Manoel Bomfim, de Aguiar (1999), chama atenção para o fato, sem, contudo, verticalizar a questão, pois não era o seu objetivo.

Muito embora esse também não seja o objetivo desta obra, far-se-á uma pequena análise a respeito, no intuito de melhor definir a origem e condição socioeconômica de Manoel Bomfim, visto que tem uma significativa importância na análise da trajetória do intelectual. Afinal, é preciso compreender essa sua condição de origem no contexto no qual viveu.

No caso do matrimônio, excluindo-se a visão romântica, ele é apenas um contrato determinado pelos interesses da família dos noivos e as convicções sociais vigentes em cada período. Na tradição patriarcal de Sergipe do século XIX, o chefe de família ou o pai estava socialmente legitimado a determinar com quem seus filhos se casariam (TRUZZI, 2012; PIMENTEL, 2005). Os interesses poderiam ser diversos para que o chefe de família consentisse e até buscasse determinado matrimônio. Haveria fatores econômicos, políticos, sociais, religiosos e étnicos, entre outros, envolvidos. Na verdade, o casamento era uma das possibilidades de as famílias estabelecerem entre si uma relação, que é conceituada como capital social por Pierre Bourdieu (2011-a).

---

<sup>2</sup> Há uma divergência nas datas de nascimento de Manoel Bomfim. Em geral, as referências biográficas apontam para 08/08/1868, mas o batistério do autor, sob a guarda do Memorial de Medicina da Bahia, consta que foi batizado em 16/05/1867 aos oito dias de nascido, portanto, o nascimento seria em 08/05/1867. Livro de Matrícula – 1.ª Série de 1881-1896. fls. 118 (verso). Ordem de inscrição n.º 92. 24/03/1886. AC: 339.

O sociólogo francês a define como um conjunto de recursos atuais e potenciais, que pode ser institucionalizados ou não, de grupos ligados por uma rede de relações. Elas são o “(...) produto de estratégias de investimento social consciente ou inconsciente, (...) diretamente orientada para a produção ou reprodução de relações sociais utilizáveis de curto ou longo prazo.” (BOURDIEU, 2011-a, p. 68). Para o sociólogo, essas relações se estabeleciam, por fim, através de certo caráter de valor de troca, que não era imperativa e unicamente a material.

A troca transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo limites, isto é, os limites além dos quais a troca constitutiva comércio, comensalidade, casamento, não pode ocorrer. (BOURDIEU, 2011-a, p. 68).

Ao analisar em “A vida patriarcal em Sergipe” aspectos da vida da elite proprietária sergipana do século XIX, Orlando Dantas (1980) exemplifica de certa maneira os argumentos de Bourdieu:

O patriarcalismo predominou na época da Colônia, do Império até meados do século XX, sobretudo entre os senhores de engenho do Nordeste brasileiro. Os chefes das famílias exerciam um poder absoluto sobre os filhos, procurando através dos casamentos o patrimônio econômico das mesmas. Eram enlances matrimoniais de interesse. Muitas vezes as noivas desconheciam pessoalmente os seus futuros esposos. Na época, as viúvas ricas eram disputadas pelos poderosos da redondeza. O comendador Botto casara-se com duas irmãs, ambas viúvas, ricas e filhas de Dias Melo, o Barão de Itaporanga. O Dr. Fernandes de Barros casou-se com a viúva do Capitão-mor, José de Barros Pimentel, dos engenhos Jesus, Maria, José, em Laranjeiras, e Mato-Grosso, em Maroim. (DANTAS, 1980, p. 32-33).

O autor deixa muito claro a premência do interesse econômico nos casamentos entre membros da elite sergipana. Não descarta em si, em sua análise, que essas uniões incluiriam provavelmente também fatores, por exemplo, como status e alianças de poder político. Descreve os pontos conceituais bourdieusianos: há um valor de troca que, para Dantas (1980), é quase que exclusivamente econômico. Em razão desse valor de troca, há agora a demarcação dos limites entre os grupos que se reconhecem. Os matrimônios, portanto, ocorreram entre membros de uma classe proprietária que, basicamente, objetivava com essas uniões a ampliação de seus respectivos patrimônios, entre outros privilégios.

Os pais de Bomfim, Maria Joaquina e Paulino José eram indivíduos socioeconomicamente distintos, de grupos que provavelmente não se reconheciam. Por isso, julga-se duvidoso, a princípio, haver entre eles uma possibilidade razoável de existir um valor de troca. Fato que os colocaria além dos limites de seus respectivos grupos. Aguiar (1999) reflete sobre a questão da seguinte forma:

A julgar não só pela diferença de idade entre os dois, mas, principalmente, por suas origens sociais tão diferentes, seria natural imaginar que Paulino José e Maria Joaquina tivessem, entre si, mais incompatibilidades que gostos e interesses comuns. E é isso o que torna surpreendente saber que os dois viveram juntos, em relativa harmonia e paz domésticas, por quase quarentas anos (AGUIAR, 1999, p. 75).

Pouca página à frente informa a respeito da condição de viúva da mãe de Bomfim antes de casar-se com seu pai. “O primeiro marido de Maria Joaquina morreu (provavelmente de cólera) quando ela ainda tinha vinte e um anos de idade.

Não chegariam a comemorar o primeiro aniversário de casamento, nem tiveram nenhum filho” (AGUIAR, 1999, p. 77). Reis (2006) resalta essa questão ao afirmar que Manoel Bomfim era filho de “(...) um vaqueiro, que se tornou comerciante ao ter a sorte de se casar com uma viúva rica” (REIS, 2006, p. 184). Mesmo que se considere que Maria Joaquina não fosse da classe proprietária, mas sendo uma viúva rica, segundo Reis (2006), ela indefectivelmente seria cortejada por diversos pretendentes poderosos, interessados em sua herança, segundo Dantas (1980). Então, por que em razão desse fato de e todas aquelas incompatibilidades esse matrimônio aconteceu?! Por que ela casou com um vaqueiro?! A conjectura mais simples é a que supõe dúvida sobre as condições ou nível material da família de Maria Joaquina. É possível considerar que o nível econômico fosse ou não estivesse em um patamar tal a atrair pretendentes de grupo social congênere. Tal perspectiva tornaria o matrimônio entre a filha de comerciantes e um vaqueiro mais fiável.

O vaqueiro e a filha de comerciantes, pais de Bomfim, casaram-se na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, matriz de Laranjeiras, aproximadamente em 1858. Logo após o casamento, conforme haviam decidido, mudaram-se para Aracaju. Na nova capital da província, fundada em 17 de março de 1855 (PORTO, 1991), adquiriram um sobrado na Rua da Aurora (atual Av. Ivo do Prado). Na parte superior havia a habitação e, no térreo, foi instalada a Bomfim & Cia.. O casal a transformou em um estabelecimento bem sortido, movimentado e lucrativo. Os lucros do comércio com a Bomfim & Cia permitiram uma estabilidade talvez jamais sonhada antes por Paulino José, o que possibilitou também a expansão e diversificação dos negócios dos Bomfim. Foram adquiridos diversos imóveis e sumacas<sup>3</sup> (para fins de aluguel).

Com algum tempo e condições financeiras mais que confortáveis, o pai de Bomfim comprou um pequeno engenho no Quissamã<sup>4</sup>, em 1867. Era a realização do sonho, certamente jamais tencionado, de almejar algum status de proprietário canavieiro. Foi algo inequivocamente extraordinário para um indivíduo de origem muito humilde, um modesto vaqueiro. Em concomitância à conquista da segurança financeira, Paulino José e Maria Joaquina formaram sua família. Manoel Bomfim nasceu nesse momento quando sua família estava dedicada à atividade urbana do comércio e gozava de uma boa situação financeira (AGUIAR, 1999, p. 75-93).

A contextualização a respeito das origens familiares de Manoel Bomfim é muito importante para este trabalho, para se refletir sobre a trajetória dele. Segundo Lahire:

De alguma maneira, cada indivíduo é o “depositário” de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradouras e intensas, em diversos grupos (dos menores aos maiores) e em diferentes formas de relações sociais. (LAHIRE, 2004, p. XI).

Os Bomfim desfrutavam de privilégios econômicos, mas não tinham a estirpe e o status social elevado de uma família proprietária tradicional. Em palavras de Reis (2006), ele define socialmente Manoel Bomfim como “(...) filho de um personagem novo do Nordeste, exterior ao mundo açucareiro, e muito bem-sucedido, um vaqueiro, que se tornou comerciante (...)” (REIS, 2006, p. 183).

Essas características socioeconômicas certamente tiveram influência sobre a trajetória de Manoel Bomfim e serão analisadas em diversos momentos deste trabalho, quando pertinente. O intelectual e sua família representavam uma espécie de fronteira social (HANNEZ, 1997, p. 15). Eram novos ricos em um país e, em especial, em uma região em que tradicionalmente famílias proprietárias rurais tiveram grande domínio. Elas constituíam o status social mais elevado daquela sociedade eminentemente patriarcal e agropastoril. A ascensão dos Bomfim expressa, de certa maneira, as transformações ocorridas no Brasil, a partir da década de 1860, com o avanço de forças produtivas capitalistas e o papel cada vez mais secundário da região Nordeste e de sua atividade tradicional a cana-de-açúcar. O avanço daquelas forças produtivas capitalistas significava a consolidação da região Sudeste como centro dinâmico do país, através da cultura cafeeira. Por sua vez, o papel secundário da região Nordeste, analogamente, está associado ao declínio da atividade canavieira. Ambas as primárias tinham entre si características semelhantes, a exemplo de serem efetivamente atividades agroexportadoras, baseadas na posse da terra e com uso da mão de obra escrava (havendo distinção, nesse aspecto, na cafeicultura do Oeste Paulista).

---

<sup>3</sup> As sumacas eram pequenas embarcações à vela que serviam para o transporte de açúcar, sobretudo, por serem manobráveis nos portos de barra, estreitos e rasos pelo assoreamento, tão comuns em Sergipe (ALMEIDA, 1985, p. 24-25).

<sup>4</sup> O atual povoado do Quissamã fica na região da zona da mata, fronteira entre os municípios sergipanos de N. Sr.<sup>a</sup> do Socorro e S. Cristóvão, que dista de Aracaju aproximadamente 14 Km.

Ambas as culturas, também, proporcionaram o surgimento de elites aristocratizadas, de elevado status, ocupando os principais encargos administrativos de Estado. A grande divergência está no aspecto modernizador do café, sobretudo em São Paulo, apesar de suas características conservadoras, em termos de estrutura econômica e fundiária. Ainda assim, o café viabilizou uma série avanços como, por exemplo, ferrovias, sistema bancário, telégrafo e o urbanismo. Havia, em certa medida, uma modernização conservadora, já que a estrutura de dependência agroexportadora não foi rompida nem, em si, houve uma integral transformação das elites proprietárias, mas uma estruturação em outro contexto. (GUIMARÃES, 197-?; PRADO JR., 1972; PINTO, 1982, p. 126-145).

Como os Bomfim poderiam então representar transformações, já que se encontravam em um espaço regional em declínio? Para isso é preciso refletir que o declínio da economia canavieira do Nordeste ocorria em concomitância ao avanço das atividades urbanas e comerciais. Tal aspecto não quebrou completamente a estrutura socioeconômica da região, mas abriu espaço para indivíduos como pai de Bomfim. Esses fatores, na prática, significaram, em certa medida, a modernização da região, embora ela tenha ocorrido de maneira muito menos dinâmica do que no Sudeste.

Nesse aspecto das distintas dinâmicas regionais, a singularidade local da província de Sergipe foi muito bem sintetizada pela frase de outro médico e intelectual sergipano Felisbello Freire (1977): “Antes do sergipano ser lavrador, foi pastor” (1977, p. 176). O processo histórico do povoamento de Sergipe, em fins do século XVI, foi baseado na conquista territorial e na instalação da criação de gado bovino. Segundo Nunes:

A pecuária tornou-se, inicialmente, a mais importante atividade dos colonos, que, (...), foram ocupando a terra no sentido sul-norte, a partir das margens dos rios Real e Piauí. (...) A cultura canavieira chegou depois, a partir de 1602, (...) inicialmente, pelas terras férteis da Cotinguiba, denominação que tomou a região banhada pelo baixo curso do rio Sergipe e seu afluente o Cotinguiba (NUNES, 1989, p. 29).

O gado, atividade inicial do pai de Bomfim, foi a economia básica da província por dois séculos. A cana-de-açúcar só tomou corpo de produção em grande escala comercial, em Sergipe, entre o fim do século XVIII para o XIX. O grande momento do açúcar, na província sergipense, foi no XIX, quando a cultura canavieira, no cenário nacional, já havia assumido um papel secundário. Ainda assim, o gado era uma importantíssima atividade acessória à cana, confirmando as características que a pecuária havia tomado em outras províncias do Brasil. Nessa relação cana versus pecuária, a primeira, “(...) em sua ação monopolizadora (...) reservara para si as melhores terras disponíveis” (PRADO JR., 1972, p. 43). Elas basicamente eram as da zona da mata, mais próximas ao litoral, férteis e com boa regularidade de chuvas. Condições imperativas ao desenvolvimento canavieiro. Ao gado “havemos de observá-lo em todos os caracteres que [o] acompanham: o seu lugar será sempre de segundo plano. (...) A começar pela sua localização.” (PRADO JR., 1972, p. 44). À medida que os canaviais avançavam sobre as terras férteis da zona da mata sergipana, empurravam o gado cada vez mais para o interior, para áreas do sertão.

É preciso considerar, na relação cana versus pecuária, os vínculos de trabalho. No primeiro caso, na unidade produtora e manufatureira, havia um conjunto de trabalhadores livres, alguns com ofícios específicos, e um grande número, por vezes, de escravos de origem africana.

A escala que a cana assumiu no Brasil exigiu e construiu tais características. No caso do gado, a experiência do trabalho é outra em razão das distintas características. A pecuária, enquanto atividade extensiva, praticada em rincões do interior, não necessariamente voltada à exportação, era de baixa lucratividade, tinha um modelo de trabalhador completamente diverso ao da cana. Guimarães (197-?) afirma que “a natureza do trabalho nos currais, a ausência de proprietário<sup>5</sup>, a impossibilidade mesma de uma vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários, enfim, o sistema de produção da pecuária não exigiria trabalho escravo, (...)” (GUIMARÃES, 197-?, p. 69) a uma espécie de sistema semi-capitalista. O vaqueiro mantinha com o proprietário uma relação próxima ao interpessoal e era remunerado através de um sistema não-monetário, pois o proprietário pagava “(...) o vaqueiro, que é quem dirige os estabelecimentos, com  $\frac{1}{4}$  das crias; pagamento que só se efetua decorridos cinco anos, acumuladas as cotas de todos eles.” (GUIMARÃES, 197-?, p. 70). Tal característica decorre, entre outros aspectos, do baixo rendimento da atividade, mas que, em contrapartida, era um dos fatores que contribuiu para o povoamento do interior do Brasil. Afinal, ela possibilitava, em alguns anos, que um vaqueiro se tornasse um pequeno pecuarista, reproduzindo currais cada vez mais fundo no território brasileiro.

---

<sup>5</sup> Leia-se “ausência do proprietário” na perspectiva de que vários deles não residiam nem frequentavam regularmente esses estabelecimentos, sobretudo, quando os currais pertenciam a grandes proprietários estabelecidos no litoral.

Outro aspecto muito expresso a respeito dos vaqueiros são os tipos humanos e suas características. Guimarães (197-?) afirma que, em geral, “o índio [foi] mais amplamente utilizado (...)” (GUIMARÃES, 197-?, p. 69), em razão de aqueles aspectos de atividade da pecuária ter baixa remuneração, fato que dificultava a aquisição de escravos. Era oneroso e o trabalho ocorria em localidades, vastidões, onde a vigilância direta seria muito difícil. Quando narra a aparência do pai de Bomfim, Aguiar (1999) assim o define:

Paulino José era, por assim dizer, um exemplo do sertanejo arquetípico, embora tivesse a pele um pouco mais clara que o tipo médio do homem do sertão. Baixo, magro, ossudo, cabelos curtos e crespos, muito pretos, as zigomas proeminentes no rosto imberbe (usava um ralo bigode), sugeria possuir nas veias a indefinível porção de sangue indígena, herança que nem mesmo ele saberia indicar, com um mínimo de certeza, a proporção e a origem (AGUIAR, 1999, p. 75-76).

O arquetípico sertanejo é descrito como um mestiço, em geral, de grupos combinados ao indígena, fato bastante usual na literatura acadêmica, que trata da formação da população brasileira. A historiadora Nunes (1989) descreve que “o primeiro levantamento completo da população sergipana, feito em 1808 por D. Marcos de Souza, (...) apresentava a distribuição em 28,1% de brancos, 27,62% de pretos, 1,99% de índios e 42,28% de raças combinadas” (NUNES, 1989, p. 207). Quase metade da população era de raças combinadas ou mestiças. Paulino José, portanto, seria um representante simbólico de tal característica, não se distinguindo nesse aspecto. Ao descrever, agora a mãe de Bomfim, Aguiar afirma que “Maria Joaquina era uma mulher bonita, de corpo cheio, baixa como Paulino José, os cabelos ondulados e castanhos claros, quase louros. Os quais seriam herdados pelo seu filho Nezinho”<sup>6</sup> (AGUIAR, 1999 p. 77).

Nesta argumentação a respeito das origens de Manoel Bomfim, em que se reflete sobre sua condição de indivíduo socialmente novo na tessitura tradicional do Nordeste brasileiro, surge agora a questão étnica ou de raça do intelectual Bomfim. Através do senso comum, talvez se considere lógica a característica miscigenada do pai de Bomfim, por condição socioeconômica oriunda de homem pobre livre. Por conseguinte, talvez se considere igualmente lógico que as elites proprietárias, em especial a açucareira, tivessem origens mais homogêneas etnicamente. Um discurso construído pelas próprias elites, com o objetivo de salvaguardar seus interesses e privilégios, distinguindo-os das camadas sociais mais baixas. No período Colonial, a ideia de pureza estava mais ligada aos princípios de fidalguia do que necessariamente de raça. Esse aspecto surge no século XIX com o Evolucionismo e o Darwinismo Social de Charles Darwin, por exemplo. A partir das teorias raciais, as ideias de pureza e superioridade raciais tornaram-se mais significativas em virtude, entre outras razões, do seu caráter supostamente científico que, na transição do século XIX para o XX, tornara-se mais socialmente legítimo. No entanto, pode-se refletir a respeito de prováveis analogias entre as duas perspectivas, já que tiveram objetivos e consequências mais ou menos comuns, haveria: a) a afirmação de privilégios; b) a distinção social; e c) a monopolização de recursos diversos que possibilitariam transformações estruturantes.

---

<sup>6</sup> Apelido da infância, que Manoel Bomfim tinha entre os familiares (AGUIAR, 1999, p. 88).

Muito embora trate daquelas questões mais ligadas à ideia de fidalguia e no período colonial brasileiro, “O nome o sangue” de Evaldo Cabral de Mello (2009) revela em suas análises as perspectivas de possíveis analogias entre o ideal de fidalguia e o de raças. A tese central trabalhada pelo historiador são as formas pelas quais determinadas famílias proprietárias de Pernambuco utilizavam de certas artimanhas genealógicas para ingressar ou receber nomeações nobiliárquicas. Elas, além de trazer grande prestígio social, capacitavam seus membros a importantes encargos administrativos. As artimanhas genealógicas eram necessárias para se evitar a revelação dos chamados defeitos, que poderiam ser de sangue ou mecânicos. Os tais defeitos nada mais eram do que descendências desabonadoras, que impossibilitariam o recebimento das desejadas titulações. “[Defeito] de sangue [quando] se descendia de mouro, judeu, preto ou índio ou se incorria no defeito mecânico, vale dizer, se era filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual ou se vivera ele próprio desse mister.” (MELLO, 2009, p. 23). As avaliações dos defeitos dependiam de fatores diversos: família, influência, poder econômico, instituição avaliadora, em determinado contexto de época etc. Segundo Mello (2009), o defeito mecânico estava mais ligado à distinção de classe. No contexto do Brasil Colonial, a conceito separava quem era proprietário de quem não era e que, por isso, tinha que trabalhar duro pelo seu sustento. Já o defeito de sangue era considerado o mais grave pelo historiador pernambucano, pois conotaria distinção racial. Afinal, suas intenções eram afastar indivíduos que não fossem europeus ou seus descendentes e os não-cristãos. Ou seja, o defeito de sangue era, na verdade, uma herança indesejada ou que se construiu sobre ela uma prenoção pejorativa (MELLO, 2009, p. 26, 30 e 32).

Semelhante, na prática, ao preconceito racial, já que para esse último havia a possibilidade também de heranças desabonadoras, mas quando adquiridas de raças degeneradas. É bastante nítida a analogia, mas, obviamente, de contextos muito diversos. Na perspectiva da fidalguia, a pureza de sangue estava associada a uma linhagem ancestral a qual um indivíduo pertenceria. Ela seria legitimada através desde questões de status até de caráter religioso. Já na perspectiva da raça, o elemento chave de distinção dos indivíduos fazia-se através da inferência científica, que determinava a divisão da humanidade em raças e uma hierarquia entre elas. Ou seja, ambos os conceitos – fidalguia e raça – estabeleceram, em perspectivas e meios vários, formas de separação das pessoas em camadas e condições sociais que alienavam privilégios de uns em favor de outros. Muito embora, a grande diferenciação que o critério de raça se utilizava era do discurso de ser imparcial. Isso porque os critérios de divisão se baseariam em comprovações científicas, portanto, não seriam arbitrários (SCHWARCZ, 1993).

As táticas para se evitar a mácula à família eram várias. Destacar-se-ão duas em particular, a título de exemplificação e de reflexão de interesse para esta obra. A primeira era mascarar a linha central da genealogia, dando ênfase em algum ramo colateral da família, quando havia a possibilidade de existência de algum defeito. A outra era o casamento para se limpar a mácula de um determinado ramo (MELLO, 2009, p. 26-27). Então, nesse ponto, é necessário realizar a retomada do conceito bourdieusiano do capital social e o valor de troca. O casamento para se limpar algum defeito da família imperativamente dependia das relações que grupo tivesse ou constituísse para tal fim. Essas relações, como visto, seriam possíveis através de certo valor de troca do qual a família dispusesse.

Fica inteligível que já havia no Nordeste brasileiro uma tradição de casamentos arranjados, entre as famílias proprietárias ou açucorocratas. Matrimônios que não se restringiram, como visto, aos fatores econômicos que Dantas (1980) tanto salientou entre as elites proprietárias sergipanas do século XIX. Aquelas uniões eram uma prática arraigada. A continuidade dela, mesmo que contexto em que a cana não gozava mais do protagonismo de outrora na economia brasileira, é algo cuja prática é bastante razoável de se observar. Ela se tornou uma cultura reiterada.

Manoel Bomfim está ligado, portanto, a uma origem familiar e de caráter social bastante modesta. A mãe do intelectual, Maria Joaquina, era filha de comerciantes, mas provavelmente sem grande fortuna ou status. Em razão de tal aspecto, possivelmente, explica-se a concordância da família dela em seu casamento com um vaqueiro. O pai de Bomfim, Paulino José, era um trabalhador braçal, de baixo extrato social e mestiço. Após o casamento de ambos, eles se estabelecem na nova capital da província de Sergipe, Aracaju, onde se dedicaram à atividade comercial, na qual foram bem-sucedidos. Tal aspecto foi possível não apenas em razão da dedicação ao trabalho, mas também de uma conjuntura político-econômica favorável. Manoel Bomfim, pode-se dizer, nasceu em uma família abastada, mas sem qualquer traço de linhagem. Apesar daquela conjectura favorável brasileira e da abastança da família do autor, ainda sobreviviam certas características tradicionais na sociedade brasileira. Esses privilégios eram, em especial, usufruídos pelas camadas proprietárias rurais ou a elas ligadas. Bomfim foi um elemento representativo da gradual alteração daquelas características, mesmo que não necessariamente estruturais. Sua composição de ideias e ações, sua trajetória enfim, expõe as alterações, em diversos meios, do Brasil do século XIX para o XX.

Sua teoria representaria, então, as questões dessa origem e trajetória, incluindo as implicações raciais, pois Manoel Bomfim era de origem étnica e social controversa para o meio no qual se inseriu em relação à sua contemporaneidade. Ao criticar os preceitos mais discriminatórios das teorias raciais, ele criou e defendeu um discurso do qual também fazia parte.

## 1.2 UM JOVEM DECIDIDO A ESTUDAR MEDICINA

Ainda que pareça paradoxal refletir sobre as razões e conjecturas que levaram Manoel Bomfim a cursar medicina, a priori, transita pela compra do engenho realizado pelo seu pai. Quando a situação financeira permitiu, Paulino José adquiriu um engenho em N. Sr.<sup>a</sup> do Socorro, município vizinho a Aracaju. Ele foi adquirido em 1867 e vendido pela família em 1918, em virtude de problemas financeiros. Em um primeiro momento, é preciso considerar o valor simbólico da aquisição do engenho por um ex-vaqueiro. Isso não necessariamente significa dizer que a compra e a permanência da propriedade entre os Bomfim não tivesse um objetivo de exploração comercial a fim de se obter lucros, mas é necessário recordar que a cultura canavieira foi a mais importante atividade econômica de Sergipe, durante o século XIX até os princípios do XX. Do último quartel do século XIX em seguida, a cana enfrentou sérias dificuldades. Então, a questão financeira não foi o único elemento que se possa considerar na compra de um engenho. Há o valor social simbólico. Para se entender isso, é preciso, anteriormente, compreender certos aspectos da formação do Brasil enquanto uma sociedade cujo topo da pirâmide social era essencialmente composta por proprietários de terra.

A posse da terra era um marcador social importantíssimo, já que, ao longo da história do país, desde a Colônia até a década de 1930, ele foi basicamente um território agroexportador. Os primeiros e, quiçá, os mais tradicionais proprietários rurais foram os Srs. de Engenho, sobretudo, do Nordeste brasileiro. Tal aspecto simbólico foi muito bem conceituado por Antonil, ainda no século XVII, pois afirmava o religioso que:

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (ANTONIL, 2013, p. 80).

Ainda que a obra de Antonil trate de um momento dois séculos anterior ao do pai de Bomfim, ela justamente marca o período de consagração da imagem dos Srs. de Engenho. Embora a cana-de-açúcar, nos dois séculos seguintes, não fosse mais uma economia tão destacada, a mística do poder e do status do Sr. de Engenho permaneceu. Para Dantas (1980), essa perspectiva assinala que os Srs. de Engenho eram mais revestidos de privilégios sociais do que econômicos. O ser Sr. de Engenho era, como bem exemplificam e conceituam os autores, algo desejado em razão, entre outras, do grande privilégio social que implicava. Com ele, havia o exercício certamente de um poder, ainda que em um nível mais local, talvez restrito à propriedade ou a uma pequena região. Era um universo imenso em meios e possibilidades de legitimação daquele desejado status social. Dois séculos depois, o próprio Paulino José concretizou, à sua maneira, o sonho de ser proprietário de engenho.

Para um sertanejo pobre, o ato possivelmente significou o coroamento dos esforços de uma vida. Era, pois, a confirmação de uma, a princípio improvável, mas sonhada e desejada nova e favorável condição social. Mas para o seu filho Manoel Bomfim, o Nezinho, qual o provável significado? Bomfim não vivenciou a mesma infância do pai, abortada pelo trabalho prematuro e pesado e em uma existência desprotegida em razão de uma condição social baixa. O pai, Paulino José, não permitiria que ocorresse aos filhos tal destino, trabalhou arduamente para alterá-lo. No entanto, não significa que o patriarca dos Bomfim esqueceu-se do valor do trabalho duro, que deveria ser valorizado também pelos seus descendentes. Eles deveriam ter a consciência concreta da importância das coisas. Por essa, entre outras razões, Paulino José enviou Nezinho (Manoel Bomfim) à propriedade, batizada de Engenho Bomfim, aos 12 anos (por volta de 1880), para que lá aprendesse a lida e a estima ao trabalho. O objetivo era que o jovem, em alguns anos, seguisse uma carreira no comércio, semelhante ao pai (AGUIAR, 1999, p. 88-89).

A experiência muito certamente marcou o jovem Manoel Bomfim. Ele vivenciou tanto as liberdades e aventuras da vida em uma fazenda quanto viu de perto o trabalho escravo. Afinal, em um engenho, ainda que de pequeno porte, haveria certo contingente de trabalhadores compulsórios. O trabalho de fabrico do açúcar e seus derivados (cachaça, melaço, rapadura etc.), as demandas em si de uma propriedade rural, ao se considerar região e suas características históricas, exigiam o uso da escravidão. Naquela época, as mais penosas tarefas eram realizadas quase que exclusivamente por aquele tipo de mão de obra.

Os futuros trabalhos realizados por Manoel Bomfim sofreram a provável influência dessa experiência, tanto no seu aspecto bucólico e pitoresco, a revelar caracteres da cultura brasileira em sua formação social, quanto das inelutáveis contradições socioeconômicas ali existentes e muitas vezes veladas pela própria sociedade brasileira.

Passos Subrinho (2000) refletiu a respeito da dimensão da escravidão em Sergipe. Suas análises proporcionam algumas perspectivas sobre essa instituição, no plano local, possibilitando uma aproximação da própria perspectiva do jovem Manoel Bomfim a respeito. Quiçá, de maneira similar, permita-se vislumbrar, de alguma maneira, a influência sobre a trajetória do futuro intelectual Manoel Bomfim. Tomar-se-ão alguns dados e considerações de Passos Subrinho (2000) sobre as décadas de 1850 e 1880; portanto, que possibilite entrever tanto o período de união dos pais de Bomfim e o de sua juventude. Assim, a princípio, vamos a dados oficiais contidos na Fala do Presidente da Província de Sergipe de 1851, relatório que os administradores dos executivos provinciais tinham que apresentar regularmente. Ao falar sobre o levantamento da população livre e escrava, a partir dos dados daquele documento oficial, assim se expressa Passos Subrinho:

(...) não obstante existirem, em 1850, escravos em todas as regiões da Província, esses se concentravam na Zona da Mata, especialmente na região da Cotinguiba, que possuía 39,09% dos escravos sergipanos. Em seguida, vinha a Mata Sul, com 22,60% dos escravos. Juntas, as duas regiões da Zona da Mata Sergipana possuíam 61,69% dos escravos, estando o restante 38,31% divididos entre as três regiões do Agreste-Sertão (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 76-77).

Como era até de se esperar, as áreas da Zona da Mata concentravam o maior número de escravos de origem africana. Fato esse concernente com a atividade canavieira dominante nessa região e que usualmente se utilizava de tal modelo de mão de obra, praticamente desde os princípios da colonização. A região da Cotinguiba, da qual a nova capital fará parte, possuía algo próximo a 2/5 de todos os escravos da Província. O engenho dos Bomfim, embora de pequeno porte, localizou-se justamente nessa importante região produtora de açúcar, cuja utilização da escravidão era corriqueira, sendo esse trabalho, portanto, bastante demandado entre as propriedades daquela porção da então província de Sergipe. Em outro documento oficial de 1887, uma Matrícula de Escravos, Passos Subrinho (2000. p. 430) apresenta novos dados da população escrava, desse outro período, de quase quarenta anos depois. Momento esse em que Bomfim contava com aproximadamente 19 anos e já se encontrava no 2.º ano do curso de Medicina em Salvador, prestes a mudar para o Rio de Janeiro. Os dados demonstram que houve, nesse lapso de tempo, uma vertiginosa redução do número total de escravos em Sergipe, mas aumentou a concentração deles na região Cotinguiba, que agora conta com Aracaju, daqueles próximos 2/5 para quase metade do total de escravos da província. Ainda que a escravidão em si houvesse reduzido, pois se vivenciava o auge da Campanha Abolicionista no país, a região da Cotinguiba mantinha-se como profundamente escravocrata. Passos Subrinho (2000) destaca, ainda, ao analisar argumento de Maria da Glória Almeida (1987), que os planteis de escravos em Sergipe em si não eram média tão pequenos como, em geral, afirma a historiografia.

O erro estaria em comparar dados de Sergipe, do século XIX, com os do Recôncavo Baiano e Zona da Mata Pernambucana, dos séculos XVI e XVII. No século XIX, a média de escravos por propriedade açucareira sergipana seria de 20 indivíduos, o que, naquele mesmo século XIX, não era muito distinto ao número de trabalhadores servis de propriedades de outras regiões do Brasil (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 95-102).

As observações conjecturam, portanto, que a escravidão em Sergipe, ainda que guardem inequívocas singularidades, foi largamente utilizada como nas demais províncias brasileiras. Manoel Bomfim, na sua infância e adolescência, tanto em Aracaju quanto na propriedade da família, conviveu com ela, não distintamente daqueles seus contemporâneos e, sobretudo, daqueles de sua condição socioeconômica. Nessa perspectiva, o trabalho compulsório era um instrumento de uso, que representava a modalidade prática de reprodução econômica e de privilégios sociais. Por vezes, a literatura de ficção é mais pródiga ao expressar as dimensões sociais dessas estruturas, criando imagens mais vívidas de como a da escravidão estava presente no dia a dia dos indivíduos. Em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis (1994), por exemplo, cita que a personagem central na infância possuía um menino negro por pajem, de nome Prudêncio. Esse pajem servia a Brás das mais diversas formas, atendendo desde as necessidades concretas até meros caprichos (ASSIS, 1994, p. 15)<sup>7</sup>. A condição de filho de um tradicional grande proprietário licenciava Brás a tais privilégios. Ele os utilizava em muitos momentos e maneiras moralmente duvidosas. Assim, o escritor fluminense, em uma pequena cena do cotidiano, conseguia sintetizar a crueldade da escravidão.

Em “Através do Brasil”, obra didática escrita por Bomfim (1910) em coautoria com Olavo Bilac (1910), uma das personagens é um jovem negro que seria a representação ficcional e homônima de Juvêncio, menino negro, filho de escravos que lhe fez companhia no engenho da família (AGUIAR, 1999, p. 89). O vetor de Bomfim, em relação a essa analogia com a realística ficção machadiana, é a de que, assim como a personagem Brás-Cubas, o intelectual sergipano, por sua condição socioeconômica, também possuiu um companheiro ou pajem com quem conviveu em parte de sua infância e adolescência. O fato é fortemente simbólico. Afinal, tal aspecto é revelador, mesmo que se considere a conjuntura histórica ou que se recorde que o autor era aquele elemento social novo (REIS, 2006, p. 183). Bomfim, portanto, não pertencia à tradicional elite proprietária rural da época, mas sua família ascendeu socialmente, representando o processo de transição social, que se visualizava a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, em certa medida, essa família também reproduziu características da sociedade tradicional do Nordeste açucareiro. Na transição da sociedade rural tradicional, agroexportadora e escravocrata, esses elementos rurais e urbanos mantiveram certa relação de concomitância. Essa foi característica de como o processo de transformações capitalistas ocorreu no Brasil, de uma sociedade rural e escravocrata para uma mais comercial, urbana e com predominância de trabalho livre-assalariado (ALMEIDA, 1993; PASSOS SUBRINHO, 2000).

---

<sup>7</sup> Machado (1994) narra a relação das suas personagens no Capítulo XI – O menino é pai do homem.

Em uma das passagens mais famosas da literatura, o autor representa o voluntarismo da elite proprietária brasileira do XIX: Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!” (ASSIS: 1994. p. 15).

As experiências de Bomfim, transpostas a uma narrativa, encenam tal conjuntura, não significando em si nenhuma avaliação de caráter moral da obra “Através do Brasil”. A obra didática de Bomfim (1910) e Bilac (1910) basicamente narra as aventuras de dois jovens para reencontrar seu pai. Nessa odisséia, os jovens percorrem boa parte do território nacional. O texto aproveita para apresentar aos seus prováveis leitores e estudantes o seu próprio País (SANTOS, 2012). Aqueles dois têm ao seu auxílio um jovem negro livre de nome Juvêncio. “(...) Manoel Bomfim fez de Juvêncio um personagem da história, atribuindo-lhe elevadas qualidades pessoais e enorme senso de amizade e justiça” (AGUIAR, 1999, p. 89). Certamente não há coincidências. Elas também não parecem ocorrer, ainda que se apresente certo caráter de altivez, com relação às contradições sociais que acaba por refletir Bomfim (1910) e Bilac (1910). O jovem Juvêncio era um apoio, um guia, em quem sempre se amparam as personagens centrais. Reis (2006) tem uma afirmação bastante polêmica, que se pode associar a essa questão, a de que Bomfim possuiria um “racismo não confessado” (REIS, 2006, p. 228) em relação aos negros. Tal compreensão baseia-se na percepção de que o intelectual, em seus trabalhos, conferiria ao negro uma espécie papel mais secundário na formação da população brasileira.

Para Reis (2006), Bomfim, em contrapartida, valorizava em maior grau a contribuição, por exemplo, dos índios. Fato esse que não é uma excepcionalidade, já que o autor tinha um confesso apreço ao nacionalismo do Romantismo Indigenista (REIS, 2006, p. 227-228).

Essa experiência no engenho da família permitiu, muito certamente, ao jovem Bomfim considerar suas opções para o futuro. Claramente, o pai o conduzia ao trabalho nos negócios da família. No entanto, por volta dos 16 anos, o jovem Manoel Bomfim deu uma guinada inesperada pela família e mais ainda pelo pai, Paulino José. Apesar da pouca idade, mostrou grande tenacidade e firmeza de espírito para informar à família a sua pretensão de estudar medicina. A iniciativa do jovem Bomfim recebeu censuras, pesares e palavras de reconsideração (AGUIAR, 1999, p. 96 e 119). Esse ato em si de contestar e buscar impedir, explica-se não apenas por uma atitude de um autoritarismo patriarcal, mas se deve considerar que, naquela época, as carreiras acadêmicas não eram muito promissoras. Elas, em geral, não significavam, como na atualidade, a conquista de uma profissão e de um meio de vida.

No período de Bomfim, tais formações acadêmicas eram, em geral, o Direito em particular, um trampolim para uma futura carreira no funcionalismo público e/ou política. Segundo Coelho (1999), embora até conferisse certo status também, a medicina estava aquém do Direito nesse aspecto e nas possibilidades de se viver da profissão liberal. O advogado, como já referido, em geral, buscou essa formação com vista àquela perspectiva de ingresso no serviço público ou na política. No exercício da profissão, apesar da pequena clientela (até aproximadamente a década de 1870), poder-se-ia sobreviver como casuístico ou receber um trabalho comissionado pelo Império ou governos provinciais.

Esse último, não apenas era mais bem remunerado, mas também de pagamento mais confiável e regular. Já os médicos experimentavam uma realidade tanto análoga, em alguns aspectos, quanto distinta, em outros. Essa realidade poder ser resumida da seguinte maneira: a) a utilização de práticas e técnicas, algumas muito invasivas e de eficácia duvidosa, geravam desconfiança e até temor nos pacientes; b) os pudores da época, que repercutiam no grande constrangimento, por exemplo, de moças e senhoras em serem tocadas por homens estranhos e, muito certamente, sob o atento olhar de pais ou maridos; tais questões, por fim, contribuíram para que c) os profissionais da medicina tivessem a concorrência de práticas e tratamentos da medicina caseira ou popular (COELHO, 1999). Nessa perspectiva, Aguiar (1999) narra que o primeiro trabalho de Bomfim fora de fato na medicina, logo após a sua formatura em 1890. Assumi o posto de médico-cirurgião de uma Brigada Militar, no Rio de Janeiro. Era um trabalho, conseguido pela interferência do amigo Alcindo Guanabara, mas que não representava independência financeira da família, pois o baixo salário impunha ao jovem médico a necessidade de ainda manter a mesada que a família enviava de Sergipe. Além do que reclamava Bomfim que os oficiais da Brigada, muitas vezes, preferiam “guiar-se pelos conselhos e rezas de pais e mães-de-santo (...)” do que a terapêutica médica que ele recomendava (AGUIAR, 1999, p. 152). A partir de tal realidade, portanto, as melhores chances de uma condição de retorno relativamente digna do médico no exercício de sua profissão era o comissionamento estatal ou o atendimento regular e privado de alguma família abastada. Entretanto, para conseguir essa condição, muito mais importante eram os dotes sociais do que os profissionais (COELHO: 1999. p. 76).

Por dotes sociais leia-se, por exemplo, dispor de rede de contatos, usualmente obtidos pela participação em instituições como a exemplo da Academia Imperial de Medicina (COELHO, 1999, p. 88). Além desse elemento, havia ainda o:

(...) domínio de uma língua estrangeira (principalmente o francês), conhecimento das teorias médicas em voga na Europa, adequada proveniência social, certa cultura humanística, apropriadas referências sociais (de outros clientes notáveis) e, certamente, a posse de um diploma de medicina (COELHO, 1999, p. 90).

Mesmo cumprindo todas essas condições, por via de regra, os médicos não sobreviviam apenas de sua profissão, muito facilmente poderiam, por exemplo, “ter sociedade em um comércio” (COELHO, 1999, p. 80). Além do uso de certas estratégias para escarpar a cobranças de taxas e impostos, os “médicos clinicavam em suas residências ou clandestinamente nos fundos de farmácias” (COELHO, 1999, p. 100). Assim, reduziam-se custos e melhorava-se a renda. Havia ainda aquela perspectiva, semelhante ao Direito, de se utilizar do certo status do diploma médico para impulsionar uma carreira no serviço público ou na política, sem jamais exercer a profissão. Por fim, a literatura traz uma imagem, em outra perspectiva, que reforça esse certo despreço que a medicina facultava nas pessoas: a ideia de lidar com imundícies. No romance “Os Maias”, do escritor português Eça de Queirós, lançado em 1888, a personagem Carlos da Maia, herdeiro de uma tradicionalíssima família fidalga portuguesa, decide estudar medicina, apesar do certo apoio do avô e patriarca da família, D. Afonso da Maia.

Nesse sentido, o escritor português mostra em uma singela passagem a desaprovação da sociedade com:

Esta inesperada carreira de Carlos (pensara-se sempre que ele tomaria capelo em Direito) era pouco aprovada entre os fiéis amigos de Santa Olávia. As senhoras, sobretudo lamentavam que um rapaz que ia crescendo tão formoso, tão bom cavaleiro, viesse a estragar a vida receitando emplastros, e sujando as mãos no jorro das sangrias. O doutor juiz de direito confessou mesmo um dia a sua descrença de que o Sr. Carlos da Maia quisesse «ser médico a sério». (QUEIRÓS, 1888, p. 117) <sup>8</sup>.

Pesam aqui duas imagens, a primeira a de o jovem Carlos da Maia ser um fidalgo, portanto, o trabalho em si era algo não necessariamente apropriado a um membro de uma família nobiliárquica. No entanto, a segunda pesava mais ainda, já que o trabalho na medicina tinha um aspecto quase que praticamente braçal e dado a lidar com as sujeiras dos indivíduos – os pacientes. Fato que tornava, então, tal atividade não tão digna assim naquele século XIX. Por essas e outras, tomando-se a expressão de cunho popular, é absolutamente inteligível a consternação da família de Bomfim, em especial, do seu pai, homem pragmático e acostumado a rudezas da vida, de que o seu filho estudasse medicina. Afinal, a melhor opção de que o jovem poderia dispor era, sem dúvida, nos negócios da família de Bomfim,

---

<sup>8</sup> Referência obtida da 1.<sup>a</sup> edição, que foi digitalizada e disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), já que a obra é de domínio público. QUEIRÓS, Eça de. Os Maias, 1888, p. 117. Disponível em <http://purl.pt/23>. Acesso em 02 fev. de 2017.

que a província de Sergipe possuía uma economia que dependia da produção e exportação de uma tradicional atividade colonial – o açúcar. Além dessa atividade tradicional, havia uma pequena soma de outras atividades de produtos essencialmente agropecuários, vários para o consumo interno e, em geral, de baixo valor agregado. Ou seja, havia um espaço em que as perspectivas de mercado e trabalho eram bem estritas à posse da terra, à produção agropecuária ou à ocupação de encargos no serviço público. Daí maior a admiração em relação à enérgica e destemida perseverança de Manoel Bomfim que o fez prosseguir na busca da formação médica.

### 1.3 A INSTRUÇÃO EM SERGIPE NO SÉCULO XIX

Naquela época, o ingresso em uma das poucas instituições de ensino que o país dispunha era realizado através da prévia execução de exames denominados de preparatórios (NUNES, 2008, p. 98). Eles tinham valor comprobatório e de certificação do que equivaleria hoje à conclusão do Ensino Médio, auferindo, por conseguinte, que o estudante estava apto a solicitar uma vaga em uma faculdade. Ou seja, é possível se afirmar que eram uma espécie de vestibular *sui generis*, à perspectiva de hoje. Mas em que nível estava a Educação naquela época, a qual Bomfim teve acesso e da qual foi um aguerrido defensor? É bastante pertinaz, para se visualizar e refletir a respeito da questão, observar a seguinte crítica de Nunes (2008), no seu “História da Educação em Sergipe”:

Difícil, porém era resolver os graves problemas educacionais que dominavam Sergipe, como acontecia em todo o país, reflexo de uma política que remontava às disposições do Ato Adicional à Constituição do Império, promulgado em 1834.

Todo sistema educacional é parte integrante da organização de uma sociedade. Todos os seus componentes devem estar mutuamente dependentes, em sincronização. Assim não acontecera no Brasil-Império. Cada Província desenvolvera o ensino primário e secundário sem plano definido, segundo as contingências do momento e os interesses dos grupos de poder. Daí o fracasso de alguns estadistas que tentaram, na administração das Províncias, reformas que se chocavam com a realidade dominante (NUNES, 2008, p. 175-176).

Dá a autora uma visão nada animadora, tanto da realidade nacional quanto local. Independente das prováveis decepções ou comprovações, é importante considerar algumas questões que tiveram relação com a trajetória de Bomfim. Uma primeira é, obviamente, a de que o ensino em Sergipe era precário. Fato não muito distinto do restante do país. Outro elemento importante é a referência ao Ato Adicional de 1834. Ele foi em si um produto de um grupo que formou o Partido Liberal e que buscava, com essa legislação, descentralizar a política do Império. Na educação, isso significou que ela ficaria a cargo das províncias, nos segmentos primário e secundário. Fato coerente com a proposta de cunho liberal, mas que paradoxalmente deixou a educação à mercê, como a própria autora diz, das “contingências do momento e os interesses dos grupos de poder”. Na prática, nos capítulos III e IV, Thétis Nunes (2008) trabalha a série de reformas pontuais na instrução de Sergipe a partir do Ato Adicional e de outras legislações criadas com base em suas premissas. Nas análises, a autora observa que as medidas provocaram poucos efeitos, pois eram desarticuladas, sem iniciativa de alteração de estruturas sancionadas e revogadas ao sabor da política.

Um formidável exemplo dessa característica é a iniciativa do Pres. da Província Inácio Joaquim Barbosa, que transferiu, em 1855, a capital de S. Cristóvão para Aracaju, e planejou transferir também o Liceu da antiga capital para a recém-inaugurada. Após a morte de Inácio Barbosa, ainda em 1855, assumiu o novo Pres. Salvador Correia de Sá e Benevides, que alterou o plano: ao invés de uma instituição de ensino, para ele fazia mais sentido a construção de uma prisão (NUNES, 2008, p. 95). Justificava-se o Pres. Sá e Benevides da seguinte forma:

Tenho pensado em contratar essa obra do edificio com o Capitão Manuel Zuarte de Siqueira e Melo que havia contratado a obra do edificio destinado para um ateneu nesta Capital, e havendo já dois internatos na Província, o Ateneu seria uma obra de mero luxo; assim resolvi mandar suspender a execução dessa obra, podendo-se talvez com a quantia destinada para conseguir a construção de cadeia, objeto não de luxo, mas de verdadeira e palpitante necessidade: se aprovada essa minha deliberação farei prontamente começar o edificio. Relatório com que foi aberta a 1.<sup>a</sup> Sessão, da undécima legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, no dia 2 de julho de 1856 pelo Exmo. Sr. Presidente Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides (NUNES, 2008, p. 347-349. n. 151).

A partir de tais observações, fica muito mais fácil expor e refletir a respeito das características mais gerais da educação em Sergipe, na segunda metade do século XIX, período em que Bomfim realizou seus exames preparatórios e, através deles, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. Não havia necessariamente uma rede formalizada de escolas públicas ou privadas, mas, no geral, aulas avulsas de, por exemplo, Latim, Aritmética, Geografia e História (do Brasil), Gramática, Língua Francesa e Inglesa e Ensino Religioso. Essas aulas estavam espalhadas por vários municípios e vilas da província, sobretudo aqueles mais economicamente dinâmicos. Quando privadas, as aulas eram realizadas nas casas dos ministrantes, em muitos casos.

Quando públicas, as aulas eram ministradas, em geral, em casas alugadas e em condições muito precárias tanto do ponto de vista pedagógico quanto de estrutura física dos imóveis. Os sexos, entre aproximadamente 10 e 12 anos, eram separados, sendo assim, em determinado município ou vila poderia existir, por exemplo, uma aula de Aritmética para rapazes, mas não para moças ou vice-versa. A habilitação e preparação dos professores era bastante duvidosa. Afinal, não havia uma regularidade de cursos normais em Sergipe, as academias eram mais acessíveis aos indivíduos de posses e a profissão em si era desestimulante. A realidade, então, era de baixos salários, péssimas condições de trabalho e de subserviência às indicações políticas, que, em muitos casos, preteriam aqueles mais vocacionados ou habilitados. Tal realidade era um pouco diferente no ensino particular, cujo prestígio dos profissionais e qualidade do trabalho, usualmente realizado, era superior ao público. Ainda assim, no quadro geral, a Educação era precária, de baixa qualidade, desestimulante para professores e alunos e acessível à minoria e cuja funcionalidade não era a formação, mas suprir o serviço público da província de uma mão de obra um pouco mais qualificada (NUNES, 2008, p. 87-142). Desde meados da década de 1870, houve algumas mudanças. No plano nacional, na perspectiva econômica, a agroexportação do café apresentava bons resultados. Esse fato permitiu um maior dinamismo da economia com o avanço do urbanismo, suas usuais atividades e outros tantos elementos associados ao progresso. No plano local, também na perspectiva econômica, em controvérsia com o nacional, persistia ainda a dependência da tradicional atividade canavieira, embora se pudesse sentir alguns ventos de progresso. Um deles representado na própria edificação da nova capital, uma década e meia antes.

Contudo, é no plano político e de debates que a relação entre nacional e local ficou mais agitada. Essa característica em razão das acaloradas polêmicas e discussões sobre o abolicionismo e o republicanismo, que tanto excitaram aquelas gerações. Nesse contexto, é indicado para a Pres. da Província de Sergipe o literato Herculano Inglês de Souza, que permaneceu no cargo entre 18/05/1881 e 22/2/1882. Apesar do curto espaço de tempo, que não era uma característica tão incomum assim para o encargo (DANTAS, 2009), ele sacudiu bastante a província com uma larga reforma educacional. Nunes (2008) assim descreve:

Três pontos de sua Reforma [Inglês de Souza] que seriam o alvo preferido das críticas apaixonadas e violentas desencadeadas contra ele: a retirada da obrigatoriedade do ensino religioso e sua ausência do currículo da Escola Normal, o curso secundário seriado e a Escola Normal mista. Escandalizavam os estreitos limites provincianos, desafiando tradições e preconceitos, além de contrariarem os interesses da classe dominante (NUNES, 2008, p. 155).

O primeiro e o último perturbavam pilares da conservadora sociedade sergipana do século XIX: uma educação ainda fortemente influenciada pela anuência da Igreja Católica e de segregação da mulher, a incutir-lhe primordialmente a posição de prenda do lar. Com relação ao Ensino Religioso, houve, em particular, a aguerridíssima defesa do Pe. Olímpio de Souza Campos, do Partido Conservador, que, na transição do século XIX para o XX, transformou-se em uma das lideranças políticas mais fortes de Sergipe. Entretanto, em relação ao ensino secundário seriado, qual era o problema? Esse ponto interferiu diretamente na trajetória de Bomfim à Faculdade de Medicina da Bahia.

Foi criado pelo artigo 17, do Regulamento de 24/10/1870, daquela reforma do Pres. Inglês de Souza, o Atheneu Sergipense, “abrangendo o curso de Humanidades e a Escola Normal” (NUNES, 2008, p. 116-117). Prontamente, percebe-se que a instituição de ensino fora criada com a intenção de ser o referencial da educação da província. Ela terá uma existência igualmente afetada pelos dissabores dos interesses políticos provincianos. Na reforma intentada por Inglês de Souza, o Atheneu assumiria papel de relevância, pois ele foi “convertido em Liceu Secundário de Sergipe (...) com curso seriado de seis anos (...)” (NUNES, 2008, p. 149). Tal medida quebrava o monopólio exercido pelos exames preparatórios. Como já observado, não havia necessariamente uma estrutura formalizada de uma rede de escolas, públicas ou privadas, que enfatizava a existência das aulas avulsas. Em razão dessa característica, as instituições de ensino que existiam, sobretudo privadas, eram favorecidas, pois “(...) se não ensinavam bem, ao menos adestravam mais rapidamente para os exames, sendo por tal razão pretendidos pelos candidatos às academias” (NUNES, 2008, p. 161). Ou seja, a precariedade da instrução em Sergipe era um fator de interesse de instituições particulares. Dessa desorganização tais instituições tiravam proveito, já que eram buscadas por aqueles que desejavam apenas uma rápida preparação para o objetivo de ingresso em algum curso acadêmico da época. Há que também se levar em consideração que, naquela década de 1880, havia poucas instituições de ensino superior e o jovem sergipano que desejasse cursar qualquer uma delas deveria ser egresso de alguma família com um mínimo de recursos para tornar o intento viável. Algo fora do alcance da maioria. Então, aqueles com poder e influência, pressionavam as bancas examinadoras dos preparatórios a agir com leniência com seus respectivos filhos.

Houve até certos períodos em que a situação ficou de tal maneira escandalosa, que os exames foram suspensos em Sergipe; embora não fosse um caso isolado da pequena província do norte<sup>9</sup>, pois em várias outras do Império registrava-se problema semelhante (NUNES, 2008, p. 136-137). Mas que fim, afinal, levou a reforma do Pres. Inglês de Souza? Após a saída de Inglês de Souza, em fevereiro de 1882, da Pres. da Província de Sergipe, todas essas medidas polêmicas foram revogadas. Entre as consequências do ato, três podem ser rapidamente destacadas: 1.<sup>a</sup>) queda na matrícula e 2.<sup>a</sup>) aumento na evasão do Atheneu e 3.<sup>a</sup>) impulso do ensino privado, pois se favoreceu com a continuidade dos preparatórios (NUNES, 2008, p. 161-162).

Conde Aguiar (1999) assim se refere à reforma de Inglês de Souza e seus desdobramentos, quando Bomfim decide pelo curso de medicina.

Quando, nos primeiros meses de 1885, Manoel José deixou o engenho Bomfim e chegou a Aracaju para fazer os preparatórios, rara eram as pessoas que ainda comentavam o curto período de governo de Inglês de Souza. Contudo, nenhum vestígio das suas iniciativas educacionais havia restado. Por ironia da vida, Manoel José seria, na época, beneficiando pela ação regressista das elites dominantes, as mesmas que, no futuro, ele apontaria como responsáveis pelo atraso político e social brasileiro. Caso as reformas propostas e iniciadas por Inglês de Souza tivessem prevalecido, Manoel José seria obrigado a cursar regularmente o secundário – e não teria concluído os preparatórios a tempo de matricular-se, no início de 1886, na Faculdade de Medicina da Bahia (AGUIAR, 1999, p. 116).

Esse fato é bastante irônico, pois Manoel Bomfim lutou toda uma vida pelo aprimoramento da educação brasileira. Ele a considerava a solução para os “males de origem” das sociedades latino-americanas e que tiveram como uma de suas consequências o atraso daquelas sociedades em relação às mais avançadas do mundo.

Tal característica – os “males” – teriam origem basicamente na herança no “parasitismo” colonial ibérico – uma exploração colonial altamente predatória –, cuja propriedade de “vício social” foi transmitida aos latino-americanos pelo próprio processo de colonização, que resultou em sociedades “conservantistas”, ou seja, retrógradas. Não há referências seguras a respeito dos estudos básicos de Manoel Bomfim, se em escolas particulares, se no Atheneu Sergipense, se em aulas avulsas ou por preceptores. Fato certamente em consequência da falta de registros que pudessem servir de dados na biografia do médico. Aguiar (1999) cita, por exemplo, o gosto de ler como algo do temperamento do jovem Bomfim, cultivado através da leitura de velhas brochuras herdadas do avô materno, “(...) português, comerciante e poeta nas horas vagas”. Além disso, há o registro de jornais assinados pelo pai, Paulino José<sup>10</sup> (AGUIAR, 1999, p. 96). Bomfim possuiria certo gosto também por demonstrar em família tais capacidades e conhecimento. Em 1885 Bomfim realizou com distinção os exames preparatórios. Através desse ato burocrático e comprobatório, estava formalmente apto a se matricular em 24/03/1886 na Faculdade de Medicina da Bahia<sup>11</sup>. Essa rápida preparação, como ironicamente observado, foi possível graças à ação retrógrada de revogação da reforma da instrução de Sergipe, idealizada pelo Pres. Inglês de Souza. Caso contrário, o jovem Bomfim teria que cumprir os seis anos do secundário seriado, conforme aquele plano de reforma (AGUIAR, 1999, p. 88, 96-97).

---

<sup>9</sup> Neste texto, por vezes, as expressões “norte” ou “províncias do norte” serão utilizadas em sentido sinônimo e para identificar a região Nordeste, já que essa classificação não existia no período estudado por este trabalho. O motivo é quase que literário, para melhor ambientar o espaço e o período do objeto do estudo.

É bem possível que as experiências vivenciadas por Manoel Bomfim no engenho da família lhe serviram de referencial para a decisão de ingressar no curso de medicina; contrariando a intenção de Paulino José, que desejava que Bomfim tivesse apreço pelo trabalho. São vagas as informações sobre esse período da vida do autor e como eles corresponderam ao princípio processo de sua carreira acadêmica. O período é preenchido de informações esparsas, que permitem vez por outra alguma interpretação. O gosto pela leitura e estudos, por exemplo, é de influência da família materna. A compreensão a respeito de como Bomfim procedeu os estudos regulares básicos, até a realização dos exames preparatórios é, por conseguinte, um espaço complementado pelo conhecimento das características da educação em Sergipe no período de sua contemporaneidade; no qual, além das precariedades do sistema de educação provincial sergipana, deve-se levar muitíssimo em conta a condição socioeconômica do médico. Enfim, os conhecimentos práticos de vida foram alvo de longa reflexão, posteriormente transposta aos textos do médico. Eles contêm as contradições inerentes à estrutura agrária e socioeconômica do Brasil e Sergipe no século XIX, com a presença do escravismo. Irrefutavelmente grande parte dos “males” da pátria; não apenas oportunizando um meio de ascensão social, de desenvolvimento da sociedade, mas de literal de transformação das sociedades.

---

<sup>10</sup> Aguiar informa que “Paulino José era praticamente analfabeto, mas fazia questão de ‘folhear’ os jornais” (p. 96).

<sup>11</sup> Livro de Matrícula – 1.<sup>a</sup> Série de 1881-1896. fls. 118 (verso). Ordem de inscrição n.º 92. 24/03/1886. AC: 339. Cópias dos documentos apresentados por Manoel Bomfim, quando de sua matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia.

# CAPÍTULO 2 – AS INFLUÊNCIAS, A FORMAÇÃO E O CÍRCULO INTELECTUAL

## 2.1 ENTRE SERGIPE E BAHIA

A escolha de Salvador, para cursar medicina, era quase que uma lógica matemática. Uma primeira razão estava na óbvia existência do curso na capital baiana e a sua relativa proximidade geográfica em relação a Aracaju. A outra, certamente mais abrangente, eram as históricas relações entre Bahia e Sergipe. Tais relações remontavam ao período colonial. Entre os séculos XVII e XVIII, esses vínculos foram, fundamentalmente caracterizados pela conquista e ocupação territorial de Sergipe e pelo estabelecimento de atividades suplementares à economia canavieira baiana. As atividades mais usuais foram a criação de gado e a produção de farinha de mandioca. Ao longo do século XIX e princípio do XX, período de Bomfim, as conexões entre Bahia e Sergipe mantiveram-se bastante estreitas, através de comércio, serviços de transporte e comunicações e intercâmbios políticos e culturais.

Para visualizar melhor esses aspectos de interconexões entre Sergipe e Bahia, com perspectivas de certa dependência da primeira província em relação à segunda, ao longo dos séculos XVIII ao XIX, é interessante a leitura de dois distintos excertos. O primeiro é de Birckman (2003), em que expõe a seguinte situação, na qual afirma que:

O volume e a variedade das mercadorias negociadas no mercado interno baiano impressionaram até Thomas Lindley, tarimbado comerciante inglês. De olho em futuras aventuras comerciais, Lindley escreveu em 1805 que o “comércio praticado nos confins imediatos da baía, situados em grande parte no interior, é assombroso. Há nada menos de oitocentas lanchas e sumacas de diferentes tamanhos, trazendo todos os dias seu tributo de comércio para a capital”.

(...)

Os saveiros, lanchas, bergantins, sumacas e chalupas que formavam essa “loja flutuante” frequentemente vinham de muito longe. No final do período colonial, a farinha chegava a Salvador de quatro áreas principais: de Sergipe, que, além da farinha e milho, remetia também o açúcar produzido por seus mais de cem engenhos; (...) (BIRCKMAN, 2003, 131-132).

O trecho claramente apresenta as dimensões do comércio realizado por Salvador, sobretudo através do transporte marítimo de cabotagem, que atingia diversas regiões ao seu entorno, inclusive Sergipe, que na época era ainda uma capitania ligada política e administrativamente à Bahia. Era a capital baiana, por conseguinte, o centro de uma larga conexão de diferentes intercâmbios, muito além dos comerciais. Sergipe enviava diversos produtos, em geral, naquele período, víveres, mas também seu produto de exportação, o açúcar. A agroexportação canavieira só se tornou a principal atividade, da agora província emancipada, entre as décadas de 1820 e 1830 (ALMEIDA, 1984). Mesmo assim, continuava Sergipe a depender do porto de Salvador, não unicamente, para atingir os mercados consumidores internacionais da cana-de-açúcar.

Além do plano econômico, o plano político-administrativo revelava as limitações da província, posteriormente emancipada, em relação à sua vizinha. Esse aspecto é observável no próximo excerto, segundo Almeida (1984), em que se nota a ininterrupção dessa característica de dependência, só que mais ao longo do século XIX, já no período Imperial Brasileiro. Reflete Almeida (1984) que:

Não era possível em Sergipe obter recursos sem visar à produção e à comercialização do açúcar. O meio dízimo, imposto que sustentava as finanças de fato, segundo as autoridades, até 1842 não representava grandes ganhos, quer pelo mau sistema de arrecadação, do qual procuravam escapar os senhores de engenho, (...) pela negligência dos próprios funcionários. (...)

Os dízimos sobre o açúcar e outros produtos de exportação até meados dos anos 50 continuaram sendo cobrados na Província da Bahia, ficando 5% da arrecadação em mãos dos empregados e de dois agentes da fiscalização nomeados pelo governo provincial.

(...)

Já transcorridos vinte anos de separação política, o artigo 5.º da Lei Provincial de 18 de março de 1845 determinava que ao agente fiscal de Sergipe na Bahia competia a fiscalização da carga e descarga dos gêneros exportados pela Província de Sergipe, “em particular o açúcar”. Daí resultaram os mais proclamados abusos. (...), confundindo-se em grande parte com os volumes baianos e, por isso, não raras vezes considerados baianos, apesar das marcas com o número dos engenhos sergipanos nas caixas (ALMEIDA, 1984, p. 122-123).

É seguro, portanto, assentir que as relações Bahia e Sergipe permaneceram mais ou menos as mesmas de fins do período colonial, ao longo do século XIX e a princípios do XX. No caso particular dos trechos apresentados, é perceptível um intenso intercâmbio comercial entre as províncias.

Logo, o porto de Salvador manteve a característica de ser a porta de entrada e saída de mercadorias de grande porção do comércio que era realizado em Sergipe. Assim sendo, Aracaju continuava, ainda que capital de província, de certa maneira, inserida na órbita de Salvador. Paulino José, em razão do seu comércio em Aracaju, a Bomfim & CIA., certamente ia de tempos em tempos à capital baiana em razão de negócios. Em sua maioria, provavelmente para a transação e aquisição de mercadorias para revender em Aracaju (AGUIAR, 1999, 73-95). Em 1886, encontravam-se Manoel Bomfim e Paulino José em Salvador para realizar a matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia e tomar outras tantas providências de ordem prática. Uma delas era a escolha de um local para o jovem residir, enquanto de sua estada para a realização de seus estudos superiores. As convicções permaneciam as mesmas: filho em seguir tenazmente seu empreendimento acadêmico e pai em demovê-lo de tal intento. Assim o foi e de tal maneira que Aguiar narra, em uma passagem, que o pai de Bomfim ter-lhe-ia dito que: “Seu lugar, meu filho, é em Aracaju” (AGUIAR, 1999, p. 125). É preciso contextualizar novamente que tal assertiva foi dita ao jovem acadêmico na despedida de seu pai, que o deixava em Salvador. Paulino José era o que se pode classificar de homem de ação acostumado às amarguras da vida. O trabalho em seu comércio, na Bomfim & CIA, era, na sua convicção, a melhor expectativa de futuro para a sua família. Naquele instante, deixava seu Manoel José em outra cidade para estudar uma ciência e obter uma profissão que ainda não era muito compreendida pela população, em geral, nem financeiramente segura.

## 2.2. CONSELHO DE UM AMIGO

Após dois anos de curso na Faculdade de Medicina da Bahia, Manoel Bomfim decidiu transferir-se para a do Rio de Janeiro. Certamente outra reviravolta inesperada para a família, talvez ainda mais do que a primeira em deixar sua cidade natal e os prósperos negócios da família para ser médico. Novamente, depõe-se a necessidade de se refletir a respeito das razões de Bomfim. Salvador era uma cidade mais próxima de Aracaju e, como logo anteriormente observado, cujas respectivas províncias tinham, entre si, longo decurso de relações. A própria atividade comercial entre elas mais do que justificava a permanência de Bomfim na capital baiana. Afinal, proximidade geográfica e negócios permitiriam que o jovem acadêmico mantivesse um mais próximo contato com a família, o que, nas condições nas quais Bomfim se encontrava, poder-se-ia dizer que era claramente uma vantagem. Mas quais seriam as perspectivas, no Rio de Janeiro? Era um jovem provinciano do norte, dependente dos suportes financeiros da família, bastante longe dela inclusive, e sem uma rede de contatos de que pudesse se utilizar. Não parecia haver vantagens ao se contabilizar fatores e à decisão do jovem Bomfim em aventurar-se na então capital do Brasil. Segundo Aguiar (1999), Alcindo Guanabara foi o maior incentivador da transferência de Manoel Bomfim para o Rio de Janeiro. Guanabara também era um jovem estudante de medicina na faculdade baiana, oriundo do Rio de Janeiro. O jovem estudante fluminense desgostou-se do curso e voltou para o Rio. Aquele que seria um amigo de uma vida inteira aconselhou Bomfim a ir para o Rio também. As motivações desse conselho podem ser divididas em três pontos de vista possivelmente intentados pelo amigo de Bomfim.

Um primeiro é que Guanabara talvez compreendesse que Bomfim precisaria de um maior distanciamento da família, já que ela não era favorável aos seus estudos. Em Salvador, era presumível que os familiares tivessem mais condições de demovê-lo de suas pretensões acadêmicas. Quem sabe, quando formado, Bomfim assumisse um lugar no comércio da família, na falta de outras expectativas em Sergipe. Uma segunda possibilidade era a de que Alcino tivesse em mente o fato de que “o ensino no estabelecimento baiano era mais deficiente do que da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde, de fato, se concentravam as grandes sumidades médicas da época” (AGUIAR, 1999, p. 121). O funcionamento das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador estava longe do ideal, como nos revela Schwarcz (1993):

Mesmo com os avanços, as faculdades continuam a sofrer com a penúria e a desorganização. Os professores, em boa parte mal preparados para as novas atribuições, transformaram-se em doutores por decreto de 1832 e eram motivo de chacota devido às aulas monotonamente lidas e os critérios pouco científicos de contratação. (...)

Dessa forma, os primeiros quarenta anos das faculdades de medicina brasileiras foram caracterizados por esforço de institucionalização em detrimento de um projeto científico original. Vigorava a benevolência nos exames, a pouca capacitação dos mestres, a constante reclamação quanto à falta de verbas e dotações, as queixas em relação ao desrespeito por parte dos alunos. (...)

Na Bahia, as relações entre alunos e professores não eram muito diferentes, agravadas, por uma situação objetivamente complicada: faltava material didático, os lentes eram poucos e menor ainda sua assiduidade (SCHWARCZ, 1993, p. 196-197.)

Percebe-se que, embora os problemas em si fossem idênticos, o funcionamento da faculdade baiana era mais precário. Se as razões para tal aspecto era a condição político-econômica secundária que Salvador e a região Nordeste assumiam em relação ao Brasil é algo admissível de se afirmar.

Ou seja, ao aconselhar o amigo, Guanabara talvez percebesse que a formação dele no Rio seria mais qualificada, já que a instituição de ensino carioca era muito mais bem avaliada do que a baiana. A terceira e última proposição para a transferência de Bomfim relaciona-se ao próprio Rio de Janeiro enquanto um espaço muito mais amplo e estimulante ao desenvolvimento dos potenciais de Bomfim. A cidade, desde o II Reinado, tornou-se um centro de atração, entre outros aspectos, por sua vida cultural. Além disso, é claro, o Rio estava, naquele fim de século XIX, especialmente agitado com os intensos debates políticos, sobretudo em torno do abolicionismo e do republicanismo. Toda essa ebulição acontecia nos ambientes institucionalizados pela intelectualidade da época, como cafés, teatros, jornais etc. Para um jovem estudante provinciano, não haveria um ambiente mais atraente e excitante (SCHWARCZ, 1993, p. 196-197). Alcino, portanto, talvez considerasse que esse ambiente mais próspero e variado de estímulos culturais fosse o local correto para que Manoel Bomfim desenvolvesse seus talentos intelectuais. É preciso considerar que eram bastante limitados o número de instituições de ensino superior e cursos naquele Brasil do entre séculos XIX e XX. Elas estavam localizadas em apenas quatro centros urbanos e eram de precário funcionamento, em geral (SCHWARCZ, 1993). Entre os centros, nos quais foram instaladas as primeiras faculdades brasileiras, estavam o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Olinda/Recife. No caso da região centro-sul do Império, pode-se dizer que as instituições representavam uma espécie de confirmação da ascensão daquelas cidades e região no cenário político-econômico nacional. No entanto, no outro caso das províncias do norte, parecia ser justamente o oposto, ou seja, de tentativa de manutenção ou de (re)afirmação de outrora posição de destaque que gozaram.

As cidades nordestinas e a própria região tivera uma posição de destaque no Período Colonial. Durante o Império e, mais ainda na República, essa posição se tornava cada vez mais marginal (SCHWARCZ, 1993, p. 174). A implantação dos cursos de Medicina e Direito, respectivamente, em Salvador e no Recife, tenderam a criar uma ideia de (re) afirmação dos antigos centros. É bem provável que Alcindo Guanabara tivesse em mente tal perspectiva ao recomendar ao amigo Bomfim a transferir-se para o Rio de Janeiro. De certa maneira já exercia Guanabara alguma função de capital social em relação ao amigo. Afinal, na capital do Império, Manoel Bomfim não possuía quaisquer referências: família, contatos políticos, indicações ou amigos, exceto justamente o próprio Guanabara, que conhecera na Faculdade Baiana.

Na perspectiva de Morse (1995), o debate da relação entre os centros urbanos e o grau de influência, que porventura exerciam, perpassa por diversos aspectos. Eles são muito bem expressos nas palavras do próprio autor, quando afirma na introdução do seu texto que:

Nossas cidades são Paris (mas sem nunca perder Londres de vista); São Petersburgo e Viena na periferia mediata; Rio de Janeiro e Buenos Aires na periferia mais afastada. Os economistas talvez reivindicuem terem divulgado esse modelo de concentricidade. Em todo caso, nossa investigação não herda desse modelo nenhuma imputação necessária de dominação do centro ou de resposta mimética da periferia. Estamos à espreita de contracorrentes e mensagens variantes (MORSE, 1995, p. 205-206).

A “concentricidade” que Morse (1995), de certo modo, critica é a ideia de que esses centros urbanos deveriam ter um desenvolvimento linear. Uma espécie de raio que parte de um ponto central em direção a uma orla, muito semelhante a uma órbita.

Algo, portanto, muito coadunado com o Eurocentrismo, que Manoel Bomfim particularmente buscou criticar das teorias raciais propaladas pelo Imperialismo Europeu. Morse (1995), dessa maneira, procura discutir que as distinções entre aqueles centros urbanos não podem ser medidas apenas pela relação político-econômica de centro-periferia, provocadas pelo avanço do capitalismo através da industrialização. Em tal relação, o centro simplesmente dita o modelo, já a periferia o anseia e assimila. Para o autor americano, essa relação não é em absoluto inverídica, mas analiticamente insuficiente, pois descarta possibilidades, entre elas, a influência da cultura e das tradições, por exemplo. Assim, afirma Morse (1995) que cidades latino-americanas, cujas sociedades carregariam fortes tradicionalismos políticos e socioeconômicos (compreendidos por Bomfim como “conservantismos” herdados da colonização ibérica), poderiam produzir algo novo, quem sabe até de vanguarda. No entanto, em geral, “(...) os pensadores latino-americanos não podiam contrapor à modernização uma alternativa indígena, espiritual e comunitária” (MORSE, 1995, p. 209-210). É, portanto, uma espécie de jogo dinâmico que, ora força a periferia ao centro, inclusive por suas próprias forças internas, ora a periferia promove algumas divergências ou singularidades em relação ao centro. Se reduzirmos o circuito geográfico para o Brasil e aplicarmos estritamente o princípio de “concentricidade” que Morse (1995) criticou, chegaríamos a uma conclusão igualmente estrita. Através dela seria possível afirmar que o Rio de Janeiro seria o nosso centro nacional, enquanto Salvador e Recife seriam periferias mediatas. Analogamente ao raciocínio anterior, a afirmação em si não está completamente incorreta. Isso porque a capital do Império brasileiro, logo república, encontrava-se, por diversos motivos, em uma ascensão que a capitaneava à condição de grande centro urbano brasileiro da época.

Por conseguinte, Salvador e Recife, muito em razão do declínio econômico baseado da atividade agroexportadora do açúcar, que foi a grande atividade do Brasil Colônia, assumiriam cada vez mais papéis subalternos. Em “Aprendizes do poder”, Adorno (1988) dá outra perspectiva a respeito dessa diferença de dinâmicas entre regiões e cidades do Brasil Imperial. O autor, no seu segundo capítulo, analisa os debates na Assembleia Geral Legislativa do Império a respeito da criação e localização de cursos jurídicos, posteriormente Faculdades de Direito. O assunto era de suma importância, pois os bacharéis assumiram um papel nevrálgico na burocracia imperial. O corpo mais qualificado das instituições público-administrativas era basicamente preenchido por bacharéis em Direito. Por essa, entre outras razões, fazia-se mister oficializar e instrumentalizar as instituições de formação jurídica. Onde deveriam ser localizadas, tornou-se um acirrado debate político na Assembleia. Uma vez que “Não sem razão, os diversos deputados procuravam carrear a localização dos cursos jurídicos para a região da qual eram representantes provinciais à Assembleia Constituinte” (ADORNO, 1988, p. 82).

A importância política e o prestígio seriam, portanto, algo pelos quais se valia muito lutar em favor. Assim sendo, houve um intenso debate entre deputados, em particular, de São Paulo e da Bahia em torno do tema da instalação de um curso jurídico em suas respectivas províncias. Cada um deles expunha seus argumentos em favor de suas respectivas províncias. Eles iam desde os esperados fatores políticos e condicionantes de estrutura socioeconômica, para que o empreendimento fosse viável, até fatores como clima, salubridade e inclusive fatores morais. Entre os senões realmente concretos e objetivos, havia o temor de que um determinado curso jurídico fosse localizado em certa província, na qual a instituição fosse tomada pelas disputas políticas regionais ou locais.

Desta feita, tais instituições de ensino seriam impedidas ou comprometidas de funcionar, pois “até os mais discretos mestres se arriscam a receber influência de opiniões populares, industriosamente propagadas por astutos demagogos” (ACC. Apud RODRIGUES, 1974, 96. Apud ADORNO, 1988, 86). As contendas, enfim, foram encerradas com a instalação dos Cursos Jurídicos em duas cidades: São Paulo, no qual se atenderia a região centro-sul, e o outro em Olinda, no qual se atenderia a região norte do Império. A Bahia foi preterida, apesar de sua experiência político-administrativa de antiga capital no período colonial (BARICKMAN, 2003, 38). Tal fato ocorreu, dentre outros motivos, por a capital baiana já possuir um curso de medicina, que remontava o Período Joanino (1808-1821). Alcindo Guanabara, enfim, ao aconselhar o amigo Manoel Bomfim a ir para o Rio de Janeiro, certamente não tinha todos esses detalhes em mente. Certamente, no entanto, teve o político e jornalista a consciência de que a capital do Brasil, na época, era o grande centro do país naquele momento. Portanto, o espaço para que aquele prodigioso amigo tivesse meios de prosseguir em uma sua carreira acadêmica e a consagrar-se entre os intelectuais brasileiros. O Rio de Janeiro era o ambiente para isso, não apenas por razões político-econômicas ou institucionais, mas, sobretudo, por ser um ambiente em agitação de ideias e que concentrava a intelligentsia brasileira daquela transição para o século XX. Na prática, o meio fundamental de consagração intelectual era, enfim, ingressar em algum circuito de relações desses grupos intelectuais. Guanabara muito provavelmente teve essa sensibilidade ao aconselhar o amigo Bomfim a ir para o Rio de Janeiro, que concentrava, naquele momento, toda essa série de condicionantes de legitimação e consagração intelectual.

## 2.3 A INTELIGENTSIA DO RIO DE JANEIRO

É preciso analisar as condicionantes socioeconômicas que permitiram a trajetória de Manoel Bomfim como destacado intelectual no Rio de Janeiro. Far-se-á necessário, para a sua compreensão, observar os argumentos de Miceli (2001) a respeito da formação dos intelectuais no Brasil e compará-los com a trajetória e formação intelectual de Manoel Bomfim. Segundo Miceli (2001), a formação da intelectualidade brasileira, entre os séculos XIX e XX, está ligada a um processo denominado reconversão; que seria uma espécie de adaptação de um indivíduo, de uma determinada condição socioeconômica, para outra inferior, mas que ainda lhe conferisse honrado status social: o de intelectual. Seriam, portanto, tais indivíduos egressos de grandes famílias decadentes, cuja condição de intelectual daria a eles e suas respectivas famílias possibilidades de (re)afirmação social. Em palavras do próprio Miceli (2001):

Para aquelas famílias em declínio que ocupam uma posição em falso em virtude do desequilíbrio entre o capital material dilapidado e o capital social disponível, a única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais – em especial em conjunturas estratégicas como educação dos filhos, a “escolha” dos cursos superiores, o casamento, a nomeação para cargos públicos etc. –, por ser o único com que ainda podem contar para escapar a um rebaixamento social ainda maior (MICELI, 2001, p. 22-23).

A teoria bourdieusiana da reconversão, a qual Miceli se referencia, trata, em termos simples, a respeito da permuta de uma determinada condição, que conotaria determinado status social, por outra em que o status não é essencialmente o mesmo, mas ainda potencialmente confere certo padrão social mais elevado ou legitimado.

Isso em uma condição, no exemplo em particular citado, em que a situação daqueles que passaram por um declínio econômico ainda conservariam certo status social favorável, que impediria um possível declínio mais drástico. No entanto, seguindo-se ainda pelo pensamento de Bourdieu (apud MICELI, 2001), é preciso analisar que a reconversão é empreendida por uma interconexão de capitais: simbólico, cultural, econômico e social. No exemplo de Miceli, em relação específica ao Brasil, a decadência familiar significa a perda do capital econômico. Sem esses recursos financeiros, as possibilidades de um declínio social mais vertiginoso era mais provável. Para reverter tal quadro, a família em declínio poderia dispor então de capital social que ainda possuía. Segundo Bourdieu (2011-a), ele depende das relações que são estabelecidas, em geral, pela família ou a partir de redes de contatos estabelecidas pela “família, antigos alunos de escolas de ‘elite’, clube seleta, nobreza, etc.”, que podem ser mobilizadas, já que se constituem em “produto de estratégias de investimento social consciente ou inconsciente” que são “orientadas para a produção ou reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, de curto ou longo prazo” (BOURDIEU, 2011-a, p. 67-68). Sem mais possibilidade de se utilizar o capital econômico, em razão de sua dilapidação, a família ou indivíduo utilizava o capital social em sua rede de relações. Assim, havia meios de se constituir o capital cultural, por exemplo, sob a forma de um diploma, que, via de regra, é o ato burocrático, reconhecido pelo Estado, como testificação de caráter jurídico que certificaria e legitimaria a competência de um indivíduo em determinada área do conhecimento. A partir dele, o indivíduo adquiriria o capital simbólico, de ser um acadêmico e, quiçá, de um intelectual também (BOURDIEU, 2011-b, p. 78). Haveria, então, entre aqueles capitais, uma relação de troca por possuírem determinado valor, reconhecido mutuamente nas relações que são estabelecidas.

Portanto, aqueles que aspiravam à carreira de intelectual, os prováveis imperativos financeiros, apesar do ocaso familiar, eram possíveis de serem compensados pela proteção de padrinhos. Eles poderiam ser desde parentes que mantiveram sua posição ou eram de frações subalternas da família que ascenderam socialmente, ou ainda, um terceiro, que fazia parte do circuito de relações da família em declínio e com quem ainda mantinham alguma relação. O elemento fundamental, contudo, era a possibilidade de utilização de capital social que a família ainda possuísse, sobretudo, representado pela proteção de um padrinho. O declínio financeiro familiar não permitiria a óbvia demanda dos investimentos nos estudos de um dos seus membros. Isso notoriamente ficaria ao encargo de um protetor que pudesse facilmente dispor dos recursos necessários. Além do subsídio da educação, o Padrinho também poderia, e era desejável, indicar o protegido para algum encargo, em especial no funcionalismo. Tal fato justificava-se na necessidade de sustento do jovem douto, já que as atividades intelectuais, em geral, eram mal remuneradas, quando o eram. O emprego no funcionalismo era, portanto, obtido pelas relações que a família do intelectual possuía, garantindo segurança financeira (MICELI, 2001, p. 33).

Não obstante, a reconversão dependia de uma série de circunstâncias. Entre elas havia a de a pessoa ser do gênero masculino, já que às mulheres ainda lhes caíam uma educação menos sofisticada e voltada para o cumprimento de tarefas familiares (MICELI, 2001, p. 22-23). Estes rapazes candidatos a doutores, em geral, eram os primogênitos quando não filhos únicos. Além disso, havia outros elementos que corroboravam aos aspirantes a intelectuais.

Eles eram de caráter biológico, quando o jovem possuía alguma doença que o debilitava: tuberculose, por exemplo; de estigmas corporais: surdez, gagueira, entre outros, defeitos físicos, ou ainda de aparência, ser mulato, por exemplo. Todas essas características delimitavam as possibilidades de se obter posições de mando ou cargos mais destacados do funcionalismo público. O capital social da família não mais se disporia possível àquela posição tradicional de mando, característica do Patriarcado Oligárquico. Por isso, a condição de honra de intelectual era aceitável, por representar certo status. A reconversão declinava o imperativo social de que os indivíduos se dedicassem a tarefas eminentemente domésticas ou que não fossem reconhecidas como tradicionalmente masculinas. Afinal, as ocupações a que se destinariam aqueles jovens aspirantes a intelectuais simbolicamente não demandavam um vigor viril, como o era a de administrar as propriedades rurais da família ou a carreira militar, por exemplo. O trabalho intelectual era algo que não necessariamente exigia a força considerada própria às habilidades ditas masculinas. Ele era feminino à medida que representavam atividades mais contemplativas, de silêncio, de solidão a exigir muito menos esforço físico e/ou imposição varonil (MICELI, 2001, p. 26). Manoel Bomfim era então um filho de um grupo social novo, que ascendeu socioeconomicamente e que não estava ligado à tradicional elite canavieira. A sua destacada condição financeira lhe permitiu os estudos, na Bahia e depois no Rio de Janeiro, e sua posterior inserção entre os intelectuais do seu tempo. A condição socioeconômica privilegiada de Bomfim contradiz em parte os argumentos de Miceli de reconversão, nesse exemplo particular do intelectual sergipano. Todavia, o imperativo caráter socioeconômico, como elemento fundamental que possibilitava os estudos, é confirmado por observações de Schwarcz (1993).

A respeito do perfil dos alunos das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, a autora afirma que as instituições foram: “Transformadas rapidamente em sedes das elites rurais dominantes (...)” (SCHWARCZ, 1993, p. 142). A razão seria o destaque político e social que a titulação de Bacharel em Direito conferia e não o exercício da profissão em si. A titulação era uma espécie de pré-condição de ingresso a carreiras nos altos postos do funcionalismo público e política. Já ao analisar as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, pelas quais Bomfim teve passagem, a autora afirma que:

“O perfil socioeconômico dos alunos (...) na mesma proporção em que a profissão se valorizava, tendia também a se alterar. Principalmente a escola carioca era frequentada por uma clientela privilegiada em termos econômicos (...)” (SCHWARCZ, 1993, p. 142).

Confirma-se o caso de Manoel Bomfim em parcial contradição ao teorizado por Miceli (2001). Afinal, os estudos do sergipano foram indubitavelmente proporcionados por fatores da pré-condição econômica de sua família, que não era de origem oligárquica nem em declínio. No entanto, quando o médico abandonou (como será visto mais à frente) a medicina, ele confirmou a perspectiva de “feminização” de Miceli (2001). Isso porque Bomfim trocou a carreira médica pelo magistério, que era considerado função propriamente feminina. Na qualidade de docente, o intelectual atribuiu a si um trabalho de dedicação aos estudos, que é, de certa maneira, uma contemplação solitária e sem a necessidade imperativa de apresentar um mais acentuado vigor categorizado como propriamente masculino.

É preciso ressaltar o palco de atuação da intelligentsia brasileira. A partir do II Reinado, através, em parte, da atuação do Imperador Pedro II, como uma espécie de mecenas de artes, ciências e técnicas, que o Rio gradativamente se firmou como centro de atração artística-cultural (SCHWARCZ, 1998). Quem desejava destacar-se nacionalmente nos meios culturais, artísticos e intelectuais, naquela época até parte da Primeira República, tinha quase que unicamente como opção o Rio de Janeiro. Em outras localidades, a expressividade seria no máximo local e não haveria, certamente, nem a legitimidade nem a expressividade nacional (MORAIS, 1994). Tal aspecto ressalta-se porque os grandes nomes e instituições estavam no Rio. A capital do Império e, logo depois, da Primeira República era, enfim, um centro onde primeiro ocorreriam as modernizações do país. Schwarcz (1998) destaca que “a corte ganhou, (...) melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), rede de esgoto (1862), abastecimento domiciliar de água (1874) e bondes puxados a burro (1859)” (SCHWARCZ, 1998, p. 106). Já no período republicano, essa tendência modernizadora continuou. Periódicos fluminenses diversos noticiavam entusiasticamente, por exemplo, inauguração da primeira linha de bonde elétrico (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1892, p. 106)<sup>12</sup>, (iniciando a substituição dos puxados a burro) e o princípio da substituição da iluminação pública a gás por luzes elétricas (FON FON, 1909, p. 3)<sup>13</sup>.

No entanto, na perspectiva de Morse (1995), havia tais modernizações e efervescência política e cultural, sem dúvida, mas a dinâmica que o Rio assumia não era de vanguardismo nem sequer original. O autor americano utiliza-se, em especial, da visão de grandes literatos, como interpretes de suas respectivas sociedades e contextos. Em relação ao Rio de Janeiro, foi escolhido Machado de Assis.

A imagem proporcionada pelo grande romancista era dúbia. O Rio era uma cidade que, por um lado, vivenciava os anseios de ascensão do Capitalismo, bem à moda burguesa, mas, por outro, ainda convivía com arraigadas tradições reacionárias, a exemplo do escravismo. Haveria, enfim, não apenas no Rio, mas entre os centros urbanos latino-americanos, certa concomitância de estruturas coloniais aristocráticas com outras burguesas. Isso incluiria a transformação de hábitos e relações dominadas pelo patriarcalismo e tradições religiosas para os de lazer mundanos e urbanos (MORSE, 1995, p. 200-216).

Apesar das contradições, é possível afirmar que o Rio de Janeiro ditava modas, valores e costumes:

A cidade fluminense, sede da corte, passará a funcionar como um polo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade (SCHWARCZ, 1998, p. 110).

Desde meados do II Reinado, o Rio de Janeiro experimentava essas mudanças de sua estrutura e hábitos. Esse panorama, como observado, tanto confirmava quanto reforçava o papel que a cidade tinha, em relação ao Brasil, de atrair negócios, pessoas de todos os naipes e objetivos. Manoel Bomfim desembarcou nesse Rio de Janeiro entre abril e maio de 1888, às vésperas da Abolição.

---

<sup>12</sup> Bond Electrico. Diário de Notícias. n.º 2.644. Ano IX. 08/10/1892. (capa, quinta coluna). Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 18 de out. de 2015.

<sup>13</sup> L.C. Pelos sete dias. IN: Fon-fon. n.º 32. Ano III. 07/08/1909. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 18 de out. de 2015.

Assistiu, aproximadamente em um ano e meio depois, tanto o fim do escravismo quanto o epílogo da Monarquia Imperial Brasileira. O Rio, naquela época, estava em efervescência política e cultural. A cidade era a vitrine do país.

Ao retomar Miceli (2001), nota-se que o intelectual brasileiro do entre séculos XIX e XX era, em geral, do sexo masculino; de uma família outrora destacada, mas em declínio e, apesar disso, que ainda pudesse dispor de certo capital social; e, com formação acadêmica, expressada pelo chamado bacharelismo (muito embora essa última não fosse em si uma condição imperativa). Para o autor, a intelectualidade brasileira daquele período era composta por aqueles indivíduos, inseridos no conceito bourdieusiano da reconversão. Ao seguir essa perspectiva de quem seria o intelectual brasileiro do fin du siècle, o elemento fundamental para se compreender quem são esses intelectuais à brasileira” é justamente observar os espaços que eles ocuparam e suas respectivas atuações neles. Eram instituições, públicas ou privadas, que tinham o poder de determinar o que era ser intelectual, quem era, a partir desse ponto, quem poderia ser, e, portanto, consagrá-lo ou não. As instituições caracterizavam e/ou moldavam de formas diversas os candidatos a homens de letras no Brasil. Aclamavam todo aquele que tivesse o prestígio de receber a alcunha de intelectual. Segundo Santos (1998, p. 13; 2010, p. 20-21), entre todos os meios de se fazer uma carreira intelectual – o grande prêmio –, era fazer parte de instituições como a Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Colégio Pedro II (que foi rebatizado como a República de Ginásio Nacional).

Santos (1998) assinala, de tal maneira, a importância daquelas instituições, para a consagração do intelectual brasileiro do fim do século XIX para o XX, que as denomina de *igrejinhas literárias*. A expressão traz em si certa conotação de crítica e até de sarcasmo. Não o é por acaso, já que logicamente elas possuíam suas contradições, que serão tratadas mais à frente. Dentre todas essas instituições, aquela que se pode classificar como uma das mais importantes era a confraria afrancesada de notáveis: a ABL. Ela fazia e confirmava a carreira de um candidato à notoriedade intelectual. Por vezes, preservava sua memória por algumas gerações. No entanto, ingressar nela dependia de uma espécie de eleição, em que os critérios de notabilidade e mérito intelectual dos candidatos não eram obviamente os únicos. O capital social que o candidato dispusesse teria igual ou quiçá maior importância. Esse capital social poderia ser aquele oriundo de relações sociais de origem familiar (que ela ainda tivesse) ou obtido pelo indivíduo através da construção de rede de contatos, que, de alguma maneira, pudesse dispor. A partir desse ponto, voltamos a Miceli e Bourdieu, para conjugar as duas perspectivas a respeito de quem era o intelectual brasileiro de fins do século XIX para o XX.

Além dos ambientes institucionalizados, os cafés, teatros, grupos e livrarias eram locais vivenciados pela intelectualidade no entre séculos XIX e XX. Ao se refletir sobre eles e suas dinâmicas próprias, de certa maneira, desvela-se a alma ou se expõem os aspectos mais subjetivos daqueles literatos, seu espaço e momento. Por isso, um pouco antes de tratar a respeito dos ambientes institucionalizados, é preciso observar a alma das ruas. Broca (2004) é um desses grandes interlocutores que vivenciou em parte o ambiente da *intelligentsia* do Rio de Janeiro.

O autor é de uma geração nascida na primeira década do século XX, mas foi um atento estudioso da vida literária carioca em suas diversas nuances. A primeira análise que faz é o da transição do estilo de vida do literato boêmio para outro pequeno-burguês. O primeiro seria mais ligado ao Romantismo, não tinha emprego fixo, vivia de parcos e incertos rendimentos dados pela atividade jornalística e pelas publicações de folhetins. O segundo estaria mais ligado às escolas literárias do fim do XIX, Realismo e Naturalismo, por exemplo. Eram indivíduos, em vários casos, com carreiras acadêmicas, por vezes exercendo profissões liberais, mas, em geral, ligados ao estável funcionalismo público (BROCA, 2004, p. 48). De acordo com o próprio Broca (2004), tal alteração sucedeu em virtude de “dois fatores, porém, concorreram sensivelmente para a decadência da boêmia: o desenvolvimento e a remodelação da cidade e a fundação da Academia Brasileira, em 1896” (BROCA, 2004, p. 40).

A dinamização econômica, o maior volume de atividades urbanas, as modernizações do Rio (inclusive a grande reforma Pereira Passos, 1903), ou seja, as transformações socioeconômicas e urbanísticas que, segundo o autor, descentralizaram os pontos de encontros dos boêmios cariocas.

Após tais transformações, os grupos dividiram-se em distintos locais, que se tornaram referências de encontro. Além dos tradicionais cafés, usualmente frequentados pelos boêmios, surgiram as casa de chás, as confeitarias e as livrarias. Cada um desses espaços era eleito por um determinado grupo de literatos, que não impediria certo intercâmbio entre os distintos grupos (BROCA, 2004, p. 71-85).

Daqueles diálogos, naquele ambiente mais diverso e aburguesado, surgiu o segundo fator de desagregação da antiga boêmia: a Academia Brasileira de Letras. Sua origem é narrada como quase que casual por Broca:

Ali podia ser visto aquele que nunca andara pelos cafés e confeitarias: Machado de Assis. Costumara outrora fazer ponto na Livraria Lombaert; depois tornara-se comensal da Revista Brasileira, onde todas as tarde se reuniam ao lado do mestre José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Tauxem, Nabuco e outros. Dessas tertúlias acompanhadas de um chá com torradas nascera, como se sabe, a Academia Brasileira. (BROCA, 2004, p. 81)

Talvez um pouco romantizada, a narrativa para a criação da Academia, em si, não é nada inverossímil. No entanto, mais importante é compreender, na narrativa, a relevância das redes de relações construídas. Elas poderiam determinar a abertura de diversas portas para maduros literatos, mas mais ainda para jovens aspirantes em busca de espaço. Outro aspecto importante a se compreender é como a Academia Brasileira de Letras não necessariamente monopolizou a legitimação da intelectualidade brasileira do fin du siècle. O status de ser seu membro talvez fosse mais brilhante, de modo a ofuscar as demais instituições ligadas à cultura. No aspecto de a Academia ser um fator responsável pelo aburguesamento dos literatos, assim expressou Broca:

(...) é impossível negar certa influência da Academia Brasileira no crescente aburguesamento do escritor, entre nós, a primeira década do século XX. Sob o signo de Machado de Assis, a prova de compostura se tornara imprescindível para a admissão no novo grêmio, que desde o início se revestira de uma dignidade oficial incompatível com os desmandos da boêmia. (BROCA, 2004, p. 40).

E,

“Machado entendia, e não cessava de dizer, que a Academia devia ser, também, uma casa da boa companhia; e o critério das boas maneiras, da absoluta respeitabilidade pessoal não podia, para ele, ser abstraído dos requisitos essenciais para que ali pudesse entrar.” (OTÁVIO. Apud BROCA, 2004, p. 41)

Ou seja, as transformações que o Rio de Janeiro experimentava também alteravam, de certa forma, as relações entre os indivíduos, inclusive os intelectuais. Mudavam também os meios a buscar expressão, espaço, exposição e, sobretudo, legitimação. À ABL, IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), Colégio Pedro II, pode-se acrescentar a imprensa escrita (jornais), não foram essas certamente as únicas, mas, sem dúvida, elas tiveram especial destaque como instituições que se tornaram fundamentais para consagrar os aspirantes a intelectuais no Brasil daquele período em particular. Para ilustrar, observar-se-ão o IHGB, a ABL e a imprensa. A ênfase nessas instituições explica-se em razão à particular distinção que conferiram aos intelectuais brasileiros desse momento de fins de século XIX.

O IHGB foi fundado em 1838, seguindo o modelo francês do Institut Historique (fundado quatro anos antes, em Paris). A fundação e posterior funcionamento seguiram-se através dos auspícios do próprio Imperador Pedro II. O monarca criava a imagem para si, que ainda lhe é muito assentada, de mecenas das artes e ciências do Brasil. Essencialmente esse deveria ser o papel do Instituto, ser um centro de ciências e de cultura. Afinal, sua criação e posterior composição contaram com a “elite econômica e literária carioca” (SCHWARCZ, 1998, p. 126-127).

Os seus respectivos trabalhos seguiram-se, entre outras formas, pela publicação de uma revista – a RIHGB – que continha artigos diversos, em sua maioria, sobre a história do país; promoção de reuniões e debates e a premiação dos melhores trabalhos apresentados à instituição, através de periódicos concursos. Na realização de tais tarefas, o IHGB, de fato, aventava certamente seu primordial objetivo de:

(...) fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para este país tão recente, “não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história (...)”, eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria “fundação da nacionalidade”. (SCHWARCZ, 1998, p. 127)

Ao buscar criar uma história própria para o Brasil, feita no país e por brasileiros, intentava-se criar uma identidade nacional. A instituição era “fiel ao seu projeto original, que pretendia constituir ‘uma história nacional como forma de unir e transmitir um conjunto único e articulado de interpretações’” (GUIMARÃES, 1988, p. 17 apud SCHWARCZ, 1993, p. 117). As narrativas históricas formariam, então, um discurso de agregação, sob o qual a nação se identificaria pelo enaltecimento de grandes eventos históricos e seus respectivos, não menos grandiosos, promotores. IHGB, portanto, incentivaria ciência e artes literárias no objetivo do enaltecimento pátrio.

Porém, sem esquecer que, contraditoriamente ao discurso de unidade da nação brasileira, a própria instituição tanto refletia em sua composição quanto em seus trabalhos o favorecimento a uma determinada classe privilegiada da época. Segundo Schwarcz (1993):

(...) o IHGB elegia seus pares ao mesmo tempo que excluía “os estrangeiros em terras brasileiras”, ou seja, os negros, “fator de atraso da civilização”. O instituto expressava dessa maneira sua posição no debate que se travava em outros círculos intelectuais da época, tendo como modelo uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial (SCHWARCZ, 1993, p. 117).

Havia uma busca por uma identidade nacional brasileira. Tal busca criou um discurso histórico nacional, para o enaltecimento do próprio país. Havia essa forte preocupação entre esses indivíduos doutos daquele período, daí suas produções refletirem tal aspecto (ORTIZ, 2006). Essas produções poderiam ocorrer na atuação desses indivíduos em seus encargos ou na expressão dos seus respectivos conceitos e pensamento através da imprensa escrita da época ou de publicações (obviamente incluindo as do próprio IHGB). O discurso, embora afirmasse a unidade, disfarçava as fortes contradições socioeconômicas brasileiras da época. Apesar do caráter patriótico, o discurso do Instituto (não muito diferente ao de outras origens) baseava-se em modelos deterministas europeus: Positivismo, Liberalismo e Darwinismo Social, por exemplo. Portanto, o Instituto Histórico buscava um processo de afirmação de Civilização para o Brasil que era incompatível, em termos estritos, com as características da própria nação brasileira.

Hobsbawn (1994) salienta que a nacionalidade é uma invenção, em geral, construída sobre o pilar de quatro mitos: o território, o Estado, a nação e a língua; e, contextualizada pelo processo da 2ª Revolução Industrial, alicerçada ideologicamente pelo Liberalismo. Ou seja, a ideia de nacionalidade, nação, nacionalismo, segundo o historiador britânico, é algo recente. Ela se constituiu a partir de diversas variáveis, tanto de condições favoráveis quanto de interesses distintos. Tais condicionantes são tomadas a título de criar a ideia de uma nação e de seu respectivo país. Em outras palavras, há uma população distinta de todas as demais, por uma suposta origem comum, a ocupar um determinado território. Portanto, reconhecido pela população, o Estado fundamenta simbolicamente sua autoridade em mitos fundadores que podem descrever, por exemplo, a origem comum da nação (HOBSBAWN, 1990).

Manoel Bomfim (2005), em se tratando de América Latina e Brasil, participou intensamente deste debate de nacionalidade. Em seus trabalhos, basicamente descreveu, através de suas críticas, os modelos deterministas europeus, possibilidades de se construir uma identidade nacional brasileira. Isso porque:

A obra de Bomfim é uma densa revisão da história e da historiografia brasileiras. É uma teoria da história do Brasil e da América Latina. Na história do Brasil, ele identifica duas forças, duas tradições nacionais: uma, que considera a expressão própria, essencial, da alma brasileira republicana e democrática, viva e atuante desde o começo do século XVII; a outra, ligada à monarquia portuguesa, presente no espírito dos dirigentes do Estado luso-brasileiro, continuadores da ação da Metrópole portuguesa (REIS, 2006, p. 186).

Desde o II Reinado até a Primeira República, basicamente, criaram-se ou fortaleceram-se os mitos fundadores do Brasil. No primeiro através da literatura do Romantismo e do comissionamento de obras de artes plásticas, em especial, a pintura acadêmica patriótica. No segundo, através de instituições, como o já mencionado IHGB, que criou concursos que premiavam trabalhos sobre a história do país ou comissionou artigos com igual teor. Enfim, enalteciam-se ideias como: o encontro das três raças, os valores da colonização e a posterior presença da própria família real portuguesa, por exemplo. Em tais trabalhos, ou se idealiza eventos, ou grupos (como os índios europeizando-os), ou monopolizava-se o protagonismo da história a determinadas personalidades ou grupos, a exemplo D. Pedro I, em relação à emancipação política do Brasil, e aos militares, em relação à Proclamação da República. Tais características coadunam-se ao modelo de nacionalidade exposto por Hobsbawn (1990), como característico de vários países ao longo do século XIX.

Bomfim (2005), ao buscar uma identidade para Brasil, em si não diverge completamente do modelo de nacionalismo descrito e criticado por Hobsbawn (1990). A distinção do médico sergipano está em tentar construir uma alternativa que desconsidere e até supere o modelo oficial e tradicional brasileiro. Afinal, para Bomfim, esse modelo oficial valorizava em demasia uma perspectiva bragantina, antipatriótica e portuguesa, ou seja, ligada ao parasitismo de herança colonial. A alternativa era a constituição de um modelo historiográfico eminentemente brasileiro, patriótico, republicano e revolucionário (REIS, 2006, p. 187). Um exemplo basilar de tal proposta de Bomfim está relacionado à Independência, pois a considera apenas uma continuidade do Estado português.

Porém, “(...) a expulsão dos holandeses pelos pernambucanos na Batalha dos Guararapes, em 1654, e as revoluções pernambucanas de 1817 e 1824 foram os eventos fundadores da nação brasileira” (REIS, 2006, p. 189). No evento dos Guararapes, por exemplo, para Bomfim, surgiu ali uma identidade comum, a árvore-nação, em razão da expulsão de invasores estrangeiros. Ou seja, um determinado grupo social entendeu-se indivíduos ligados a uma origem comum em virtude de uma ameaça externa. A unidade constituída pô-los em armas na defesa de um território. Havia nação e território. A distinção de Bomfim está na percepção de que a origem comum daquela nação está em ser a fusão de grupos étnicos diversos. Portanto, ela é mestiça e assim enxerga a sua unidade. Então, para Bomfim, a nação brasileira se caracteriza por ser mestiça, de origens variadas ao ter conquistado o território que se tornou o Brasil. Apesar das contradições e quiçá talvez em razão delas, o IHGB tornou-se uma instituição bem-sucedida. É claro que muito desse sucesso deve-se também ao forte patrocínio e presença da Monarquia naquela instituição, em particular do próprio Imperador Pedro II, na condição de patrono. Ela pretendia, igualmente, criar uma narrativa oficial da história brasileira que obviamente contemplasse interesses da Monarquia e da composição social que representava. Daí o apesar e o quiçá talvez em virtude das contradições das versões oficiais construídas. Em um espaço como esse, o aspirante a intelectual teria terreno fértil para a sua desejada ascensão, em um tênue limiar entre o gregário e o de certa independência autoral e de expressão. A ABL é uma instituição cronologicamente bem posterior ao Instituto Histórico. Semelhante a ele, a ABL também tem em sua idealização e constituição uma concepção afrancesada. Formalmente, ela foi fundada em 1897, ocorrendo uma série de sessões de debates anteriores de caráter preparatório.

A sessão inaugural foi realizada no edifício do Pedagogium, na rua do Passeio, no Rio de Janeiro. Na verdade, a Academia funcionará provisoriamente naquele edifício por uns poucos anos até possuir uma sede própria; primeiro no edifício do Silogeu Brasileiro e, anos mais tarde, na sede atual (e definitiva) do Petit Trianon (SEVCENKO, 2003, p. 117). Sua idealização, inspirada na congênere Academia Francesa, foi obra do esforço, entre outros meios, político e de grandes nomes da intelectualidade brasileira da época. Dentre eles estiveram, por exemplo: Machado de Assis (que foi o primeiro presidente), Artur Azevedo, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Olavo Bilac, Visconde de Taunay (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1946, p. 38-39). Assim sintetizou e analisou Sevcenko (2003) a conjuntura em torno da qual a ABL foi constituída:

(...) desde praticamente o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda produção literária nacional se faria no Rio de Janeiro, voltada para aquela cidade ou tomando-a em conta. Palco principal de todo esse processo radical de mudança, a capital centralizou ainda os principais acontecimentos desde a desestabilização paulatina do Império até a consolidação definitiva da ordem republicana. Ela concentrava também o maior mercado para homens de letras. Sua posição de proeminência se consagrou definitivamente em 1897, com a inauguração ali da Academia Brasileira de Letras (SEVCENKO, 2003, p. 117).

A Academia Brasileira de Letras, estabelecida no Rio de Janeiro, tornou-se um dos mais extraordinários palcos da intelectualidade brasileira de fins do século XIX para o XX. Na posse de Euclides da Cunha, o próprio Machado de Assis, no discurso de posse do novo acadêmico, assim assinalou efusivamente a respeito da Academia: “Não sei de nenhum posto mais elevado neste país” (ASSIS apud SEVCENKO, 2003, p. 184).

Ou seja, ser um acadêmico, vestir o fardão e participar das solenidades e sessões conferiria àquele, qualquer que fosse, uma altíssima distinção social e um poder de formar opiniões. Conferiria ao acadêmico o poder de possuir um discurso de autoridade, quase que incontestável. O acadêmico, através, em especial, de sua ligação institucional com a ABL, poderia ostentar com galhardia uma distinguida posição na sociedade, já possuindo tal posição a enfatizaria. Caso ainda não tivesse prestígio social, o alcançaria após conquistar um lugar entre os imortais da ABL. A ABL poderia ser utilizada desde para a óbvia consagração pessoal, formação de opiniões, influência, até a menos elegante desautorização do discurso de um antagonista. A ABL seguiu o histórico, originado da concepção de sua criação e daquela sua congênere francesa, de ser uma academia de notáveis. Eram, sem dúvida, homens dedicados às letras, intelectuais, certamente, mas indivíduos notáveis socialmente. Um exemplo interessante dessa característica de ser uma agremiação de notáveis é a polêmica em relação à eleição para de Lauro Müller em 1912. Müller era um político, na época ministro de estado, e que não havia publicado nenhum livro.

Uma coletânea de discursos fora publicada às pressas, mas que só aumentou a celeuma em torno da eleição e ainda provou a chacota geral, pois ainda que impressa em letras garrafais, não passava de modesta brochura. A questão ganhou obviamente os jornais, em que se questionava se instituição deveria ou não ceder ao seu purismo e admitir membros não necessariamente literatos. Ao se refletir sobre o caso exemplar, percebe-se que a Academia não era isenta em relação a demandas políticas e socioeconômicas.

Sevcenko (2003) apresenta outro trecho de Machado de Assis em que o ilustre literato preocupava-se em severamente instar um discurso de autonomia da instituição em relação àquelas contradições sociais, sobretudo, ligadas ao regime republicano. Afirmou Machado que a instituição:

Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem que ser o que são as instituições análogas: uma torre de marfim, onde se acolhem os espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora (apud SEVCENKO, 2003, p. 261).

As expressões de Machado de Assis de que a ABL era semelhante às instituições congêneres, uma torre de marfim, e de que, naquele espaço, poder-se-ia escrever a história, mas não fazê-la são expressões utópicas. Óbvio que nenhuma instituição, por mais independente que seja, não está totalmente alienada do seu contexto. No entanto, essas mesmas inserções dessas instituições em seus respectivos contextos históricos e socioeconômicos, por exemplo, dão as possibilidades de compreensão do funcionamento dessas organizações. Permitem compreender o que elas são, em uma dada conjuntura, e no que eles se tornam em outra. Tal não era a alienação da ABL em relação ao seu contexto que, certamente nas produções de seus membros e nos debates havidos nas sessões da casa, discutiam-se e visualizavam-se o pensamento corrente do período. Esse pensamento ligado às correntes mais difundidas, em geral, oriundas da Europa, em destaque: o Positivismo, o Evolucionismo, o Liberalismo e o Socialismo. Pode-se observar tal aspecto, ainda que em uma específica análise de Sevcenko (2003), a respeito de uma das grandes personalidades da Academia: Euclides da Cunha:

Diretamente ligado a essa formação positivista original, embora mais amplo e atual do que ela, marcava também os autores o credo inabalável num humanitarismo cosmopolita. Herança distante do Iluminismo, reavivado pelo positivismo e pelo evolucionismo progressista liberal, discerníveis como vimos na Belle Époque, esse conceito complexo se traduzia na prática pela elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais, à condição de referência última como padrão de solidariedade ideal a ser alcançado pelos homens na Terra. Seu objetivo, nas próprias palavras de Euclides da Cunha, seria a construção da “Pátria Humana”, vista como resultado possível e desejável do progresso material encetado no século XIX e que atingiria a sua culminância no seguinte. Somente a Terra, tornada espaço comum, é que nossa espécie poderia cumprir “o fim da civilização”, que é a “harmonia entre os homens” (SEVCENKO, 2003, p. 142-143).

Era um período de grande ânimo no futuro, no progresso da humanidade. Essa ideia era fortemente capitaneada pelo desenvolvimento da economia (com o processo de industrialização promovido pela 2ª Revolução Industrial), concomitantemente ao avanço das ciências e das atividades culturais. Era, portanto, a Belle Époque, um momento de entusiasmo, do mundo Ocidental com o progresso da humanidade, que tanto representou as esperanças do chamado *fin du siècle*. Semelhante ânimo, aqui no Brasil, ocorreu nesse mesmo período. No entanto, esse momento de excitação, enquanto apenas semelhante, guardou suas especificidades. Entre elas, há que se considerar a ascensão do regime republicano, como representação do progresso, pela superação dos entraves e atrasos representados pela antiga Monarquia (PENNA, 1999). Há que se considerar, contido naquele mesmo processo de substituição de regime, o ocaso formal da instituição da escravidão, conquanto guarde toda uma série de críticas em como foi empreendida, mas certamente foi um avanço social. Há, por fim, que se considerar o avanço nas ciências e nas artes no Brasil.

É evidente que mais o segundo elemento que o primeiro e, nele, mais destacadamente as artes literárias, já que o Brasil e a América Latina, em geral, eram espaços secundários em relação a áreas centrais desse processo: Europa Ocidental e os EUA. Enquanto isso, a literatura brasileira alcançara certo destaque, inclusive na Europa, por meio da produção de Machado de Assis. A Academia Brasileira de Letras estava envolta em todo esse processo aqui no Brasil. Ela foi, através da aceção de seus fundadores e membros, a representação de um Brasil que desejava compartilhar com o mundo aquelas pródigas esperanças do fin du siècle. A instituição, ao dignificar as artes, em especial, as literárias, dignificaria o país. Afirmava sua cultura como importante dentro de contexto internacional. Porém, para isso, um discurso oficial precisava ser construído e ele foi erigido seguindo as bases de modelos europeus. Óbvio que a reprodução não foi *ipsis litteris*, mas, de um modo geral, seguiu o menu das chamadas nações Civilizadas Ocidentais. Afinal, esse era o objetivo, imitar para se estar entre as chamadas nações civilizadas do mundo.

A própria instituição da Academia Brasileira de Letras era a significação de tal intento em razão de origem análoga à academia francesa e seguindo princípios bem próximos. Por fim, a última instituição consagrada da intelectualidade e aquela que dava maior visibilidade em relação à população, neste Brasil do entre séculos XIX e XX, foi a imprensa escrita. É necessário lembrar que a imprensa era uma instituição sim, mas de caráter difuso, já que era composta por vários veículos. Ela buscava fortemente sua consolidação, que significava também, de certa maneira, a procura da profissionalização do próprio meio jornalístico, no Brasil daquele período.

Havia ainda muita precariedade, pois muitos periódicos eram realizados em fundos de quintais, de forma artesanal e de existência efêmera. As condições de trabalho dos jornalistas eram insipientes e os salários baixos e, por vezes, ainda, pagos de maneira intermitente, conforme as receitas obtidas permitiam. Ainda assim, os jornais se tornaram um grande veículo de afirmação dos intelectuais (SODRÉ, 1966; MORAIS, 1994, p. 60). Na verdade, neste período de fins de século XIX para o XX, a imprensa surgia quase que literalmente junto ao seu público leitor, criando seu mercado. Aquele aspecto mais artesanal, a imprensa deixaria à proporção que ela própria se tornasse uma indústria. Esse aspecto se afirmou não apenas no caráter simbólico, sob a forma de comunicação de massas, mas também através do desenvolvimento técnico dos insumos que tornaram viável o alcance conquistado pela mídia impressa (SODRÉ, 1966). A princípio, em especial para os literatos, a contribuição nos jornais era um meio de estarem mais próximos do público em geral, já que o mercado editorial ainda não era tão amplo no Brasil de fins do século XIX. Essa produção era uma espécie também de ambiente de teste. Boa parte dos aspirantes a escritores, a princípio, publicava nos jornais (SODRÉ, 1966). Neles, futuros e renomados romances foram, primeiramente, impressos sob a forma de capítulos em diversos números, que eram conhecidos como folhetins. Por exemplo, “A estreia [de José de Alencar] se dá aos vinte anos com Cinco Minutos, série de folhetins do Correio Mercantil (...)” (CANDIDO, 1997, p. 200). Lançado um primeiro folhetim, iniciava-se o teste da narrativa e do autor. Ao se aumentar a tiragem dos números posteriores, pela procura dos leitores, e/ou houvesse certo burburinho a respeito do material nas rodas literárias (cafés, confeitarias e livrarias) era sinal de provável aprovação do novo autor.

Aprovado nesse teste, o escritor teria boas condições para conseguir publicar sua obra, agora sob o formato de livros, e garantir o status de intelectual. Através dos jornais, ocorriam também os debates. Eles eram bastante acalorados, por vezes, e de interesse geral, por isso, mais próximo do público de então. Os debates e, sobretudo, as grandes polêmicas, através dos periódicos, confirmavam e consagravam uma carreira de homem de letras. Afinal, a interpolação e a altercação eram compreendidas socialmente como uma espécie de know-how imperativo ao constituir-se um intelectual reconhecido. Esse, talvez, segundo diversos autores, fosse o meio mais importante para se alcançar o desejado reconhecimento dos pares e da sociedade. Morais (1994) assim define a arte e a importância da polêmica:

A moda na imprensa brasileira na virada do século (XIX) não era a notícia, mas a polêmica. Jornalista que decidisse fazer carreira como grande editor ou como repórter de talento estava condenando a desaparecer sob a poeira da obscuridade. Quem tivesse plano de brilhar, que preparasse a pena e arranjasse alguém para combater. A polêmica era o palco ideal para o exercício da elegância, da erudição e, quase sempre, da ferocidade do ataque. Verdadeiro teste de resistência, sua importância pode ser medida pelo tempo que durasse, com os dois contendores de pé. Uma polêmica que só resistisse um mês não era digna do nome. Mais do que o conteúdo, foi o tempo de duração que imortalizou, por exemplo, a guerra de palavras entre o jurista Ernesto Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa em torno do Projeto de Código Civil do presidente Campos Sales, no segundo ano do século (XX). A rigor, o assunto não deveria ultrapassar as paredes dos tribunais e da Câmara dos Deputados, mas foi nas páginas dos jornais que os dois duelaram. A arenga durou até 1905. Foi assim que o Brasil alfabetizado se emocionou, como nas lutas de boxe, com disputas memoráveis como “Carlos de Laet contra Camilo Castelo Branco”, “Júlio Ribeiro contra padre Sena Freitas” ou “Hemérito José dos Santos contra Machado de Assis”. Iniciada a peleja, os litigantes estavam qualificados a se apresentar em público não apenas como jornalistas ou advogados, mas como “polemistas”. E quanto mais notável fosse a vítima da polêmica, tanto maior o prestígio do polemista (MORAIS, 1994, p. 60).

A importância da polêmica caracterizava-se pela sua duração. Ter um antagonista à altura levava ao reconhecimento e consagração. Pode-se dizer que essa era a receita para o sucesso. A contribuição na imprensa era fundamental em razão das possibilidades de visibilidade e de se utilizar o meio como um literal palco. Um plano de exibição, que era a forma para ser visto e notado. Daí a afirmação de Moraes (1994), de que o conteúdo era o que menos importava. Era preciso se ter mente para a polêmica, a sua impetuosidade, a demonstração do domínio de um conhecimento largo, o longo prazo da alteração e, sobretudo, um adversário à altura. A quem se dirigia a polêmica era, talvez, o elemento mais crucial. Afinal, quanto maior o prestígio e reconhecimento que o antagonista da polêmica tivesse, mais visibilidade, reconhecimento e afirmação o provocador da peleja igualmente teria em retorno. Para se ter uma exemplar apresentação de tal assertiva, observe-se, mais a frente, as afirmações de Moraes (1994) a respeito de uma tentativa de Assis Chateaubriand (então um desconhecido jovem estudante de Direito) em polemizar com o já consagrado Sílvio Romero, conhecido como O rei da polêmica. Afinal, as críticas de um veterano reconhecido sobre um aspirante poderiam, antagonicamente, significar a confirmação da capacidade do novato. Chateaubriand, em busca de espaço e visibilidade, no Recife, decide, através dos jornais, interferir na antiga contenda entre Sílvio Romero e José Veríssimo, que disputavam o posto de maior crítico literário brasileiro. O jovem Chateaubriand escreveu uma série de artigos em defesa de Veríssimo, intitulados de “A morte da polidez”, sob a assinatura de A. Bandeira de Melo. No Rio de Janeiro, sem que o próprio autor dos artigos tivesse conhecimento a respeito, suas críticas foram logo posteriormente publicadas sob o formato de um livro (uma pequena brochura).

O fato foi atribuído ao próprio Veríssimo e/ou amigos seus, no intuito óbvio de atingir Romero. Chateaubriand aguardou, então, ansiosamente, a resposta, mas ela não viria. O retorno, com o ataque de Romero, traria ao jovem estudante de Direito uma extraordinária exposição, provavelmente, de âmbito nacional. Era o que Chateaubriand mais desejava (MORAIS, 1994, p. 64-67; AGUIAR, 1999, p. 107). Porém, o esforço resultou em uma frustração, já que Romero:

Antes de reagir, (...) teve a cautela de informar-se com amigos de Recife sobre a identidade do misterioso A. Bandeira de Melo. Ao saber que o autor da petulância era um pirralho, um terceiranista de Direito de Recife, dedicou-lhe apenas um humilhante post-scriptum nas suas “Provocações e debates” publicadas no Jornal do Comércio: “Condeno-o ao perpétuo desprezo, que é o que merece a audácia de um aspirante da literatura. Jamais me ocuparei da sua pessoa ou de seus fracassados pendores críticos e literários” (MORAIS, 1994, p. 67).

Segundo o próprio Morais (1994), com tal resposta, a primeira tentativa de exposição pública de Chateaubriand foi enterrada. No entanto, esse exemplo mais do que mostrar o valor da polêmica para a ascensão nos meios impressos do Brasil de fin du siècle, demonstra a importância de quem deve ser o alvo da polêmica. Como dito, o conteúdo era secundário, mas o tempo, a força e, sobretudo, a importância do antagonista eram elementos prioritários. Isso porque o valor de um deveria expressar o valor do outro, quase a equivalência. Essa característica, cujo objetivo era que quem interpolasse a polêmica, mais do que demonstrasse sua distinção, a comprovasse. Daí o posicionamento frustrante de Romero em relação a Chateaubriand, já que o primeiro não teria nada a ganhar com a polêmica proposta pelo segundo. Afinal, Romero era um intelectual reconhecido e respeitado nacionalmente e, não apenas isso; era o indivíduo que tinha a verve mais afiada que se conhecia.

Receber uma observação dele significaria um indefectível abrir de portas à consagração, ainda que em uma crítica e muito certamente em virtude mesmo de tal aspecto. Quando o debate dava-se entre dois consagrados intelectuais? A polêmica, como já visto, era parte do jogo, por assim dizer. Entre dois consagrados autores, polemistas ou intelectuais, a contenda cumpria o papel, entre outros, de confirmar méritos. A polêmica, que se pudesse afirmar que foi ganha ou perdida em si, não necessariamente solidificava ou inviabilizava a carreira de algum literato. No entanto, poder-lhe-ia, isso sim, estabelecer um maior plano de visibilidade pública, criar os meios necessários para que aquele indivíduo tivesse uma maior essa exposição, quer dentro de um determinado nicho, mas, especialmente, em um plano mais geral. O debate a respeito de um determinado tema qualquer, a discussão a respeito de uma nota de jornal ou obra, poderia ter o efeito de manter o indivíduo em evidência. Que essa possibilidade de exposição atraía a muitos, era certo. Se além da exposição em si, haveria outros dividendos aferidos pelos contendores já consagrados das polêmicas, é que era difícil de mensurar. No entanto, levando-se em consideração a constância da ocorrência de tal prática, em variado grupo de literatos e intelectuais, possivelmente leva a crer que sim. Talvez um dos exemplos mais interessantes, de tal questão, seja a polêmica entre dois consagradíssimos escritores: o português, Eça de Queirós e, o brasileiro, Machado de Assis. O autor brasileiro era uma figura tímida, meio que misantropo e “que abominava as discussões estéreis, não por comodismo ou por esperteza, mas pelo ‘tédio à controvérsia’” (BARBOSA apud BROCA, 2004, p. 19). Apesar dessas características, Machado se envolveu em algumas contendas. A mais conhecida e famosa de todas foi justamente com o colega português Eça de Queirós, em geral, a respeito de observações do brasileiro sobre obras do autor lusitano.

As polêmicas relações entre Eça de Queirós e Machado de Assis remontam, ao que tudo indica, ao ano de 1878, quando veio a lume O primo Basílio e o escritor brasileiro publicou no jornal O Cruzeiro a célebre crítica em que aponta os problemas estruturais que vê nos dois primeiros romances de Eça, os quais advêm, em sua opinião, principalmente da forma pueril como o escritor português incorpora os “tiques” da nova doutrina que, de maneira explícita, Machado repele (...).

Apesar de o alvo central da crítica ser O primo Basílio, Machado de Assis aproveita o ensejo para acusar O crime do padre Amaro, cuja primeira edição em livro e segunda versão havia sido publicada em 1876, de ser uma “imitação do romance de Zola, La faute de labbé Mouret” (...).

Obviamente, Eça de Queirós não fica indiferente a essa crítica e no prefácio da terceira versão de O crime do padre Amaro, de 1880, que vinha publicando e reelaborando desde 1875, responde aos que, no Brasil e em Portugal, têm imputado ao seu livro a pecha de imitação do romance de Zola. Na apresentação desse “novo trabalho”, responde à parte da crítica machadiana referente à acusação de plágio (...) (BUENO, 2012, p. 26-28).

Não é nem preciso dizer que uma acusação de plágio é grave. Ainda que se diga que tal acusação foi meio que velada, já que Machado de Assis era conhecido por sua fleuma e elegância de trato, tanto o é que se utilizou de um eufemismo: imitação. Bueno (2012) argumenta que o principal objetivo de Machado era questionar os chamados tiques da nova doutrina contidos em “O primo Basílio” de Eça de Queiroz. Tais tiques nada mais eram do que perspectivas deterministas do Darwinismo Social contidas no texto do autor português. É preciso recordar que Eça de Queirós estava ligado àquela que foi denominada de escola literária do Naturalismo. Nela estão inseridos princípios do Darwinismo Social, por exemplo, a ideia de herança, degeneração e influência do meio e das raças na ação dos indivíduos e grupos sociais. Machado de Assis esteve mais ligado à escola realista que, embora incorporasse alguns dos princípios do Darwinismo, o fazia de maneira menos estrita.

Os autores e obras do Realismo, em geral, Machado em especial, apresentam as mazelas e questões sociais como resultantes das contradições dos interesses humanos e não necessariamente influências extrínsecas aos indivíduos e ao conjunto social, como apresentavam os naturalistas. Portanto, na crítica a Eça de Queirós, Machado de Assis buscava marcar a posição de suas ideias tanto literárias quanto políticas. Ambos os autores, promotor da crítica e interlocutor em si, não necessariamente alteraram suas convicções literárias ou políticas, mas as expuseram publicamente. A evidência punha a questão em debate, de alguma maneira, sendo que leitores poderiam obviamente, a depender de suas respectivas formações pessoais, interesses e convicções, por exemplo, assumir uma posição favorável a um ou a outro. No entanto, independente de tais questões e até talvez do conteúdo em si, a polêmica mantinha o contendores em evidência por certo tempo. Ela poderia consagrá-los, pois permitia que, em outro nível, apresentassem seus méritos intelectuais.

A questão agora é como Manoel Bomfim se encaixou nessas polêmicas e capitaneou o posto de intelectual reconhecido em sua época? Seguiu o sergipano quase que estritamente, na sua construção enquanto intelectual, os passos anteriormente descritos. Ele colaborou para periódicos como o “Correio do Povo” (que era redigido pelo seu amigo Alcindo Guanabara), Jornal do Comércio, A Cidade do Rio, A Rua, por exemplo. Eram artigos sobre conteúdos diversos, mas que, afinal, contribuíram para que fosse:

Bomfim (...) se integrando ao campo intelectual da época. Por influência de Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, tornou-se frequentador assíduo das rodas literárias e boêmias, que eram o “locus” privilegiado da pequena, mas efervescente vida intelectual do Rio de Janeiro no fim do século XIX (AGUIAR, 1999, p. 133).

A ligação, em particular, com o Príncipe dos Poetas abriu para Bomfim as portas da intelligentsia carioca. Bilac gravita em torno do circuito composto, entre outros, por: Coelho Neto, Graça Aranha e José Veríssimo (o grande adversário de Romero). Esse grupo, inclusive, tinha proximidade com o próprio Machado de Assis (BROCA, 2004, p. 63). Fazer parte de um determinado circuito era uma das importantes condicionantes para ser reconhecido como intelectual. Tarefa, por assim dizer, cumprida por Bomfim de uma maneira um tanto distinta do modelo bourdieusiano, apresentado Miceli (2001). Afinal, por esse modelo o aspirante a homem de letras disporia de certo capital social, oriundo de relações de sua família (BOURDIEU, 2011-a; MICELI, 2001). Esse capital foi constituído pelo próprio Bomfim, sobretudo através das relações que estabeleceu com Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, como descrito pelo biógrafo do sergipano, Aguiar (1999).

A continuar o roteiro da construção do homem de letras, Bomfim também sofreu diversas críticas, que se tornaram famosas polêmicas. Tais críticas foram mais comuns aos livros do autor, cujo conteúdo teórico divergia em parte de algumas tendências da época, especialmente no que tange ao caráter racial. A firme posição de Bomfim em contestar paradigmas do cientificismo racial, daquele momento, como a ideia de superioridade racial, eugenia, branqueamento, por exemplo, colocou o intelectual em embate com vários pares seus. Eles não apenas acreditavam em diversos dogmas do cientificismo racial, como também os defendiam (BERGO, 1993). Dentre as mais famosas das polêmicas, a mais notabilizada foi justamente realizada pelo conterrâneo de Bomfim, Sílvio Romero, O Rei da polêmica. A asseveração em relação a Bomfim foi de tal monta que Candido (1998) a destaca da seguinte maneira:

A Pátria Portuguesa (1906) e A América Latina (1907) refutam trabalhos assim denominados de Teófilo Braga e Manoel Bomfim, e a sua extensão constituiu circunstância quase anormal na obra de um homem que exprimia as suas ideias, de preferência, em ensaios e artigos (CANDIDO, 1998, p. 79).

Responder à obra, por parte de Romero, era legitimizar um adversário à altura. A dita anormalidade ocorrera em razão da publicação, em 1905, da primeira obra de Bomfim: “A América Latina: males de origem”. O autor faz um longo tratado sobre as razões do “atraso” dos países e populações latino-americanas. Dentre os argumentos de Bomfim, o que mais afetou Romero foi a quebra de certos paradigmas do cientificismo racial. Segundo Aguiar (1999), a obra de estreia de Bomfim foi até bem recebida no meio intelectual brasileiro, arrancando até alguns elogios de destacadas personalidades da época, a exemplo de Nestor Victor, Frota Pessoa e Álvaro Bomilcar. O primeiro chama atenção que “as páginas de A América Latina foram daquelas que até agora mais prazer me têm dado ao voltar ao meu país”; o segundo enaltece o trabalho sugerindo que seja distribuído “por todos os países latino-americanos”; e, o último, chama a atenção de que discorda de diversas ideias, mas é “(...) fecundo em verdades e sugestões, é um dos mais belos frutos da nossa cultura mental” (AGUIAR, 1999, p. 318).

O polemista Romero era um ardoroso defensor de alguns dogmas raciais, em especial, em relação ao Brasil, da tese do branqueamento. O incômodo do polemista, como tanto estranhou Candido (1998), foi a tal ponto que o livro, quase homônimo ao de Bomfim, objetivava simplesmente questionar e apontar os graves erros e equívocos do autor (ALVES FILHO, 1979, p. 44-45).

Talvez se possa dizer que esse episódio com Romero tenha sido para a carreira intelectual de Bomfim o seu batismo de fogo. Assim Aguiar (1999) destaca a questão:

O principal e mais feroz crítico da obra de Manoel Bomfim foi o também sergipano (natural da cidade de Lagarto) Sílvio Romero. O autor de História da literatura brasileira escreveu vinte e cinco artigos contra A América Latina: males de origem, publicando-os na revista Os Anais, de Domingos Olímpio, sob o título geral de “Uma suposta teoria nova da história latino-americana”. Estes artigos foram posteriormente reunidos no livro A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim (AGUIAR, 1999, p. 319).

Semelhante ao que ocorreu nas exemplificações anteriores, à polêmica não importava o assunto, o que importava era a ação em si. Para Chateaubriand, importava ter exposição, na sua tentativa de equivaler-se a Romero, enquanto personalidade socialmente reconhecida. Para Machado de Assis, importava questionar os princípios deterministas raciais do Naturalismo, defendendo, então, o seu ponto de vista em detrimento ao seu colega português. Para O Rei da polêmica:

Como se sabe, Antônio Candido falou da “inveja doentia” que dominava o íntimo de Sílvio Romero, mas isso, apenas, não serve para explicar inteiramente a reação e a irritação do crítico sergipano ao ler A América Latina: males de origem. A verdade é que Manoel Bomfim foi o único pensador social brasileiro da época que criticou de modo sistemático a teoria da desigualdade inata das raças, atribuindo a causas sociais o atraso e a desordem das sociedades latino-americanas. Estas causas sociais repousariam, sobretudo, nos mecanismos internos e externos de dominação, que Bomfim procurou interpretar através do conceito parasitismo. As críticas de Bomfim ao racismo e ao parasitismo eram interligadas: configuravam um contradiscurso à ideologia dominante que via na pele e na carapinha do povo as razões recônditas da miséria brasileira (AGUIAR, 1999, p. 322).

Fica evidente que o incômodo exagerado de Romero ocorreu por dois fatores essenciais. Primeiro em virtude da elaboração de uma argumentação que punha em xeque os axiomas mais preconceituosos e reacionários do cientificismo racial, alguns deles defendidos por Romero, como o branqueamento. Segundo porque esse trabalho obteve boa recepção dos seus pares, naquele momento. Isso poderia ser uma significativa brecha para se romper alguns dos paradigmas que Romero defendeu sua vida inteira. Ele não poderia permitir. Daí a virulência sobre o autor que estreava.

Pela perspectiva de Morais (1994), a polêmica fazia e consolidava uma carreira de intelectual. Era de se esperar, então, que Bomfim refutasse as críticas de Romero. Assim, estava aberto o espaço para um longo e renhido debate. Dele, o médico sergipano poderia se reafirmar como grande personalidade nacional. Porém, Manoel Bomfim recusou a bater-se com Sílvio Romero. Apesar daquele conjunto de artigos e do um livro publicados pelo Rei da polêmica, que basicamente destroçava as ideias de Bomfim no seu “A América Latina”; manteve-se em silêncio. As razões em si do silêncio de Bomfim não são muito claras, o que se sabe é que o médico, com tal atitude, abriu mão de um importantíssimo veículo de afirmação intelectual no Brasil de fins do século XIX. A trajetória dele demonstra que essa atitude não foi a única fora do usual. Manoel Bomfim também não só rejeitou o convite de Machado de Assis para ser membro fundador da ABL (REIS, 2006, p. 223), como também teria igualmente rejeitado uma segunda indicação de ingresso feita, por carta, por Graça Aranha (AGUIAR, 1999, p. 530-531). Manoel Bomfim preencheu os quesitos definidores da cartilha do intelectual brasileiro da transição do século XIX, mas com algumas distinções.

Dentre as exceções, houve a de não participar de igrejinhas literárias, de não refutar o mais virtuoso dos polemistas sobre “A América Latina” e possuir uma origem socioeconômica diversa a usual para os intelectuais brasileiros de fins do século XIX. Essas dissensões de Bomfim, observadas em relação à sua trajetória, de certa maneira elucidam o seu discurso a contrapelo e a atitude avessa ao academicismo. Destacadas tais exceções, Bomfim seguiu os demais segmentos do roteiro do intelectual brasileiro daquele período. Possuía formação acadêmica; publicou diversos livros e teve várias contribuições na imprensa; e, por fim, estava imerso no universo dos homens de letras do Rio de Janeiro pela interseção de Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, que o conduzia à proximidade do próprio Machado de Assis. Guanabara era um conhecido, influente e respeitado jornalista, com carreira na política e Bilac ninguém menos do que o Príncipe dos Poetas, título informal que dimensionava sua notoriedade. Através em especial do Príncipe, Bomfim aproximava-se de Machado de Assis, que era certamente a grande personalidade entre os literatos da época.

# CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DE BOMFIM SOBRE A ORIGEM DOS MALES DA AMÉRICA LATINA

## 3.1 PARIS: A “CIVILIZAÇÃO” BUSCADA E O IMPERIALISMO ABOMINADO

A obra “A América Latina: males de origem” foi publicada em 1905, tendo até o presente mais duas outras edições respectivamente em 1993 e em 2005, quando o trabalho de Manoel Bomfim completou seu centenário de publicação. No Prefácio desta Edição do Centenário, assinado por Azevedo Amaral, dá-se breve notícia do contexto que incitou em Manoel Bomfim a intenção de construir aquele material. Ao se retomar o prefácio de Amaral, afirma-se que:

Provocado por um jornal de Paris, onde naquela ocasião se achava, a dar uma entrevista esclarecedora dos problemas gerais da América Latina, então ainda mais desconhecidos dos europeus que hoje, Manoel Bomfim foi levado a avaliar a extensão e a complexidade do assunto sobre o qual lhe pediam opinião. Daí a meditação e o trabalho construtivo, de que resultou este livro (...) (AMRAL, 2005. p. 31).

De início, é preciso contextualizar as circunstâncias que levaram Bomfim à escrita de “A América Latina: males de origem”. Entre 1901 e 1903, Bomfim, comissionado pelo governo do DF (na época o Rio de Janeiro), estava em Paris fazendo um curso na Sorbonne com Alfred Binet e Georges Dumas. Pretendia o autor especializar-se em um conhecimento que, naquele momento, ganhava impulso: a Psicologia. Outro objetivo era, com o know-how adquirido, implantar no Brasil, no Pedagogium, o primeiro laboratório de pesquisas na área de Psicologia do País (AGUIAR, 1999, p. 251-252; ANTUNES, 2006, p. 17-28; OLIVA, 1999, p. 40).

Esse período passado na França muito provavelmente proporcionou a Bomfim sentimentos contraditórios. O primeiro o da França como modelo de civilização ser seguido. O segundo, paradoxalmente, o da carga eurocêntrica que a própria ideia que aquele modelo trazia. Afinal, a França tinha ainda grande protagonismo em ditar tendências de pensamento. Na transição do século XIX para o XX, os franceses exportaram o Positivismo e o Darwinismo Social. Autores como August Comte, Arthur de Gobineau e Gustave Le Bon, por exemplo, eram lidos e bem aceitos por distintos grupos no Brasil, de intelectuais a militares. Na verdade, havia um gosto afrancesado no Brasil daquele período. Imitar, ter ou fazer parecer alguém que apreciava uma cultura afrancesada: artes, ciência, moda, costumes, literatura e até mesmo instituições e política, era algo quase que como uma regra. Ela demonstrava o nível do indivíduo a confirmar ou estabelecer certo status social. Desse aspecto, por exemplo, Schwarcz (1998) destaca algumas passagens reveladoras da crítica de costumes que fez o dramaturgo brasileiro Martins Pena, pois:

(...) [ele] deixou, por meio da fina ironia, testemunhos importantes sobre os hábitos e modismos da época. As futilidades da corte e seu afrancesamento estão presentes em várias obras do teatrólogo. (...) O estrangeirismo dessa elite, e a importação excessiva, é outro motivo de chacota (...). Em *O Caxeiro da taverna*, Francisco se queixa: “É uma mania e todos vão com ela; é obra de estrangeira e basta. Não se vê por essa cidade senão alfaiates franceses, dentistas americanos, maquinistas ingleses, médicos alemães, relojoeiros suíços, cabeleireiros franceses, estrangeiros de todas as seis partes do mundo (...)”. (...) Mas a verve dirige-se de fato contra a “mania de francês”. (...) Basta uma olhada nos jornais da corte para perceber a profusão de produtos do estrangeiro ou que como aparato de venda, levam o nome de cidades e países do exterior como chamariz. Neles, a corte dos trópicos mais se parece com Paris (SCHWARZ, 1998, p. 112-113).

Essa mania de francês, a que autora se refere, seguiu desse período do II Reinado até aproximadamente as décadas de 1930 e 1940, já na República. Nesse outro momento, o estrangeirismo ainda era usual, porém mais o americanismo, sobretudo pela influência que ganhava o cinema daquele país (SEVCENKO, 1998, p. 539; BROCA, 2004, p. 141). Não apenas a elite era influenciada pelo estrangeirismo afrancesado, mas a intelectualidade, em particular:

Mas não seria de admirar que vivêssemos, vestíssemos e escrevêssemos pelas receitas parisienses, se era bem poderosa igualmente a sugestão de Paris sobre o mundo europeu e ocidental nessa época, tornando-se o centro de atração da humanidade (...). A obra de Zola, de Maupassant, de Verlaine e de Rimbaud, dos naturalistas, dos simbolistas, dos impressionistas, de toda a plêiade magnífica de intelectuais e artistas, projetando o livro francês, a moda francesa, o gosto francês; (...) (BROCA, 2004, p. 141-142).

Broca ironiza a situação afirmando que tal influência viria da parisina, que seria uma espécie de um fictício ou simbólico absinto que intoxicava a qualquer um com o tal hábito de afrancesamento.

A parisina era, na verdade, uma idealização sobre a capital francesa, em seu referencial material e simbólico. Era o desejo de imitar os modelos franceses, por considerá-los indicativos da civilização. Segundo Broca, boa parte dos literatos brasileiros era afetada por tal intoxicação. Havia inclusive dois casos exemplares, embora guardassem entre si certas distinções. Um era o de Olavo Bilac, amigo pessoal de Manoel Bomfim. O Príncipe dos Poetas, completamente intoxicado pela parisina, fora à capital francesa, pela primeira vez em 1891, e quando regressava sentia um único desejo: o de partir de novo [a Paris]. O outro era Euclides da Cunha, que parecia o único imune aos encantos inebriantes da dita parisina, pois pleiteava junto ao Itamarati um comissionamento para uma viagem à Amazônia. No entanto, o autor de “Os Sertões” “(...) teve formação francesa – como quase todos os escritores brasileiros da época – lia em revistas e livros de Paris, e apesar do seu ‘francês barbarizado’, chegou a encantar o Prof. Georges Dumas, numa palestra memorável, a que este aludia com enlevo” (BROCA, 2004, p. 144-151).

É possível afirmar que Manoel Bomfim, pelo contexto e pela experiência, não se encaixava como alguém nem intoxicado pela parisina nem totalmente imune à moda do afrancesamento. O autor experimentou singularmente aquele paradoxo de perspectiva a admiração e, por outra, a consciência das contradições do pensamento europeu, francês em particular. Esse aspecto é referenciado pelo próprio Bomfim, em uma nota, em que cita um excerto de um determinado autor, mas sem identificá-lo:

“É lastimável e irritante que, enquanto a Europa, sábia, civilizada, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos e ricos territórios, dando-se ao rastaquerismo de considerar-se nações. Está verificado que eles são incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades; o que a Europa tem a fazer é deixar-se de idiotas contemplanções e contemporizações...” (Apud. BOMFIM, 2005, p. 43).

A passagem referenciada por Bomfim deixa explicitamente claro a sua observação de que as populações latino-americanas seriam incapazes de lidar com as questões que promoveriam seu próprio desenvolvimento. As razões para tal incapacidade seria a preguiça a condição de incivilizados em virtude da composição étnica degenerada, sobretudo de mestiços. Elas, em conjunto, limitariam os povos latino-americanos de obter o melhor proveito de seu próprio território, pois seriam indivíduos rudes, ignorantes e, por conseguinte, perdulários, já que desperdiçam aqueles excepcionais recursos que as terras americanas dispunham. Além, é claro, da acusação de aquelas populações da América Latina não formarem verdadeiras nações. A solução para a problemática estaria na própria Europa, pois sábia, civilizada e laboriosa deveria retirar o freio dos seus pudores e conquistar aqueles territórios. Afinal, o Velho Continente racionalmente teria as condições ideais de fazer aqueles recursos produzirem o potencial que seria possível obter deles. Então, os latino-americanos incapazes, incivilizados e degenerados deveriam aprender com os europeus todas as lições sobre a própria América. Os europeus, por conseguinte, assumiriam um pretensioso aspecto de serem superiores, enquanto os latino-americanos notadamente seriam inferiores. Para tal processo, era necessário um pensamento que justificasse a interferência das nações europeias sobre outras. Algo que fundamentasse cientificamente a superioridade europeia de diversas maneiras, inclusive no aspecto racial, que é o sugestionado pelo excerto apresentado por Bomfim. Para tal finalidade, a corrente de pensamento do Darwinismo Social foi uma das mais utilizadas. Sob uma falsa percepção de cientificidade, que legitimaria os princípios imperialistas europeus como isentos politicamente e, portanto, produzidos por um sistema que aferia a verdade.

A mais utilizada foi aquela variante do Evolucionismo de Charles Darwin – Darwinismo Social –, que produziu a ideia de que a humanidade estava dividida em raças e que havia uma relação hierárquica entre elas (BERGO, 1993). Portanto, a escolha da França para estudar Psicologia, por parte de Manoel Bomfim, não está relacionada somente à questão técnica de se buscar quem ou qual país dominava determinado conhecimento. Havia entre a intelectualidade brasileira aquela notória influência estrangeira, em particular a francesa. Ela ia dos usos e costumes mais prosaicos, como roupas e gastronomia, até os de conteúdos mais acadêmicos, a exemplo daquelas tendências de pensamento e ciências. Ao, então, buscar Binet e Dumas – a França –, Bomfim procurava também aquele referencial que era tão comum aos seus pares intelectuais brasileiros. Aquele centro de atração também exerceu influência sobre o sergipano. Mesmo que ele não tenha expressado explicitamente, não foi imune ao reconhecimento, no mínimo, da França enquanto modelo de civilização. Essa distinção que o autor certamente teve não o inibiu a fazer severas críticas ao Imperialismo europeu e ao seu desconhecimento das questões particulares à América Latina. Essa questão é exposta claramente pelo autor no primeiro capítulo, da Primeira Parte, no qual afirma que:

A opinião pública europeia sabe que existe a América Latina... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado, por gentes espanholas, continente riquíssimo, e cujas populações revoltam-se frequentemente. Essas coisas, porém, já lhe aparecem num vago mal limitado; riquezas, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um legendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da ancianidade. Onde estão essas riquezas, o que valem; como se fazem as revoluções, quem as faz, onde as fazem: são questões que se não definem, sequer, no obscuro longínquo desta visão única – a América do Sul... É dela que se fala. Mesmo quando venham nomes particularizados – Peru, Venezuela, Uruguai... não importa: o que está ali, a imagem que se tem na mente é da América do Sul (BOMFIM, 2005. p. 41).

O intelectual deixa claro que a Europa, na verdade, era ignorante das questões da América Latina. O conhecimento daquele continente sobre o outro era superficial, baseado em estereótipos preconceituosos e, por conseguinte, em uma perspectiva como que de cima para baixo. Ou seja, concluem os europeus que a América Latina é uma terra vasta e rica, mas sem uma tradição, que poderia ser facilmente interpretada como egressa das artes, das ciências e da constituição de um pensamento racional e original. Ela é, enfim, quase que um bloco em que não se distinguiriam partes e as suas respectivas singularidades. Em outras palavras, a imensa variedade de tipos, culturas, paisagens etc. Essa ignorância, segundo Bomfim, não se limitaria apenas ao senso comum do cidadão europeu, em geral. Esse ponto de vista limitado também seria visível entre aqueles que poderiam ter uma perspectiva mais profunda, pois reclama Bomfim que:

“Não aparecem, é verdade, nenhum desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavar sentenças – invariáveis e condenatórias” (BOMFIM, 2005, p. 42).

Para exemplificar seu argumento, Bomfim, um pouco mais à frente, cita expressamente dois famosos intelectuais europeus: Gustave Le Bon e Charles Seignobos. Apresentou, então, os seguintes trechos, de autoria de Le Bon:

“... Elas – as repúblicas sul-americanas – todas, sem uma só exceção... vivem de empréstimos europeus, que bandos de políticos velhacos dividem entre si... Nessas desgraçadas repúblicas, a pilhagem é geral... os presidentes são regularmente assassinados, a fim de permitir a um novo partido o chegar ao poder, e por sua vez enriquecer...” (LE BOM apud. BOMFIM, 2005, p. 45. n. 2) [Destaque do autor].

## De Seignobos:

(...) dessas trinta e pouca linhas, que se leem na História da civilização de Seignobos, que representam tudo quanto ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como estas... “... Os paulistas formavam, no século XVIII, um povo independente, mas sem perturbações. O regente, irmão do rei de Portugal, tomou o título de imperador do Brasil em 1826...” É completo, não é?!... Note-se que este Seignobos é figura proeminente no ensino superior, em Paris, professor entre professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições e julgamentos à direita e à esquerda. (SEIGNOBOS apud BOMFIM, 2005, p. 47. n. 3).

Para Bomfim fica claro que a Europa conhece superficialmente as questões latino-americanas. Logo, a partir dessas circunstâncias, a visão europeia, mesmo a acadêmica e científica, é contaminada de pré-julgamentos. Reforça-se a ideia de ignorância do Velho Continente em relação à “América Latina”. Afinal, para Bomfim, o discurso europeu explicitamente ignora as possibilidades de uma apreensão mais próxima do real das questões latino-americanas. Inclusive, à medida que todo esse discurso de inferioridade e insipiência era constituído, servia aos interesses político-econômicos dos conquistadores, justificando as ações imperialistas europeias.

Ainda assim, apesar de todas aquelas críticas, Manoel Bomfim utilizou de premissas de pensamento egressas da Europa para elaborar os seus conceitos, ainda que tenha, de fato, produzido adaptações e ressignificações. O próprio Bomfim, na introdução do seu livro “Pensar e Dizer”, defende veementemente o Evolucionismo<sup>14</sup> como referencial teórico válido e fundamental ao seu trabalho, como se vê no trecho:

“Pessoalmente, na insignificância do meu pensamento, se me eliminassem do espírito a influência dos evolucionistas, seria como se lhe tivessem desfeito toda a estrutura de ideias. Poderia esquecer nomes; perder toda a memória das obras que li; mas sinto que não posso compreender o universo, a natureza, a vida, o espírito (...) senão como evolução.” (BOMFIM, 2006, p. 42).

Já em “Uma teoria biológica da mais-valia?”, Sussekind e Ventura (1982) afirmam que Manoel Bomfim, em sua argumentação e pensamento, se aproximaria mais do Materialismo Histórico. Bomfim teria substituído a luta de classes por parasita versus parasitado. Para os autores, o intelectual rompe com a ideia de neutralidade, assumindo um posicionamento crítico forte e que põe em dúvida as convicções e certezas científicas de seus pares contemporâneos. Ao fazê-lo, Bomfim expunha sua principal originalidade, que não estaria no seu rigor teórico, mas na construção de um contradiscurso. Discurso esse constituído através de metáforas biológicas e histórico-sociais (SUSSEKIND & VENTURA, 1982, p. 2-23). Para Sussekind e Ventura (1982), então:

Na complexificação dos organismos, aceita por Bomfim, quebra-se a relação de homologia e passa-se à analogia. (...) A desconstrução do vínculo homológico<sup>15</sup> entre instância biológica e social leva Bomfim a negar a validade da aplicação à sociedade da Teoria Darwinista de seleção das espécies (...). Ora, o spencerismo converte-se em justificativa ideológica para o liberalismo econômico (...). A crítica ao darwinismo sociológico se dá pela explicitação do seu vínculo com o liberalismo econômico e o racismo (SUSSEKIND & VENTURA, 1982, p.1982. 19-20).

Portanto, para ambos os autores, a produção de Bomfim irrompe com o Evolucionismo (e demais variantes). A linguagem biologizante, nas metáforas do autor, seriam analogias transgressoras.

---

<sup>14</sup> Manoel Bomfim deixou, segundo Aguiar (1999), um manuscrito inacabado sobre Charles Darwin.

<sup>15</sup> Segundo o dicionário da língua portuguesa de Laudelino Freire (1954: V 03, p. 2871), a expressão “homológico” significa a representação da “repetição das mesmas palavras, conceitos, figuras etc. [sendo homólogo também] órgãos que se correspondem em estrutura de um mesmo organismo [ou ainda a] correspondência de estrutura entre partes ou órgãos de organismos diversos, em consequência de diferenciação

evolutiva”. Também foi consultado a versão eletrônica do dicionário Houaiss, que deu muito próxima interpretação a respeito do termo “homológico”, no entanto, sem qualquer citação a respeito da temática da “evolução”.

<sup>16</sup>Artigo da Prof.<sup>a</sup> Thétis Nunes indica que o excerto destacado é de Manoel Bomfim do livro “Brasil Nação”. Tomo II. 1931. p. 230.

Afinal, ao questionar os determinismos raciais, na prática, Bomfim objetivava contestar os imperativos políticos, econômicos e sociais incutidos nos interesses das Potências Industrializadas europeias e elites latino-americanas. Nunes (1994) assevera bastante essa argumentação de Sussekind & Ventura (1982). Afirmo a historiadora que, apesar da linguagem de um biologismo exagerado, buscou o diagnóstico dos problemas brasileiros. Eles nada mais eram do que as questões socioeconômicas do país que, de tão reiteradas em nosso processo histórico-social, parecem até atávicas e, por conseguinte, demasiado contínuas em nossa evolução social. Citou a historiadora, por exemplo, que Bomfim:

Já admitia não mais poder o Estado continuar dentro de uma concepção liberalista, mas deveria ser dirigista, cabendo-lhe “regular a produção e distribuição, assim como o acúmulo de reservas capitalizadas”<sup>16</sup>. A função do Estado deveria ser, também, a organização dos serviços, as iniciativas econômicas, a legislação social. (NUNES, 1994, p. 563).

Haveria em Bomfim uma preocupação com premissas básicas do Materialismo Histórico, como a distribuição da riqueza, em contrapartida com ao seu monopólio pelo capital. Assim sendo, o Estado, dentro daquelas premissas, assumiria o papel de regulador da propriedade privada e, por conseguinte, da distribuição da riqueza (NUNES, 1994).

Vamireh Chacon (1965) pensa de forma semelhante que os autores anteriores, mas por uma perspectiva um pouco diferente. A princípio,

vaticina a importância de Bomfim quando questiona “Por que não se fala neste Manuel Bonfim???” [sic] (CHACON, 1965, p. 359). Afirmação quase que exponencialmente transcrita em diversos trabalhos que, no mínimo, citaram Bomfim. Segundo Chacon (1965), o intelectual se utilizou do marxismo quando: a) questionou as consequências do Imperialismo Colonial Português, que muitos confundiriam com um sentimento lusofóbico; b) desconstruiu as teses de pureza racial; c) defendeu uma educação pública de massa como elemento essencial para o surgimento de uma sociedade democrática; e, d) demonstrou apreço por ações e movimentos de caráter revolucionário, a exemplo da Revolução Mexicana (1910) (CHACON, 1965, p. 356-362). Contudo, “Manuel Bonfim [sic] não fazia do Marxismo um novo Calvinismo, puritano e absorvente. (...) desembocava no Marxismo, superando o Antropologismo, embora sem aderir a militância partidária (...)” (CHACON, 1965, p. 359-360).

Após citar uma série de autores, que, de alguma maneira, trataram a respeito de Bomfim, Reis (2006) sintetiza as ideias deles afirmando que compreende o intelectual:

(...) como portador de um sentimento socialista, antielitista, republicano e democrático. Bomfim, em uma linguagem radicalmente apaixonada e ressentida, parece um marxista brasileiro precoce, original, anterior a 1922. Era uma voz dissonante, heterodoxa, que ousava pensar o impensável, num meio social alienado, conservador e inculto. Ele desejava a extensão das liberdades democráticas a todos. Ele pode ser visto como um “grande homem” nietzschiano-benjaminiano, que interpretou e fez a história a contrapelo (REIS, 2006, p. 186).

A posição de Reis (2006) sobre a asserção de Bomfim em relação ao marxismo é mais judiciosa. A princípio, chama a atenção para um conjunto de autores que refletiram a respeito da questão. Assim, mais do que os utilizar como referencial, os compendia para tomar a sua posição. Ela é tão somente o de perceber características do marxismo no intelectual sergipano. Talvez em um precário meio-termo entre Sussekind e Ventura (1982) e Chacon (1965), quando aqueles afirmam que a linguagem biologizante envolta naquelas metáforas médicas era uma analogia para o Materialismo Histórico e o último assevera que a inserção de Bomfim no marxismo não fora dogmática. É possível associar as críticas de Bomfim, por exemplo, ao Imperialismo ou determinismo racial europeu aos interesses político-econômicos dos países do Velho Continente. Isso não é difícil, já que as teorias raciais objetivavam justamente a legitimação ideológica do Imperialismo da Europa através da ideia de superioridade racial. Com tal afirmação, os países europeus impunham seus interesses materiais (REIS, 2006, p. 186). Depois dessa discussão, em algumas linhas mais à frente, Reis (2006) expõe a perspectiva do biógrafo de Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar, a respeito da visualização do marxismo na obra do médico. O objetivo era concluir a discussão e encontrar um consenso através do biógrafo, realizando aquele mesmo procedimento de sintetizar o conjunto dos argumentos. Para Aguiar (1999), a possível inserção de Manoel Bomfim no marxismo revela-se através da iniciativa de criar uma universidade popular, da qual o autor participou. Ela seria o coroamento dos projetos de educação pública de massa de Bomfim, mas fracassou por motivos diversos. Enquanto o projeto estava a pleno vapor, ele foi de iniciativa de instituições de representação operária, a exemplo do Partido Operário Independente, de tendência anarquista, apesar desse contato:

Bomfim não era, nem nunca foi, um anarquista, embora conhecesse bem a doutrina e tivesse por ela indisfarçável simpatia. Bomfim aproximou-se do Partido Operário Independente (como mero simpatizante, entenda-se) com o objetivo de levar à população – e, principalmente, aos trabalhadores – as propostas que vinha formulando e defendendo (AGUIAR, 1999, p. 280).(...) como portador de um sentimento socialista, antielitista, republicano e democrático. Bomfim, em uma linguagem radicalmente apaixonada e ressentida, parece um marxista brasileiro precoce, original, anterior a 1922. Era uma voz dissonante, heterodoxa, que ousava pensar o impensável, num meio social alienado, conservador e inculto. Ele desejava a extensão das liberdades democráticas a todos. Ele pode ser visto como um “grande homem” nietzschiano-benjaminiano, que interpretou e fez a história a contrapelo (REIS, 2006, p. 186).

Talvez seja possível afirmar que se corroboram as perspectivas que compreendem o pensamento de Manoel Bomfim equiparado com os princípios marxistas, mas não necessariamente inserido neles. Ainda que, segundo o biógrafo, Bomfim tenha assumido uma “(...) proposta ‘revolucionária’ [em] O Brasil nação [que] representava a contraposição – ou, para empregar expressão mais sofisticada, a negação dialética – à proposta ‘ilustrada’ de A América Latina: males de origem.” (AGUIAR, 1999, p. 499).

A proposta ilustrada era a educação pública de massa como remédio prescrito para solucionar os males latino-americanos. Já a contraposição ou negação dialética foi o assentimento de que o processo revolucionário, enquanto força razoavelmente capaz de transgredir e romper com os interesses político-econômicos de sociedades conservadoras. Interesses esses sustentados com poderosa avidez tanto externa, do Imperialismo, quanto interna da elite brasileira que, afinal de contas, controlava o Estado, e não via a educação pública como uma prioridade.

Nesse espaço entre a proposta ilustrada e negação dialética, passaram-se algo próximo a 30 anos. Nos primeiros encontramos um Bomfim jovem e entusiasmado em meados do século XX. Nos outros, um homem um tanto desiludido no prelúdio da década de 1930. Esses dis-sabores foram bem representados pelo fechamento do Pedagogium em 1919, que praticamente significava o fracasso dos projetos educacionais de Manoel Bomfim (AGUIAR, 1999; GONTIJO, 2010). Em tais circunstâncias, o desengano era perfeitamente inteligível, por assim dizer. Por esse motivo, considerar o meio revolucionário de ação em razão das negativas dadas por uma sociedade elitizada e conservadora tornou-se uma alternativa razoável para o médico. Sem, no entanto, deixar abater completamente seu ânimo, Bomfim, publica sua série “Brasil Nação”, “Brasil na História” e “Brasil na América” entre 1930 e 1931. Estava consciente da grave enfermidade que o acometia, tendo pressa em concluir aqueles que são seus trabalhos e da maturidade e últimos. Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1932<sup>17</sup> (AGUIAR, 1999, p. 279-280, 499 e 507-508).

Nesta obra, assumiu-se posição semelhante ao ponto de vista de Ronaldo Conde Aguiar (1999) e José Carlos Reis (2006). Eles admitem a proximidade do pensamento de Bomfim em relação ao marxismo, com base, por exemplo, na estrutura, nos argumentos, nos objetivos, na conjuntura experimentada pelo autor, essa não apenas nas perspectivas das questões político-econômicas, mas também no conjunto das ideias correntes à época do médico. Apesar das similitudes, parece, para nós, inapropriado afirmar que Bomfim fosse adepto do Materialismo Histórico em si ou escrevesse dentro dos paradigmas do marxismo.

Enquanto acepção teórica, Bomfim esteve mais ligado ao Evolucionismo de Darwin. Muito reforça essa convicção, tanto a defesa que o autor fez do Evolucionismo, enquanto ferramenta teórica (mesmo que com severas críticas a determinadas premissas), e o forte uso de uma linguagem médica biologizante (como muito enfatizam vários estudiosos). Quem sabe, possa afirmar, parafraseando Aguiar (1999), que o Bomfim das propostas ilustradas estava mais imerso no Evolucionismo, inclusive em virtude daquele contexto, no qual tais princípios de pensamento estavam em maior evidência. Já o Bomfim da contraposição ou negação dialética, era um homem meio que alquebrado e que, por isso, tenha se aproximado mais do marxismo. É interessante observar que os autores que defendem que Manoel Bomfim era um marxista, ainda que, por uma acepção analógica, tomam por base seus textos da série “Brasil”, justamente quando autor estava no fim da vida. Contudo, é altamente pertinente o alerta de que Manoel Bomfim não era um determinista das ideias de raça. Afinal, Bomfim buscava compreender e analisar as causas ou origens das problemáticas latino-americanas e procurar-lhes soluções. Segundo Ortiz (2006), através de um “(...) instrumental teórico [que] pode ser resumido através dos seguintes pontos: 1) as sociedades existem como organismos similares aos biológicos; 2) existem leis orgânicas que determinam a evolução; 3) a análise da nacionalidade depende

---

<sup>17</sup>Aguiar informa que desde de 1928 Manoel Bomfim teve sua saúde bastante abalada, sofrendo de dores constantes. Apesar do sofrimento, manteve-se ativo até próximo do fim. Entre 1930 e 1931 publica o que se pode chamar de série “Brasil” e teve outro trabalho publicado postumamente: “Cultura e Educação do povo brasileiro” (1933),comissionado pela Academia Brasileira de Letras. Além de deixar uma obra inconclusa, conforme já observado na p. 87, n. 55.

do meio em ação combinada com seu passado.” (ORTIZ, 2006, p. 23). Na prática, o pesquisador defende que Bomfim produzia comparações entre aspectos e fenômenos sociais e os da natureza. Esse elemento é encontrado em “A América Latina: males de origem”, no qual o autor objetivava responder tanto àquela conjuntura do Imperialismo quanto ao discurso racial pseudocientífico que condenavam os países latino-americanos a um status de sempre atrasados por serem inferiores à Europa. Para isso, primeiro o autor teve que diagnosticar os males de origem, ou seja, as causas do atraso. A partir desse conhecimento, analisar como esses fatores de atraso, tal qual parasitas, instalaram-se nas sociedades latino-americanas. Para demonstrar esse raciocínio, o autor faz uma analogia com um molusco denominado *Chondracanthus*, afirmando que:

(...) era um crustáceo livre, inteligente – do grau de inteligência que possui o comum dos crustáceos, provido de todos os instrumentos – órgãos e aparelhos – indispensáveis para guiá-lo na procura dos alimentos, ir ao encontro deles, fugir dos perigos, apanhar as substâncias nutritivas, levá-las à boca, triturá-las, digerir-las; munido de um tegumento que o protegia dos choques exteriores. Por uma circunstância qualquer, ele se achou um dia sobre uma presa viva; tirou dela o alimento; deu-se bem, voltou ainda... Então, ele era apenas um animal depredador. Depois, nem mais se afastou da vítima, apegou-se a ela, fixou-se definitivamente e todo o seu esforço ou trabalho vital se resumiu, deste momento em diante, em sugar o animal a que se prendia. Aí encontra ele tudo; a vida lhe é muito mais fácil do que se, da natureza, tivesse de tirar o sustento (BOMFIM, 2005, p. 64).

Para Bomfim, assim o eram os países que realizaram as explorações coloniais do período do mercantilismo como também do Imperialismo. São nações parasitas que sobrevivem, portanto, de sugar, tal qual o parasita encontrado na natureza, as demais nações a que elas se fixam. Por um lado, recusa a ideia de degeneração quanto à afirmação de inferioridade racial, por outro, admitia nessa analogia do parasitismo.

Defendia Bomfim que, a partir do ponto em que uma nação parassitava outra, criava-se, desta forma, um vicioso processo de herança, já que as características mais negativas dos colonizadores ibéricos foram reproduzidas pelos latino-americanos, por exemplo, na concepção do autor. Haveria aspectos visíveis nas estruturas socioeconômicas conservadoras latino-americanas. Para superar essa herança, Bomfim recomendava veementemente a instrução da população. Ela instituiria outra forma de reconhecimento e pertencimento mútuo entre os latino-americanos. Por isso, concomitante ao conhecimento dos “males de origem”, era imperativo a apreensão do processo histórico e social que incorreu na construção das respectivas sociedades latino-americanas. Segundo Alves Filho (1979), as teorias raciais não eram uma unanimidade absoluta de pensamento. Havia críticos, mesmo na Europa, em relação às premissas mais preconceituosas do Darwinismo Social, a exemplo do branqueamento e da superioridade racial. Ainda segundo Alves Filho, um dos grandes referenciais de Bomfim, para as suas críticas, seria um antropólogo francês, do século XIX para início do XX, Paul Topinard (ALVES FILHO, 1979, p. 59). Era um médico e antropólogo que esteve entre os questionadores dos postulados mais deterministas das teorias raciais. Esse fato, para Alves F.<sup>o</sup> e Conde Aguiar, resolveu uma questão: o de se afirmar equivocadamente que Bomfim era um indivíduo, por suas ideias, além do seu tempo. Ambos os autores rejeitam tal assertiva veementemente, já que Manoel Bomfim, enquanto indivíduo do seu tempo refletiu sobre ele e o interpretou a partir do pensamento, dos debates e dos paradoxos de sua contemporaneidade. Assim, segundo os estudiosos do intelectual sergipano, as possibilidades de qualquer indivíduo em produzir um pensamento extemporâneo, distinto de sua existência e experiências, seria uma enorme improbabilidade.

Enfim, a percepção daqueles dois estudiosos é a de que o pseudo-cientificismo racial era a voga do pensamento dos idos dos oitocentos, mas não era obviamente único nem absolutamente unânime (ALVES FILHO, 1979, p. 47; AGUIAR, 1999, p. 32-33). Corrobora essa assertiva de Ianni (1971):

A lógica do pensamento científico não é imune aos estímulos criadores das configurações sociais de vida. Parafrazeando Hans Freyer, poderíamos dizer: “quem se acha imerso na realidade social, num ponto determinado, não só pode captá-la teoricamente como é compelido a interpretá-la de modo científico. Ou melhor, na sociologia, da mesma forma que na economia política e outras ciências sociais, as próprias condições de existência social, nas quais o cientista se encontra inserido, são componentes fundamentais de sua atividade científica. Em certo grau, o presente impõe-se como critério ou objeto da reflexão científica. A problemática ou as possibilidades com o universo cultural no qual o cientista está imerso (IANNI, 1971, p. 9-10).

Sem tergiversações, Ianni (1971) deixa clara sua posição. O cientista social é provocado pela sua realidade e momento. Ele está imerso em suas problemáticas, tentando analisá-las e compreendê-las. Talvez se possa dizer que há um risco nisso, de o pesquisador deixar-se influenciar demasiadamente pelo seu contexto. Isso poderia acontecer tanto por uma espécie de convicção arraigada do cientista a determinadas fatores quanto anuência ou, quiçá, cooptação mesmo a determinados interesses. Independente a essas possibilidades, fica clara a posição de crítica ainda que minimamente em comum em relação às probabilidades de um cientista social estar desconectado do seu tempo. Fato esse que muitos atribuem a Manoel Bomfim em virtude de suas críticas ao pensamento racial de sua época. Elas fazem parecer que o intelectual sergipano antepõe análises ao racismo, que se constituiriam mais usuais somente em trabalhos da década de 1930.

Mas, como a pouco observado, as teorias raciais tiveram, no percurso do século XIX, grande legitimidade social, mas não eram unanimidades absolutas. Ortiz (2006), por exemplo, chama a atenção que:

No momento em que as teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil”. (...) existe na realidade uma defasagem entre o momento de produção cultural e o momento de consumo. Por outro lado, tem-se que esse consumo é diferenciado, Manuel Bonfim [sic.] se volta para um autor como Topinard, a ponto de Skidmore se surpreender com seu conhecimento “atualizado” da literatura antropológica, Sílvio Romero prefere Agassiz ou Broca (ORTIZ, 2006, p. 29-30).

A intenção de Ortiz, nesse trecho, é questionar a ideia de que toda a produção intelectual brasileira, daquele período de virada para o século XX, seria mera cópia ou imitação de modelos europeus e estadunidenses. Muito embora esse aspecto não fosse de todo incorreto, demonstra o estudioso uma aceção bastante simples. Na Europa, ao término do século XIX, as teorias raciais já possuíam um menor número de defensores. No Brasil, aqueles princípios preconceituosos chegaram com certo atraso, mas, ainda assim, não representaram uniformidade de alcance ou compreensão, não obstante fosse a tendência do pensamento entre a maioria dos intelectuais brasileiros. Entre os críticos do pensamento racial, havia Manoel Bomfim e Alberto Torres (SKIDMORE, 2012, p. 171-184). A singularidade de “A América Latina: males de origem” e do pensamento do autor estaria no conjunto interpretativo criado. Bomfim envolveria conhecimentos e premissas de forma polígrafa e, acima de tudo, sobre uma região – América Latina – a qual deu uma atenção e análise até então bastante distinta da usual.

O estudioso enxergou o continente em sua singularidade de conjunto. Os países latino-americanos compartilhariam entre si uma herança colonial ibérica em comum. Ela lhes legou, através do parasitismo da exploração mercantilista, estados e sociedades conservantistas, ou seja, conservadoras ou até mesmo reacionários. A única saída ou remédio para tais males de origem era o aprimoramento dessa população através da instrução, que deveria ser em massa e provida pelos respectivos governos dos países latino-americanos. Mesmo que Manoel Bomfim já refletisse a respeito das problemáticas latino-americanas, considerando desde suas questões de fundo até suas respectivas consequências a longo prazo, foi, porém, no “Velho Continente”, que o intelectual foi impelido a escrever sobre aquelas questões. A partir da instigação dada pelo trabalho de elaborar aquele artigo para o periódico parisiense, a América Latina tornou-se uma tarefa sistemática. Isso no continente que representava, divergentemente, tanto a admiração pelo seu modelo de civilização construído quanto a aversão pela sua ignorância por questões externas e pela ganância do Imperialismo. A obra em si foi concluída e lançada no Brasil em 1905. Essa foi a obra inaugural de Bomfim. Tal afirmação tomada aqui tanto no aspecto de ser o primeiro trabalho do autor, sob o formato de livro, quanto de estreia de suas principais teses. As quais são amplamente perceptíveis nas obras que se seguiram. Nestes outros trabalhos, em especial, na série “Brasil na América”, “Brasil na História” e “Brasil Nação”, é perceptível a continuidade daquelas premissas de “A América Latina: males de origem”. Aquelas são obras da maturidade do autor, logo anteriores ao seu falecimento em 1932. Elas se distinguem, obviamente, em vários aspectos da peça inaugural de Bomfim. Além de centralizar o Brasil como objeto de reflexão e análise, a partir desses estudos, reescreveu e ressignificou a história nacional.

Nessa perspectiva, o processo parasitário da colonização assumiu forte caráter antilusitano. A história da América Latina e, em especial, do Brasil e as relações sociais aí constituídas são representadas, sobretudo, pela relação de herança. O legado ibérico constituído tivera, a partir de ações parasitárias, como consequência a produção de sociedades conservantistas. A solução ou remédio seria a instrução da população em oposição às tendências de aprimoramento racial. Enfim, essas são características basilares do que talvez possa ser chamado de pensamento bomfiniano.

### 3.2 ENTRE AMÉRICAS: POR UM NOVO CARÁTER DE NAÇÃO

A América que Manoel Bomfim dispôs-se a estudar era aquela configurada pelas consequências do processo de colonização europeia em um período de quase quatro séculos. Por isso, refletir sobre aquele continente pós-independências, suas fragmentações nacionais e singulares características, para o autor, só seria possível com a compreensão dos efeitos originados daquele processo exploratório colonial. Seria uma relação de causa e consequência, o primeiro representado pelo processo colonizador europeu e, o segundo, pela constituição das diversas nações, com as suas respectivas contradições. Afinal, propunha outra compreensão, através da reinterpretação e ressignificação do processo histórico e social.

Era uma ruptura incontestável da estrutura colonial-mercantilista iniciada há três séculos. Essa ruptura, no entanto, fora provocada em virtude das próprias contradições daquele sistema colonial que, em fins dos setecentos, tornaram-se cada vez mais tensas e incontornáveis. Tal elemento levou, no século seguinte, a uma quebra ainda maior, pelo esfacelamento do império colonial ibérico na América. A América Latina apartava-se das suas maiores Metrôpoles – Portugal e Espanha – iniciando uma trajetória complexa de estados independentes. Mas o quão independentes os países latino-americanos realmente se tornaram? Quatro séculos de exploração colonial deixaram quais marcas nestes países recém-emancipados? Muito certamente, em razão desses questionamentos, Manoel Bomfim começou a refletir sobre o assunto em fins daquele mesmo século XIX. Essas inquietações aconteceram quando a independência brasileira completava oitenta anos, época na qual o intelectual estava em Paris.

Muito provavelmente as próprias contradições dos países latino-americanos chamaram a atenção de Manoel Bomfim. Ao encargo de pouco menos de um século das independências, as nações ibero-americanas, em particular, possuíam toda uma série de discrepâncias sociais, fragilidades institucionais e dependência financeira em relação às grandes potências industrializadas. Era como se as emancipações políticas fossem transformações limitadas, quase que falsas, já que tudo mudou para ficar mais ou menos igual ao que era. Para Bomfim, isso ocorreu, entre outras razões, porque:

Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá o direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável.

Nações novas deveriam progredir como 100, enquanto as antigas e cultas progridem como 50; só assim lograríamos alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como 10, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. E todos sofreremos os efeitos deste retardamento. Há casos em que, num estado de relativa barbaria, os povos podem ser felizes: quando, por isolados, não chegam a sentir os efeitos da sua inferioridade; esta não existe quase. Mas, no nosso caso, participando da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes (BOMFIM, 2005, p. 53).

A princípio pode parecer uma assunção aos princípios de superioridade e inferioridade, questionados na parte anterior e através, também, das próprias palavras do autor. Não chega a esse ponto, mas mostra expressamente as divergências entre críticas a um determinado modelo e a assimilação a esse mesmo modelo. Nesse caso, era o da Europa como centro da Civilização Ocidental, que Bomfim admite tão claramente no excerto acima. É através desse mesmo excerto que podemos refletir sobre alguns dos seus argumentos a propósito dos problemas latino-americanos. Um dos que mais incomodava o intelectual era o atraso da América Latina em relação às nações mais adiantadas do mundo. Note-se que ele afirma que os países sul-americanos, enquanto nações jovens, poderiam ter um desenvolvimento em uma escala mais ágil do que as antigas. No entanto, não é isso que ocorria, por questões próprias a esses países jovens ou recém-emancipados. Ao se comparar seu desenvolvimento lento ao conjunto de ações que deveriam empreender para alcançar as nações mais desenvolvidas, percebe-se tanto uma estagnação quanto um retrocesso. Ou seja, Bomfim não viu as problemáticas latino-americanas apenas de uma perspectiva de vitimização daquelas nações em relação ao processo colonização europeu.

Elas têm sua própria responsabilidade em virtude das contradições políticas, econômicas e sociais que produziam. Logo na página seguinte, ao excerto anterior, Bomfim exemplifica e analisa a questão, afirmando que:

São povos [latino-americanos] que possuem todos os elementos para ser prósperos adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: por quê?... É diante desta anomalia, desconcertante para muita gente, que os estadistas de vista curta emitem os seus famosos axiomas: o mal vem da instabilidade dos governos, das revoluções frequentes, da irregularidade do câmbio, do papel-moeda inconversível, da falta de braços... É toda uma série de sintomas de atraso, apresentados como causa (...). ... Não compreendem, esses tristes políticos que um povo não faz revoluções senão quando uma causa profunda, orgânica o impele a isto; que as revoluções e cada uma das causas adotadas, ora por este, ora por aquele são efeitos e não, efeitos ligados a uma mesma origem, e que é mister buscar cuidadosamente esta origem, esta causa, para achar o meio de ir lentamente, tenazmente combatendo-a (BOMFIM, 2005, p. 54).

Latino-americanos têm o seu quinhão de responsabilidade sobre seus problemas. Porém, observe-se que Bomfim supera, ao menos na perspectiva de ser a justificativa para o tal “atraso” latino-americano, premissas mesológicas e raciais. A questão é essencialmente política, pois os estados são liderados por políticos, como ele mesmo diz, míopes. Eles apenas reproduzem argumentações que reafirmam aspectos que contam uma espécie de incapacidade inata das populações. Esquecem ou simplesmente ignoram tais lideranças que essas explicações apenas inferiorizam as populações e seus respectivos países; muito embora a afirmação desses discursos de base racial servira justamente para legitimar diversos privilégios daquelas elites criollas. Afinal, grande parte dessas lideranças políticas americanas eram egressas de elites econômicas proprietárias de terras, sendo várias conectadas a antigos grupos político-econômicos de poder do período colonial.

Quer dizer, retomar-se-ia aquela assertiva de que os processos de independência nem alteraram as estruturas socioeconômicas dos países latino-americanos nem suas respectivas posições no mercado internacional. Tal argumentação poderia significar, no setor econômico, por exemplo, a continuidade de um modelo essencialmente baseado na produção de agroexportadora. Artigos, em geral, de baixo valor agregado e com grande oscilação de preço e demanda em mercados internacionais. Logo, aqueles países recém-emancipados mantiveram-se, na lógica do mercado internacional, como áreas subalternas meramente fornecedoras de matérias-primas. Assim, atendiam-se tanto aos interesses externos das potências industrializadas europeias quanto aos das tradicionais elites proprietárias latino-americanas. Os primeiros precisavam de mercados de matérias-primas, os últimos desejavam manter seus privilégios, que dependiam, em grande parte, em não quebrar vínculos com os mercados internacionais que, regularmente, adquiriam suas respectivas produções agropastoris. Isso não significa dizer que as rupturas coloniais não produziram uma mudança de estrutura. Essa característica foi bem representada pela própria quebra do “pacto colonial”, base elementar do Mercantilismo e, por conseguinte, do próprio sistema. Apesar de não se romper nas ex-colônias, por exemplo, com a estrutura fundiária de concentração de terra, o modelo econômico de base primária e o trabalho alicerçado na mão de obra compulsória houve uma ruptura política. Todas essas características foram fundadas pelo mercantilismo através do processo de colonização. Elas representavam paradoxalmente os meios pelos quais os criollos mantiveram seus interesses. Esta situação de fragilidade da América Latina, sem conseguir superar suas contradições, tornou esses países recém-emancipados mais suscetíveis ao Imperialismo.

Para Manoel Bomfim, as respostas para essas questões estavam, em grande parte, nas características do Imperialismo, já que:

A menos que a Europa não se converta a sentimentos de uma relativa equidade, e que as nações civilizadas não resolvam dirigir os seus atos segundo os princípios de justiça e solidariedade humana, que os homens individualmente aceitam – a menos que um tal milagre não se faça, a América do Sul, as populações latino-americanas, terão igual sorte à da Índia, Indochina, África, Filipinas etc. (BOMFIM, 2005, p. 48).

A América Latina não necessariamente sofreria invasões e conquistas territoriais, por parte de potências europeias. Muito embora, no limiar do século XX, os EUA iniciaram o seu próprio modelo de Imperialismo, neste princípio, em especial o México e os países da América Central sofreram intervenções, inclusive militares. O próprio Bomfim, de certa maneira, já vaticinava essa possibilidade por parte dos estadunidenses quando afirma que “(...) a América do Norte irá, fatalmente, absorvendo-nos” (BOMFIM, 2005, p. 49). Diz isso em uma reflexão justamente a respeito de certo papel de defesa que a grande nação do norte assumiria em relação ao restante do continente, a partir da Doutrina Monroe. Segundo Bomfim, tal papel, a priori, foi de defesa da América. De início, esse papel impediria, de certa forma, as ações mais inescrupulosas da Europa sobre o continente. Afinal, os estados latino-americanos, apesar do status de nações independentes, ainda seriam vulneráveis a ingerências externas, sobretudo, da Europa. Essas interferências eram o que os EUA procurariam prevenir através da Doutrina Monroe, que se tornou apenas o modelo singular do Imperialismo estadunidense. O Imperialismo, então, inclusive o europeu, avançou sobre as frágeis nações latino-americanas.

Segundo Hobsbawm (1988), o Imperialismo europeu inicia-se por volta de 1870, mas somente na década de 1890 foi que o termo, por fim, tornou-se o conceito definidor daquela nova estrutura de exploração. Ela foi a maneira como as grandes potências industriais da Europa recriaram processos de exploração sobre o que talvez se possa denominar de tradicionais áreas fornecedoras de matérias-primas. As maneiras pelas quais as potências europeias exerciam essa “exploração imperialista” distinguiram-se bastante do mercantilismo. Na África e Ásia, ainda se mantiveram a gestão político-administrativa direta e o controle militar, semelhante ao do mercantilismo.

Na América Latina, em particular, o Imperialismo se deu através da dominação financeira, controle de mercado e significativo lobby sobre esses estados recém-emancipados. Tais fatores, somados a condição dita “atávica” promovida pela colonização ibérica, estariam entre os responsáveis pela continuidade da condição de atraso da América Latina. Sobre essa questão do desenvolvimento, Bomfim analisa o caso particular do Brasil. Naquela transição do século XIX para o XX, já havia, no país, uma preocupação com o seu desenvolvimento, que era considerado incipiente. Isso se traduziria em uma espécie de consciência do atraso do Brasil em relação às nações mais avançadas.

Então, a resposta para o como fazer o país atingir um ponto mais avançado de desenvolvimento era atacar as razões do seu atraso. Esse discurso se corporificou, em fins do XIX, nos processos de Abolição do Trabalho Escravo e a substituição do regime Monárquico Imperial pelo Republicano.

Ainda que com várias críticas e limites, o fim do regime servil de trabalho significou uma mudança estrutural importante, possibilitando uma expansão tanto do mercado de mão de obra livre-assalariada e, por conseguinte, consumidor interno, quanto à liberação de recursos financeiros para os setores produtivos. Porém, a transição política é que se revestiu de um discurso de que a Monarquia representava a ligação reacionária a um passado contrário ao processo de desenvolvimento. Por esse aspecto, a mudança do regime político era compreendida como um fator imperativo de superação de toda aquela herança colonial para o Brasil. A implantação de uma República representaria o progresso desejado. Nessa relação entre “atraso e progresso”, havia diversas questões que não diziam somente respeito à troca de regime político ou a alguma outra alteração de caráter estrutural, por exemplo. Havia também a problemática da “raça” que se tornou uma problemática muito importante no entre séculos XIX e XX. O Darwinismo Social, em particular, através de suas premissas básicas, condenava o Brasil e as demais nações latino-americanas a um crônico estado de “atraso” em relação às nações europeias. A explicação para essa questão estava na “raça”. O Darwinismo determinava tanto a existência quanto a divisão dos seres humanos em “raças” diversas. Essas “raças” tinham entre si uma relação de ordenação de grandeza, logo, havia aquelas que eram “superiores” outras “inferiores”. A América Latina e o Brasil teriam uma população caracterizada como basicamente mestiça. Isto posto, é possível afirmar que, segundo o Darwinismo, essas nações eram formadas por raças inferiores. O Darwinismo Social considerava a mestiçagem ou relações inter-raciais inapropriadas, porque produziam sempre seres inferiores e degenerados. O atraso das nações latino-americanas, segundo essa corrente de pensamento europeia, era que esses países constituíam-se basicamente de raças de inferiores.

O Darwinismo Social considerava a mestiçagem ou relações inter-raciais inapropriadas, porque produziam sempre seres inferiores e degenerados. O atraso das nações latino-americanas, segundo essa corrente de pensamento europeia, era que esses países constituíam-se basicamente de raças de inferiores. Esse fator que, na prática, era equivalente a uma verdadeira proscrição. Era o discurso das grandes potências do mundo, naquele fim de XIX, elas produziram estas correntes de pensamento preconceituosas com o objetivo, como logo visto, de justificar a sua necessidade de expansão através do Imperialismo.

Sobre todas essas questões Manoel Bomfim se sobrepôs, ele tentou responder tanto às teorias raciais quanto às injunções imperialistas. O objetivo era a superação do atraso latino-americano, que era afirmado ou suscitado por aqueles dois eventos. Para tanto, pode-se afirmar que Bomfim intentou dar outro aspecto de identidade latino-americana, mais particularmente a brasileira. Ortiz logo inicia seu texto afirmando que “O tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil” (ORTIZ, 2006, p. 7). A seguir, o autor reflete que apesar de o tema da identidade ser recorrente no Brasil, ele é uma espécie de subsolo estrutural em que:

Neste sentido, a crítica que os intelectuais do século XIX faziam à “cópia” das ideias da metrópole é ainda válida para os anos 1960, quando se buscava diagnosticar a existência de uma cultura alienada, importada dos países centrais. Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença (ORTIZ, 2006, p. 7).

Em perspectiva semelhante, mas de um texto de publicação mais recente, Reis também trata sobre a questão, afirmando que:

Discutir a identidade nacional brasileira é relevante, portanto, porque os brasileiros precisam construir criticamente a própria imagem para vencerem em lutas e negociações de reconhecimento e superarem sua situação de crise permanente.

Esta discussão tornou-se crucial nos dias atuais, porque as negociações e lutas de identidade tornaram-se mais complexas. Fala-se muito em crise de identidade, em fragmentação e até em desaparecimento do sujeito. As velhas identidades que estabilizavam o mundo social estão em declínio. Há uma redefinição das relações, dos objetivos, dos papéis sociais dos indivíduos (REIS, 2006, p. 10-11).

Naquele Brasil emancipado, em meados do século XIX, assim como vários dos seus vizinhos, houve propostas de construção de uma identidade própria e desatrelada do passado colonial, vinculação que significaria um fator de atraso. Desta maneira, Reis (2006) salienta a importância da construção de uma identidade brasileira na atualidade em razão, por exemplo, de lutas sociais. As gerações do século XIX o fizeram de maneira análoga, mas a partir do seu contexto. Novamente destacando-se o Brasil, houve, neste período do entre séculos XIX e XX, um conjunto de intelectuais que projetaram diversas perspectivas de construção do que se possa chamar de modelos nacionais. Esses intelectuais tomaram para si, então, a condição de intérpretes da nação. Muitos, dessa forma, vasculhavam o mais profundo passado histórico à busca dos nossos caracteres e remissão de nossas mais contínuas problemáticas. Na prática, construíram aquilo que consideraram como essenciais elementos e características do país, preenchendo de valores a serem reconhecidos como nacionais (REIS, 2006, p. 19-22; LEITE, 1983).

Ao longo do século XIX, os países latino-americanos constituíram-se nações independentes, no que tange a aspectos político-administrativos.

No entanto, de formas diversas, mantiveram antigas dependências, sobretudo econômicas, muito em virtude da manutenção de modelos de produção agroexportadores, muito próximos das plantations coloniais. Em relação a tais características dessas nações, Ianni (1971) compreende como que resultantes de um dualismo entre os aspectos arcaicos e modernos que elas produziriam. Haveria, então, um “(...) segmento ‘colonial’ (índio, mestiço, negro, rural, economia de subsistência etc.) [parte arcaica] [que] não se incorporou dinamicamente ao segmento ‘moderno’ (urbano, industrial, economia de mercado, branco) [parte moderna]” (IANNI, 1971. p. 53). Porém, Ianni ainda chama a atenção que esse dualismo em si não é toda a explicação para os problemas latino-americanos. Afirma o autor, pois, que a coexistência daqueles segmentos arcaicos e modernos não é absolutamente apartada. Há relações entre eles estabelecida por lógicas próprias, que resultam:

(...) sempre de um certo tipo de integração entre agricultura e indústria, campo e cidade, ou das diferentes forças produtivas (capital, tecnologia, e força de trabalho. A verdade é que as “dualidades” não são senão uma expressão (ao nível descritivo) das desigualdades e desequilíbrios inerentes às sociedades que se desenvolveram, historicamente sob a influência de sucessivos imperialismos; (...). (...), o segmento “arcaico” está sempre integrado, em algum nível, no segmento “moderno”. Um domina o outro, absorvendo seu excedente econômico efetivo ou os excedentes das suas forças produtivas, particularmente a força trabalho (IANNI, 1971, p. 55).

Esse conjunto de aspectos também foi tratado por Manoel Bomfim, pois a tese de sua obra (aqui analisada) refere-se à necessidade de responder àquelas singularidades latino-americanas; o que nos leva a considerar que os graves problemas socioeconômicos tornaram-se, ao longo dos séculos XIX e XX, na grande representação dos déficits que a América Latina tem que ainda hoje enfrentar. Sotelo (1975), ao discorrer sobre a sociologia latino-americana, sintetiza muito bem o argumento acima da seguinte maneira:

Na América Latina a preocupação com os problemas históricos e sociais tem recebido preeminência especial, (...). A gravidade dos problemas colocados obriga o intelectual latino-americano, uma vez perdidas as esperanças e as ilusões da geração insurgente, a confrontar-se com uma realidade que dificilmente poderia ser ajustada aos modelos disponíveis, europeus ou norte-americanos (SOTELO, 1975, p. 15-16).

A partir desse conjunto de diferentes questões e problemáticas latino-americanas, diversos intelectuais se voltaram a inquirir e procurar por respostas e soluções. Entre esses pensadores e sua produção da transição do século XIX para o XX, havia certas características comuns. Em razão dessa possibilidade, a produção sociológica, em especial a brasileira, foi dividida em períodos. Eles foram basicamente distintos no que se poderia chamar genericamente de período Pré-científico e outro Científico, com suas respectivas subdivisões. Liedke Filho (2005) afirma que:

O período dos Pensadores Sociais, também chamado por alguns autores de período pré-científico, corresponde historicamente ao período que se estende das lutas pela Independência das nações latino-americanas até o início do século XX. Durante esse período a elaboração da teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e mesmo homens de ação (políticos), sob a influência de ideias filosófico-sociais europeias ou norte-americanas como, por exemplo, o Iluminismo francês, o ecletismo de Cousin, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel, o social-darwinismo americano de Sumner e Ward e o determinismo biológico de Lombroso. Sob a influência desses autores buscava-se equacionar duas problemáticas centrais – a formação do Estado nacional brasileiro, opondo liberais e autoritários e a questão da identidade nacional, tendo como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural (LIEDKE FILHO, 2005, p. 377).

Ianni (1971) questiona, em “Sociologia da Sociologia Latino-americana”, a classificação da fase inicial com relação ao processo de periodização da Sociologia brasileira.

Diz o autor que a “(...) distinção entre fases pré-científicas e (...) propriamente científica é um artifício que às vezes esquematiza e reduz o significado do pensamento criador na ciência.” (IANNI, 1971, p. 17). Apesar das críticas de Ianni (1971), o autor referenda aspectos como, por exemplo, de influência hegemônica ou determinista de modelos teóricos estrangeiros (IANNI, 1971, p. 39); o que permite apontar aquelas características da Sociologia brasileira como contemporâneas de Bomfim. Intelectuais, como o sergipano, estiveram muito preocupados em, por assim dizer, dar cor e forma à nacionalidade brasileira, dizer o que ela era e, quiçá, apontar para onde deveria ir.

Em “O Caráter Nacional Brasileiro”, Leite (1983) analisa tanto o conceito em si de caráter nacional quanto reflete a respeito das diferentes características dele, nos vários países e culturas. No geral, tem-se o conceito ligado a alguns elementos, que talvez se possam considerar essenciais, que seriam os seguintes: a) uma construção e, em muitos casos, de uma determinada classe elitizada de alguma região; b) uma estranheza do outro, desta forma afirmando a si, por muitas vezes de maneira etnocêntrica; e, a partir desses dois anteriores, c) uma constituição de um nacionalismo, que diz que certa população teria uma estipulada série de caracteres em comum, que são entre eles facilmente reconhecível (fenômeno que se iniciou no século XIX). Esses elementos foram referenciados pelo racismo, em diversos grupos (mais comumente naquele mesmo século XIX), pois estabelecia tanto a distinção entre o nós e os outros quanto a hierarquizava (LEITE, 1983, p. 1-25; BOSI apud LEITE, 1983, p. XIX-XXVI). Sobre Manoel Bomfim, em particular, nesse contexto, Leite (1983) afirma que: “Como descrição do caráter nacional, o seu trabalho mais completo é provavelmente o livro sobre a América Latina.

Esse livro começa com uma corajosa afirmação de nacionalismo, que Manoel Bomfim reconhece apaixonada, mas fundamenta em fatos” (LEITE, 1983, p. 277). Já Reis (2006) afirma que o médico, assim “(...) como Calmon, (...) via a nação como um ‘organismo em evolução’, sem rupturas, procura inimigos externos e internos, para acelerar o ‘amadurecimento da consciência nacional’” (REIS, 2006, p. 186).

Para Ortiz (2006), de uma maneira bem sintética: “Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença” (ORTIZ, 2006, p. 7). Então, de uma maneira igualmente sintética, possa-se talvez dizer que a identidade ou construção de nação em Manoel Bomfim é uma oposição clara ao reacionarismos preconceituosos, deterministas e universalistas das teorias em voga na sua época. O intelectual buscou analisar e compreender a massa de nações latino-americanas a partir de suas singularidades. Não o foi diferente em relação ao Brasil. Havia, no pensamento bomfiniano, a preocupação de dizer o que era essa nação brasileira a partir de sua oposição às negativas impostas pelas teorias raciais. Tais teorias legitimavam e afirmavam o poderio Ocidental, a proporção que afirmavam uma superioridade de seus indivíduos e sociedade em detrimento dos demais, especialmente, das ditas sociedades mestiças e, por conseguinte, de indivíduos degenerados latino-americanos (ORTIZ, 2006, p. 15; IANNI, 1971, p. 42). Bomfim negou veementemente essas afirmações, impondo outra perspectiva àquelas nações mestiças latino-americanas. Quando, no exemplo brasileiro, afirmou que o branqueamento era uma perda de tempo, asseverava que a raça mestiça brasileira já estava mais do que adaptada ao meio. Portanto, impor a entrada de outro grupo seria sim aquela perda de tempo, afinal teria que aclimatar-se.

Que dizer, Manoel Bomfim ao propor um caminho diverso, pela negação, ao de aceitação ao racismo europeu, afirmou outro significado para a nação brasileira.

### 3.3. SOLUÇÃO: BRANQUEAMENTO OU INSTRUÇÃO?

A decisão de Manoel Bomfim de abandonar a medicina pelo magistério foi motivada por uma tragédia pessoal. O médico havia se refugiado temporariamente na cidade Mococa, interior de São Paulo. O exílio, por assim dizer, fora provocado pela repressão promovida pelo Pres. Mal. Floriano Peixoto aos envolvidos na Revolta da Armada (PENNA, 1999, p. 64-83). Bomfim não tinha tomado parte no movimento, ele era apenas um grande crítico do militarismo. Elemento muito característico dos momentos iniciais da Primeira República, em particular da administração do Mal. Floriano Peixoto. O médico também fazia parte de um circuito de intelectuais críticos do florianismo. A aversão ao militarismo e a presença em um grupo pouco “simpático” ao modelo político do Mal. Floriano, ainda que Bomfim não tenha participado da Revolta da Armada, colocava-o em uma posição aparentemente delicada. Afinal, tal conjunto de circunstâncias, em um período de polarização política, poderiam fragilizar a situação do médico, na então capital federal. Nesses momentos de perseguição, enfim, não se distinguem suspeições de fatos. Embora concretamente não tivesse sofrido ameaça alguma de demissão e/ou prisão, o médico considerou prudente afastar-se da Capital da República por algum tempo. Refugiou-se com a família naquela cidadezinha do interior paulista.

Nela cessou momentaneamente suas contribuições na imprensa, mas passou a um período de intensa leitura (AGUIAR, 1999, p. 172-174). Em Mococa, a família Bomfim foi estabelecendo sua nova rotina provisória até a ocorrência de duas grandes más notícias. Em 1894, morreram o pai de Bomfim, Paulino José (em Aracaju), e a filha primogênita do autor (em Mococa). A impossibilidade de salvar a vida da filha, na condição tanto de pai quanto de médico, após alguns dias de intensa agonia, marcou Bomfim profundamente. Ele tomou duas decisões a partir do trágico evento. A primeira foi deixar Mococa e voltar ao Rio de Janeiro e, a segunda, foi abandonar a medicina. Ele nunca mais trabalharia como médico (AGUIAR, 1999, p. 172-174).

Segundo Aguiar, o interesse de Manoel Bomfim pela Educação foi despertado pela leitura do Report of the Commissioner of Educations (1889-1890). Era um relatório do governo norte-americano a respeito da educação na América. O documento foi publicado em 1893 e alarmou o intelectual. Pelos dados, a situação da educação no continente latino-americano era muito deficitária, estando o Brasil entre as piores taxas de analfabetismo (AGUIAR, 1999, p. 192-193; GONTIJO, 2010, p. 12-13). O relatório deixou expresso uma realidade tacitamente conhecida: a precariedade do ensino público no país. Um sistema de ensino, para funcionar bem, deve ser nitidamente bem planejado para que suas unidades trabalhem através de ações coordenadas entre si. O que se via no Brasil talvez possa ser categorizado em três questões essenciais: a) omissão e desorganização dos agentes públicos; b) condições de deficiência muito significativas; e, c) resultados muito ruins, com um altíssimo índice de analfabetos. A situação era tal que afetava a própria ideia de uma cultura de educação.

Que dizer que a Educação não era uma prática arraigada na sociedade brasileira; o que tornava difícil inclusive o diálogo com as famílias a respeito do tema (GONTIJO, 2010, p. 15). Aquele relatório do Pres. da Província de Sergipe, o Sr. Salvador Correia de Sá e Benevides, de 1856, oferece um bom contexto sobre a educação no Brasil no século XIX. Recorde-se que nesse documento oficial, lamenta o chefe do executivo provincial que determinada verba fora condicionada à construção de um liceu na nova capital, Aracaju. Afirmava o Sr. Sá e Benevides que seria um luxo, portanto um gasto supérfluo, pois já havia um liceu na antiga capital da Província de Sergipe, S. Cristóvão. A verba, em consequência, teria melhor destino e prioritário se utilizada para construir uma cadeia pública em Aracaju, da qual a nova sede administrativa provincial tinha grande necessidade, segundo o Pres. Sá e Benevides (NUNES, 2008, p. 347-349. n. 151). Ainda que um evento pontual em uma pequena província do norte do Império brasileiro, ele é bastante revelador. O evento, transcrito para as páginas de um documento oficial, demonstra a acepção do poder público e, de certa maneira, da própria sociedade em relação à educação pública. Ela não era uma prioridade. A sociedade não enxergava a educação como elemento transformador e o poder público, por outro lado, a não via como um elemento de desenvolvimento. Quer dizer, a educação não era uma cultura, ou seja, nem uma prática social nem institucional. Aquele relatório americano, portanto, apenas expunha em dados as consequências da omissão do Estado e da desinformação da população. Ainda que se considere, por exemplo, a implantação de cursos superiores no Brasil ao longo do século XIX, acessíveis quase que somente aos indivíduos com condições de poder e recursos econômicos, a educação era apenas um verniz. carreiras no funcionalismo público ou política.

O diploma de Doutor era apenas mais uma condicionante de status do que um conhecimento apreendido, acumulado e interpolado pelos seus interlocutores. Essa característica é muito bem descrita pelo conceito do Bacharelismo naquele Brasil do século XIX.

Manoel Bomfim compreendia a Educação como a medicação para os males latino-americanos. Assim, o médico transmutou-se no educador. A tese de “A América Latina”, na prática, é um diagnóstico da problemática latino-americana. A identificação dos males permitiria, então, o estabelecimento de uma cura. Daí, entre outros fatores, a característica do forte discurso biologizante contido na obra inaugural de Bomfim. A busca por tais males era a procura pela as razões do atraso latino-americano em relação às potências europeias. A identificação, por conseguinte, a possibilidade de superar os elementos do atraso latino-americano, ou seja, era a busca por alternativas para o progresso. Fator que no contexto daquele Brasil de transição para o século XX era uma quase obsessão. O progresso, primeiramente, era representado pela superação do regime Monárquico, ao qual se dava forte conotação de atraso por ser associado ao passado colonial do país. Já outro fator que ganhou grande importância à raça. A mudança de regime político seria um primeiro passo, mas, a partir das premissas raciais, seria preciso aprimorar a raça brasileira, que seria imperativo. Sem uma raça mais evoluída, qualquer nação estaria fadada ao fracasso. A raça foi um elemento bastante utilizado nesse período de fins de século XIX para XX para explicar diversos problemas. Pelos princípios raciais do Darwinismo Social, por exemplo, uma nação era superior se tivesse uma raça forte e superior. O argumento parecia à época bastante razoável, já que as nações mais desenvolvidas do mundo eram justamente compostas por raças superiores.

Na verdade, esses países ocidentais foram os criadores dessa argumentação racista. Para tais nações, grande parte das razões que justificavam seu progresso estava na sua respectiva composição racial superior. Portanto, os demais países que eram compostos por populações de negros, amarelos, mestiços eram atrasado porque possuíam raças inaptas e até degeneradas. As populações da América Latina eram tidas como altamente mestiçadas e, portanto, inaptas e degeneradas (BERGO, 1993).

A composição desses tipos “raciais de incapazes” seria a grande causa, por exemplo, da subalternidade crônica e desenvolvimento deficitário da maioria dos países latino-americanos. Desta forma, todo conjunto de fatores políticos e socioeconômicos ficariam à mercê do determinismo racial. Elementos como o Estado, a capacidade de organização de suas respectivas elites político-econômicas, fontes de matérias-primas, capital acumulado, sistema financeiro etc. Todos esses elementos, então, transformavam-se em uma consequência da ação de uma raça, que seria a única capaz de realizar e coordenar tais suportes ao desenvolvimento de um país. O Brasil e a completude da América Latina, na prática, não teriam meios de atingir elevados patamares de Civilização, como a europeia, em razão da constituição mestiça de suas respectivas nações. Bomfim reclamava a respeito desse discurso, afirmando que:

Convém repetir: não há razões científicas, nem outras, que autorizem o sociólogo a declarar um povo, qualquer que ele seja, incapaz de progredir. Neste particular, tudo o que a observação e o exame histórico alcançam se resume nestas duas verificações: que certos grupos humanos, devido às condições favoráveis do meio ou do momento, alcançaram mais cedo do que outros uma forma elevada de cultura; e que, devido ao parasitismo exagerado, de umas classes sobre as outras, certas nações se corromperam e decaíram (BOMFIM, 2005, p. 336). como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural (LIEDKE FILHO, 2005, p. 377).

A princípio, o autor critica o discurso de superioridade racial, afirmando categoricamente que qualquer população é capaz de progredir. Portanto, para Bomfim, não haveria impedimentos raciais para o desenvolvimento das nações latino-americanas, já que elas seriam perfeitamente capazes de progredir como qualquer outra. Nessa perspectiva, o tom da argumentação de Bomfim encaminha-se para questões de ordem política, social e econômica. Não é erro considerá-lo assim. No entanto, é preciso recordar a ligação do autor com o Evolucionismo. Essa corrente de pensamento está visível no fragmento apresentado. Afinal, para o autor, todas as populações têm condições de progredir, mas sob certas condições, entre elas, o meio. Esse elemento seria considerado um fator importante para explicar a evolução das sociedades, mas não único. Nesse consórcio haveria vários outros, também de caráter biologizante. Na verdade, o meio seria considerado fator de desenvolvimento junto a questões políticas e socioeconômicas, sintetizadas pela expressão momento. Quando isso não ocorre, a razão, em geral, seria o que Bomfim chamava de parasitismo. O vício de herança conceituado pelo autor e que gerou, em consequência, sociedades conservantistas. As elites locais teriam herdado as formas tradicionais parasitárias de exploração de atividades exploratórias e predatórias. Tais atividades, em geral de baixo valor agregado e que garantiam os privilégios das classes proprietárias latino-americanas. Isso ao custo de manter seus respectivos países e sociedades com baixas perspectivas de progresso. Segundo o autor, em casos extremos, contribuem para o decaimento daquelas populações. A intenção de Bomfim, portanto, foi claramente desconstruir discursos raciais pseudocientíficos, que eram, na prática, discursos políticos de afirmação hegemônica ou eurocêntrica, por vezes, sustentados pelas próprias elites latino-americanas com a intenção de manter seus privilégios:

No que se refere a estas nacionalidades sul-americanas, é positivamente uma estultícia dizer como Gustave Le Bon: “Todas elas, sem uma só exceção, chegaram a esse estado em que a decadência se manifesta pela mais completa anarquia, e em que os povos só têm a ganhar em ser conquistados por uma nação bastante forte para os dirigir...”

(...)

“Sujeitam-nos a um regime de ferro, único de que são dignos estes povos, desprovidos de virilidade, de moralidade, e incapazes de se governar”. E, nestes termos, ele nos empresta os mais contraditórios defeitos e crimes. Repugna o dar atenção a conceitos como estes seus, que têm tanto de grosseiros como de vazios; mas, visto que é preciso citar o disparate, e deixar patentes as extravagâncias e a malevolência dos que nos assinalam como decaídos, nomeemos o Sr. G. Le Bon; é ele o mais categórico e completo na espécie; as suas afirmações dão bem ideia do valor e importância que se devem atribuir à opinião que elas exprimem. São juízos feitos de injúrias (BOMFIM, 2005, p. 344-345)18.

Destaca-se logo a observação bastante preconceituosa de Le Bon. Para o autor francês, os latino-americanos seriam incapazes e, por isso, deveriam aceitar a tutela de nações fortes, entre elas, em geral, as europeias. Não seria preciso dizer que o destaque dado por Bomfim objetiva veementemente questionar o discurso pseudocientífico do intelectual francês. Essa necessidade se torna imperativa, já que a desconstrução de um discurso significa a construção de outro. Dessa maneira, a intenção de Bomfim não era simplesmente criticar aleatoriamente autores como Le Bon e os seus respectivos argumentos estereotipados. O fim era apresentar, aos interlocutores daqueles argumentos preconceituosos, que são descritos como degenerados, viciados, incapazes e inferiores, que esses raciocínios são errados, fundados em pré-julgamentos em nada fidedignos e constituídos em falsos preceitos científicos. O objetivo deles é apenas manter determinadas populações em condições de subalternidade, para a exploração econômica, controle político e subsunção social. Ao se tomar a consciência de que os discursos são falsos, é hora de se construir outro discurso, esse de afirmação.

intenção de Bomfim era, portanto, constituir esse outro discurso em direta oposição àqueles que, em geral, condenavam as populações latino-americanas a uma contumaz posição de inferioridade em relação à Europa e suas respectivas nações.

Reis (2006) afirma que Manoel Bomfim, na prática, fez um “discurso a contrapelo” (REIS, 2006, p. 186). Isto é, o intelectual produziu basicamente um contradiscurso. Uma resposta incisiva aos discursos deterministas de sua época. À proporção que tais discursos preconceituosos se afirmavam verdadeiros, entre os muitos motivos, por serem o resultado de uma produção científica, Bomfim ainda assim os questionou. Esse aspecto de veracidade é extremamente importante. Foucault (2014), citando Mendel (talvez em uma irônica coincidência para esta pesquisa), afirma:

(...) a verdade, (...) não estava no “verdadeiro” do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse no “verdadeiro” e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas (FOUCAULT, 2014, p. 32-33).

Uma interpretação viável para a afirmação é que a denominada verdade depende de um determinado contexto. Aplicando a ideia às Teorias Raciais, percebe-se que foi um discurso construído para se atingir determinado fim. Em geral, tais argumentos objetivavam a exclusão de determinados grupos de indivíduos, identificados como raças fracas ou

---

<sup>18</sup> Os trechos destacados por Manoel Bomfim são da obra “Psychologie du socialisme” de Gustave Le Bon.

degeneradas. Através dessa exclusão, pretendia-se afirmar o poder, a autoridade e os interesses daqueles que se identificavam como oriundos de raças fortes. As Potências Europeias, do século XIX, utilizaram o discurso racial em nome de suas conquistas na África e Ásia. Na América Latina, o discurso racial teve que ser adaptado, já que, ao usá-lo, os próprios latino-americanos acabavam por se condenar. A América Latina, neste caso, era uma interlocutora do discurso que fora criado na Europa e, assim, (re)produziu sua reinterpretação. No Brasil, essa reinterpretação foi a Tese do Branqueamento, foi perpetrada pelas elites político-econômicas, defendida pelos intelectuais e amplamente divulgadas pelo País através de suas instituições de ensino e pesquisa (SCHWARCZ, 1993). Seja qual for o agente – quem proferiu ou o seu interlocutor – o discurso racial conquistou seu status de verdade através de um verniz de que era um dado científico. Também citando Foucault (1992), mas em “Microfísica do Poder”, chama atenção Aguiar (1999) para a questão a ideia de verdade de determinados discursos.

Cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua política geral, de verdade: Isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1992, p. 12 apud AGUIAR, 1999, p. 48).

A verdade aqui depende de uma relação do discurso com diversos interesses com os sistemas de poder. O discurso racial, no Brasil, reforçava as aspirações da elite político-econômica brasileira.

Ele reafirmava a ideia primordial de inaptidão das populações marginalizadas, justificando com aqueles argumentos raciais, por exemplo, sua alienação à participação e representação política e à terra, à formação através da educação.

É preciso refletir também a respeito das razões pelas quais esses discursos preconceituosos tiveram, por vezes, boa recepção e aceitação entre os latino-americanos. Além da questão de a intelectualidade que surgia naqueles países estar fortemente ligada aos parâmetros e premissas de correntes de pensamento europeu, a que se considerar outros aspectos socioeconômicos. Para Bomfim, como já bastante abordado, a exploração colonial era uma ação de parasitismo muito semelhante a que se observa na natureza. Ao infectar seu hospedeiro, o parasita lhe degrada transformando o grupo social privilegiado em um parasita também. Tal grupo passa, então, a explorar sua própria população como o era com os colonizadores. A intenção clara é manter seus privilégios socioeconômicos. O resultado é que a sociedade terá um desenvolvimento precário ou simplesmente se degenerará. Essa seria a definição das consequências do parasitismo social que é legado às sociedades exploradas, cujo resultado é o conservantismo dessas mesmas sociedades. Por mais contraditório que pareça, o discurso pseudocientífico, a exemplo do Darwinismo Social, era bem recebido por aquelas elites conservantistas latino-americanas, porque, potencialmente, justificava os seus privilégios. Ao assinalarem a incapacidade, inferioridade ou degeneração da população, em geral, identificada como mestiça da América Latina, justificavam-se também as diferenças socioeconômicas observadas no continente. Negros, índios e mestiços, em sua maioria, componentes de baixos extratos sociais, assim se localizavam em razão de pertencerem a grupos raciais inferiores e degenerados.

Já os componentes das elites proprietárias afirmavam-se descendências europeias “puras”, por isso, capazes de administrar os rumos das suas respectivas nações e controlarem a economia. É a partir desse ponto de conclusão do texto que Bomfim argumenta as possíveis soluções às problemáticas latino-americanas. Aqui, “A América Latina” centraliza-se, sobretudo, na realidade brasileira. O Brasil é em si tomado como uma espécie de exemplo para implantação das soluções intentadas por Bomfim. As fundamentais são a Educação e a Instrução. A distinção entre ambas seria, hoje, mais ou menos o que se chamaria respectivamente de educação informal e formal. A educação seria a preparação em uma tradição, em hábitos para o trabalho, para o esforço. Logo, muito distintos daquela tradição herdada da colonização de aventureirismo e parasitismo. A instrução a preparação da população em conhecimentos formais, para constituição de mais do que uma mão de obra qualificada, mas de promotores de um pensamento. Em outras palavras, Bomfim rejeitava a tese usual do branqueamento, recordando que ela determinava o aperfeiçoamento racial brasileiro através do incentivo da vinda de imigrantes de raças superiores: europeus brancos. Essa tese estava em plena consonância com princípio do Darwinismo Social, defendidos no Brasil. Uma das argumentações favoráveis a tais perspectivas de pensamento diz que:

Raros, raríssimos são os que pensam nestas obras de educação social, instrução popular e aperfeiçoamento da produção, indispensáveis ao progresso do país e essenciais para a constituição de sociedades harmônicas, adiantadas e felizes.

(...)

É o bastante para afirmar a convicção de que o mal é fundamental, orgânico, e vem da herança, da educação social e política, das próprias condições da nossa formação: a opressão parasitária, que logo dividiu as populações coloniais contra elas mesmas, e as conduziu a esta quase incapacidade para o progresso, afundando-as na ignorância, perturbando-as, pervertendo-as, à proporção que nasciam e se desenvolviam (BOMFIM, 2005, p. 340, 351 e 352).

A convicção de Manoel Bomfim em relação à instrução pública pode ser descrita como bastante singular, já que a defendeu, inequívoca e veementemente, como a cura para os males que contaminavam as sociedades latino-americanas. Elas não eram incapazes nem degeneradas, mas afligidas por males oriundos da forma como foram constituídas como nações. Por isso, o autor afirma que:

Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos fins e, ao mesmo tempo, um meio – o meio principal. A primeira condição para conquistar a civilização é conhecê-la, conhecer a vida, as suas necessidades, os recursos possíveis; e nenhum outro processo existe de trazer os indivíduos ao nível do século, de os pôr de acordo com o momento.

(...)

O dever supremo dos que ocupam as posições dominantes em nome de um regime democrático e livre é o de suprimir a injustiça, quanto possível, defender a liberdade, estabelecer a igualdade. Se assim é, que há de mais urgente que o fazer desaparecer dentre os indivíduos essa causa de desigualdade, essa causa de inferioridade intelectual e econômica, e de incapacidade política – qual o “não saber ler nem escrever”?... Compreende-se, porventura, uma democracia de onde 90 por 100 dos indivíduos são excluídos por analfabetos? Tanto vale dizer: uma democracia sem povo, sem cidadãos. Um tal regime, ainda que o levassem a uma prática de pureza ideal, não passaria da opressão e despotismo de uma aristocracia, sem nobreza, sobre a plebe servil. Não se trata de fazer o libelo dos políticos; basta, para aqueles que são de boa-fé, a tristeza de contemplar a própria obra e ver como esses 80 anos de democracia na América Latina têm desmoralizado o regime e os ideais que eles sinceramente apregoavam. Trata-se de acentuar as causas do fracasso em que se desfazem todos os programas e governos, até demonstrar como este fracasso resulta de que, nos políticos, a ação não corresponde à palavra. Os desastres e os males procedem unicamente de que eles pregam a liberdade, e não promovem os meios de torná-la efetiva (BOMFIM, 2005, p. 363-368).

O progresso se não é necessariamente sinônimo do que atualmente se chama de Educação Pública, mas dela não se pode, em hipótese alguma, prescindir para alcançá-lo!

A conquista da civilização, de estar ao patamar das nações mais adiantadas, passa pela preparação da população e não do seu aperfeiçoamento racial. Não existe sociedade evoluída e democrática com analfabetos. É condição imperativa à Civilização e ao Progresso que a população seja alfabetizada, preparada pelos meios do conhecimento produzidos e acumulados, especialmente pelo Ocidente. Afinal, a compreensão é que a própria Civilização se fez em razão dos conhecimentos que, ao longo da história, foram construídos. Então, seria mais que uma trajetória usual, quase que natural, que quem quiser evoluir, progredir, é indispensável a constituição de um conjunto de cabedais necessários, entre eles, uma sociedade letrada, preparada. Para Bomfim, o desenvolvimento e a evolução das sociedades latino-americanas seguem um modelo semelhante, mas com algumas particularidades. Entre elas estão a “herança colonial”, o relativo atraso e o processo deve apresentar algumas distinções, para se evitar certos vícios. Então, instrução ou educação pública, como atualmente se fala, era necessária para que o próprio processo de evolução e desenvolvimento evitassem e/ou superassem aqueles males de origem e suas consequências, seus vícios; embora seguindo o modelo Ocidental. Para Bomfim, a instrução deveria ser pública, universal e assumida pelos estados. A população deveria receber tal benefício a custo dos respectivos governos. Em tais condições, haveria em poucos anos uma mão de obra qualificada, mas, não apenas, haveria populações que se constituiriam nações potencialmente capazes de participar e intervir nos diversos aspectos da vida pública dos seus respectivos países. Isto é, seriam nações realmente democráticas, com igualdade social promovida pela oportunidade e benefícios advindos de um processo de instrução ampla.

Conquanto a proposta da Instrução Pública, para a solução dos males latino-americanos, seja nobre, é preciso refletir sobre a questão. A compreensão do intelectual era que Educação era igual à Democracia. Ambos, por fim, eram elementos imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer sociedade. O Brasil era um país com grande número de sua população analfabeta, o que limitava o alcance de interação e intervenção. Portanto, de atuação democrática. Segundo Reis (2006), Bomfim, então, concebia que “se o Brasil tivesse tido a formação democrática da América inglesa, seríamos, hoje, um povo próximo da liberdade política.” (REIS, 2006, p. 217). Apesar das críticas que o autor fez aos EUA e suas propensões em relação à América, admirava o modelo político estadunidense, ideologicamente herdeiro de um pensamento ilustrado europeu. Na verdade, admirava Bomfim aquele pensamento da Ilustração. Propõe-se agora a reflexão sobre outra perspectiva talvez possível de análise do discurso de Manoel Bomfim. Foucault (2008) nos clarividência a seguinte concepção:

Não há (ou pelo menos não se pode admitir para a descrição histórica cuja possibilidade aqui traçamos) uma espécie de discurso ideal, ao mesmo tempo último e intemporal, que escolhas de origem extrínseca teriam pervertido, desordenado, reprimido, lançado para um futuro talvez muito longínquo; não se deve supor, por exemplo, que existam, sobre a natureza ou sobre a economia, dois discursos superpostos e misturados: um, que prossegue lentamente, que acumula suas aquisições e, pouco a pouco, se completa (discurso verdadeiro, mas que só existe em sua pureza nos confins teleológicos da história); o outro, sempre arruinado, sempre recommençado, em contínua ruptura consigo mesmo, composto de fragmentos heterogêneos (discursos de opinião que a história, ao longo do tempo, lança para o passado) (FOUCAULT, 2008. p. 77).

Nenhum discurso é perfeito! Ao se escapar do provável lugar-comum que tal afirmação nos levaria, é possível interpretar um discurso como a produção dinâmica do pensamento, do momento e das convicções e interesses aos quais ele se relaciona. Bomfim, em “A América Latina: males de origem” (1905), condenava veementemente o imperialismo das grandes potências, em particular europeias, tanto no aspecto da conquista e exploração violenta quanto na imposição de modelos de pensamento de caráter determinista. Essas características, aqui no continente latino-americano, produziram sociedades conservadoras e atrasadas, segundo o autor. A solução para essa grande problemática, na prática, era adotar ou ampliar a instrução irrestrita das sociedades. Ainda que apresentasse singularidades de forma e, talvez, na execução, estava a educação intentada por Bomfim inserida em um modelo europeu. Por um lado, seria como se o intelectual afirmasse que “(...) a civilização europeia não [pudesse] ser [e não devesse ser] transplantada integralmente para o solo brasileiro (...)” (ORTIZ, 2006, p. 20). Isso sem cair em um simples bairrismo ufanista. Porém, por outro lado, Bomfim ainda buscou certos elementos daquela civilização, para buscar suas soluções. Portanto, não se pode admitir um discurso ideal, pois se cria uma perspectiva teleológica de um resultado futuro, que será alcançado certamente em um momento intemporal.



# Considerações Finais

Em virtude das análises empreendidas, observou-se que a trajetória de vida e formação intelectual de Manoel Bomfim ajudou a entender os conceitos propostos pelo autor, na obra “A América Latina: males de origem”. Entre os conceitos discutidos por ele, podemos destacar as ideias sobre raça e nação. Desta forma, foi possível captar sua atuação e inquietações intelectuais, motivadas pelos debates travados naquele momento, quando ele tomou parte ativa criticando os modelos raciais vigentes e, em consequência, propondo perspectivas alternativas de análise do fenômeno social da época.

Por isso, é um tanto comum afirmar que *A América Latina: males de origem* (1905) de Manoel Bomfim é uma espécie de anamnese, diagnóstico e proposição de tratamento para o continente latino-americano. Na atualidade, dir-se-ia que o intelectual faz referência às contradições das próprias sociedades latino-americanas. O estudo, deste modo, teria como grande justificativa a análise dos motivos do atraso da América Latina em relação às grandes potências europeias. Aspecto que impunha às nações do continente uma condição usual de submissão à Europa, justificada, em particular, pela condição racial “superior” das potências do Velho Mundo. Por tal perspectiva, haveria uma única pseudo-saída, imitar os modelos europeus e melhorar a raça latino-americana.

Através da análise da obra, percebeu-se que as contradições latino-americanas foram conceituadas por Manoel Bomfim como originadas de uma relação de “parasitismo”.

O “conservantismo” ou “conservadorismo” ou, quiçá, “reacionarismo” é outro conceito importantíssimo na obra de Bomfim, *A América Latina*. Ele diz respeito ao resultado do processo de colonização “parasitária” europeia. Ela foi a “herança” deixada pelo colonizador. Para se estabelecer, por exemplo, uma determinada produção que auferisse lucros à Metrópole, os colonizadores implantaram no continente latino-americano toda uma estrutura. Ela se materializou, nas diversas perspectivas: política, econômica, social, isto é, na administração colonial, na exploração de determinadas atividades, do trabalho e na constituição da sociedade colonial. Para Bomfim, esse conjunto de características são a “herança” que os europeus impuseram às nações latino-americanas. Essa “herança” pode ser interpretada como as contradições socioeconômicas e políticas bastante assemelhadas às das sociedades europeias. Quando trata Bomfim do conceito “conservantismo”, quase que o centraliza nas elites latino-americanas surgidas do processo colonial. Para ele, essas elites são tão identicamente “parasitárias” quanto os colonizadores. Os “herdeiros” mantiveram, por exemplo, a estrutura econômica dependente de agroexportadora, baseadas na posse da grande propriedade rural e do trabalho escravo. Monopolizavam o processo político dos seus respectivos países, obstaculizando uma participação mais ampla da população, em geral. Garantiram, portanto, a manutenção dos seus privilégios, utilizando-se de uma estrutura muito parecida com as dos colonizadores. Logo, as sociedades latino-americanas, que eram “conservadoras”, reiteraram contradições europeias na América em níveis e em planos próprios. Tais planos se originaram dos próprios paradoxos do processo colonial europeu implantado naquele continente.

A reprodução dos “vícios” dos colonizadores explica-se pelo processo da “herança”. Ela, pois, faz Bomfim ir um pouco mais além nas “origens do mal parasitário”. Tal perspectiva existe porque as nações ibéricas também “herdaram vícios parasitários”. Eles surgiram do processo de formação daquelas nações. Na perspectiva do autor, a evolução histórica da Península Ibérica, desde a Antiguidade, esteve, em geral, à mercê de salteadores e conquistadores. Assolada, portanto, foi a península por diversos conflitos e sem exercer uma autonomia até aproximadamente os idos entre os séculos XIV e XV. Essa independência só surgiria com a formação dos estados Ibéricos – Portugal e Espanha –, em um longo conjunto de lutas contra os muçulmanos ali estabelecidos. Desta forma, todo esse histórico de perturbações deixaram como “herança” estados guerreiros, aventureiros e depredadores. Afinal, estiveram ligados ambos aos reinos ibéricos, desde o século XI, a um longo, tortuoso e complexo processo de expulsão de Reinos Islâmicos da própria península.

Através da análise realizada sobre A América Latina de Manoel Bomfim, conclui-se que o autor assumiu uma posição de grave crítica àquelas premissas raciais. Afirmava o intelectual que a ideia de “superioridade” e “inferioridade” racial é cientificamente falsa. A partir dessa compreensão, Bomfim defendia, em relação ao Brasil, que “branquear” a população seria uma perda de tempo. Afinal, se não há relação comprovada de superioridade ou inferioridade, então, não havia motivos para se trazer imigrantes europeus brancos para supostamente melhorar a raça brasileira. Os brasileiros já seriam uma raça, pelos séculos de colonização empreendida, perfeitamente aclimatada aos meios do país.

Em consequência, buscar imigrantes seria produzir uma nova população que teria que passar por outro longo processo de adaptação ao clima e à geografia do Brasil. Concluiu Bomfim, portanto, que o que faltava à população era uma educação ao trabalho produtivo e acesso à instrução. Os brasileiros, sua raça, precisavam de preparação e não melhoramento genético. Manoel Bomfim concluiu seus argumentos afirmando que a educação é o remédio para os males de origem da América Latina. A análise dessa conclusão da tese do autor nos levou a considerar que tal assertiva demonstra que não houve uma completa ruptura do pensamento de Bomfim com o Europeu. Ainda que rejeite os princípios raciais deterministas, o intelectual sergipano buscou como contraposição um modelo de desenvolvimento através da educação semelhante ao modelo europeu. Afirma Bomfim, em seu texto, que o Brasil deveria se assemelhar às nações mais civilizadas do mundo. O meio para isso seria invariavelmente a preparação da população brasileira através da instrução. Na prática, o texto de Bomfim apresenta uma discussão sobre o que se pode chamar de relação de atraso ou de desenvolvimento versus subdesenvolvimento. Fatores como de ações imperialistas sobre determinadas nações são, em geral, elencados para explicar o atraso dos países latino-americanos. A busca por alternativas àquele atraso passa a idealizar modelos semelhantes às grandes potências classificadas como imperialistas. No contexto de Manoel Bomfim, aquelas nações eram as potências da Europa Ocidental e a ideologia que impunham era a classificação de atraso em relação às raças. Bomfim buscou nas nações europeias as suas concepções para desconstruir e reverter o discurso de inferioridade e atraso, propondo os modelos Ocidentais enquanto referenciais de civilização.

# Referências

## FONTES

“Chronica Judiciaria”. IN: **Diário de Aracaju**. Ano I, n.º 1. 12/03/1885, p. 2.

Bond Electrico. **Diário de Notícias**. n.º 2.644. Ano IX. 08/10/1892. (capa, quinta coluna).

Gazeta de Notícias. Ano XL. n.º. 344. 10/12/1915. p. 4.

Gazeta de Notícias. Ano XXXI. n.º. 7. 07/01/1906. p. 2.

L.C. Pelos sete dias. IN: **Fon-fon**. n.º 32. Ano III. 07/08/1909. p. 3.

Livro de Matrícula – 1.ª Série de 1881-1896. fls. 118 (verso). Ordem de inscrição n.º 92. de 24/03/1886. AC: 339. Memorial de Medicina da Bahia.

O Fluminense. Ano XXIX. n.º. 6412. 29/09/1906. p. 1.

Obs.: Todos os periódicos foram consultados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os arquivos estão disponíveis no site <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> (Acessados a partir de 18/10/2015).

## ARTIGOS

BUENO, Fátima. Machado de Assis e Eça de Queirós para além da polêmica... IN: **Machado Assis linha, Rio de Janeiro**. V. 5, n.º 10, pp. 26-8, dezembro 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-68212012000200004>, Acesso em 20 de out de 2015.

LIEDKE FILHO, Enno D. Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n.º 14, jul/dez. 2005. p. 376-437.

MORSE, Richard M. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V. 08, n.º 16. p. 205-225.

NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim (1868-1932). IN: **RIHGB**. Ano 155. n.º 384, jul/set, 1994, pp. 558-567.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. O casamento no Brasil Colonial: um ensaio historiográfico. IN: **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005. p. 27-38.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). IN: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, V. 29, n. 1, p. 169-189, jan./jun. 2012.

## **BIBLIOGRAFIA**

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: ANPOCS; Topbooks, 1999.

ALMEIDA, Maria da Glória de. **Nordeste açucareiro: desafios do processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS; SEPLAG; BANESE, 1993.

\_\_\_\_\_. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria da Glória de. Atividades produtivas. IN: Diana M.<sup>a</sup> Faro Leal Diniz (Coord.). **Textos para História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

ALVES FILHO, Aluízio. **Pensamento Político no Brasil**: Manoel Bomfim – um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé; SOCII, 1979. (Textos Paralelos).

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Salvador: P55 Edições, 2013. (Coleção Autoconhecimento Brasil).

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim (1868-1932). IN: **Pensar e Dizer**: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. Manoel Bomfim. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006. pp. 17-28. (Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira).

ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERGO, Antônio Carlos. **Darwinismo Social e Educação no Brasil**. Campinas: Fac. de Educação – Unicamp, 1993. (Tese de Doutorado).

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico** – V 6. Rio de Janeiro, 1970. p. 134-135.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. \_\_\_\_\_. **Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem**. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia, 2006. (Coleção clássicos da psicologia brasileira).

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. Trad. Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Rev. Téc. M.<sup>a</sup> Alice Nogueira. IN: NOGUEIRA, M.<sup>a</sup> Alice. & CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 12.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2011(a). p. 67-69.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. Trad. Magali de Castro. Rev. Téc. M.<sup>a</sup> Alice Nogueira. IN: NOGUEIRA, M.<sup>a</sup> Alice. & CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 12.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2011(b). p. 73-79.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Apresentação. IN: **Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem**. Manoel Bomfim. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006. p. 13-15. (Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira).

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)** – V 2 (1836-1880). 8.<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Italiana Limitada, 1997.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Retratos do Brasil – Volume 37).

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DANTAS, Ibarê. Leandro Ribeiro Siqueira Maciel (1825-1909): **O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.

DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico)

FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 2.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes / Aracaju: Gov. do Estado de Sergipe, 1977. (Coleção Dimensões do Brasil – 7)

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUARANÁ, Manoel Cordeiro Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Paulo Pongetti & C., 1925. p. 402-404.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [197-?]. (Série Estudos Brasileiro – Volume 3).

HOBSBAWM, Eric. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Trad. M.<sup>a</sup> Célia Paoli & Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octávio. **Sociologia da Sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Coleção Perspectiva do Homem – Volume 83; Série Sociologia)

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Ano XXIV. n.º 140. dezembro de 1946. p. 38-46.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Trad. Didier Martin e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4.<sup>a</sup> ed. Introdução de Alfredo Bosi; Supervisão editorial de Lôlio L. de Oliveira. São Paulo: Pioneira, 1983.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Pref. de José Sebastião Witter. 2.<sup>a</sup> ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sergipe Colonial I. S. Cristóvão**: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVA, Terezinha Alves de. **O pensamento geográfico em Manoel Bonfim. 1998**. 189 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, Rio Claro).

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930**. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINTO, Virgílio Noya. **Balanco das transformações econômicas no século XIX**. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. 13.<sup>a</sup> ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 126-145. (Corpo de Alma do Brasil).

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana**. 2.<sup>a</sup> ed. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe / FUNDESC, 1991. (Coleção João Ribeiro)

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 15.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**: episódios da vida romântica. Porto : Livr. Chardron, Casa Editora Lugan & Genelioux Successores, 1888. - 1 vol (Cópia de domínio público, digitalizada pela BNP. Disponível em <http://purl.pt/23>. Acesso em 02 de fev de 2017.

REIS, José Carlos. **As identidade do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Através do Brasil**: São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SANTOS, Francisco José Alves dos. **A rede dos conceitos**: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

\_\_\_\_\_. **A marcha da civilização**: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire. Rio de Janeiro: UFRJ/PPHIS, 1998. (Tese de Doutorado)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Questão racial e Etnicidade”. IN: **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. MICELI, S (Org.). São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. p. 267-325.

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador**: Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante**: técnica, ritmos e ritos do Rio de Janeiro. IN: História da vida privada no Brasil – V 03. Coord. Geral da Coleção Fernando A. Novais; Org. do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.<sup>a</sup> ed. (revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, José Maria de Oliveira. **Da Educação a revolução:** radicalismo republicano em Manoel Bomfim. 1991. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Trad. Donaldson M. Garschagen; prefácio de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOTELO, Ignácio. **Sociologia da América Latina.** Org. de Fanny Tabak, Trad. de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. (América: economia & sociedade).

SUSSEKIND, M.<sup>a</sup> Flora e VENTURA, Roberto. **Uma teoria biológica da mais-valia?** 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Divisão de Intercâmbio e Edições (EDIPUC), 1982 (datilografado).

VELHO SOBRINHO, J. F. **Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro** – VII. Rio de Janeiro: Minis. da Educação e Saúde, p. 386-388.